

Março 2006

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Duas mil famílias vivem em extrema pobreza na Hanha do Norte.....	1
1.2 Contra a Pobreza.....	1
1.3 Seca afecta 600 mil camponeses na Huíla	1
1.4 A prioridade vai para a geração de empregos	2
1.5 Mercado de capitais pode empregar 3 mil pessoas	2
1.6 Depósitos no BIC atingem USD 540 milhões	3
1.7 FMI avalia desempenho económico do país	3
1.8 Governo extingue Fundo Social e cria Banco de Desenvolvimento	4
2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS	5
2.1 Quando a teimosia merece elogios.....	5
2.2 China e Dubai servem de fontes aos vendedores do Roque Santeiro.....	6
2.3 “O negócio rende mais quando zungamos nas ruas”	7
2.4 "Livrarias estão mancomunadas com os vendedores ambulantes”.....	8
2.5 As debilidades da rede comercial.....	9
2.6 Empresários com dificuldades de créditos	9
2.7 Soldadinho da sobrevivência.....	10
2.8 Bpc lança programa de micro-crédito e crédito ao consumo para Luanda.....	12
3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	13
3.1 UNITA expulsa militantes.....	13
3.2 CNE quer participação activa da sociedade.....	13
3.3 Holden Roberto afastado da liderança da FNLA	14
4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA	15
4.1 Unita insiste na necessidade de se realizar eleições ainda este ano	15
4.2 Tecnologia de ponta par as próximas eleições	15
4.3 Kwanza Sul, O Caminho das Eleições	16
4.4 Governo gasta USD 16,2 milhões no apoio a pequenos partidos	16
4.5 O papel da pesquisa de opinião e de mercado numa sociedade democrática	17
4.6 FAA vão intervir nas eleições	18
4.7 Partidos Políticos à "caça" do voto rural.....	19
4.8 UE pode observar eleições em Angola.....	19
4.9 UNITA considera ser “possível” eleições em 2006	20
4.10 Igreja Católica promove formação eleitoral para 50 Sobas	21
4.11 Falta de instalações par gabinete eleitoral municipais	21
4.12 CNE continua a formar agentes eleitorais	22
4.13 CNE forma representantes de organizações não governamentais.....	23
4.14 CNE defende participação da sociedade civil no processo eleitoral	23
4.15 Processo eleitoral sem excluídos	23
4.16 Presidente da CNE aborda processo eleitoral.....	24
4.17 CNE organiza seminário de registo eleitoral para partidos políticos.....	24
5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA	25
5.1 Onda de assaltos de livros primário.....	25
5.2 O sofrimento das crianças acusadas de feiticeiras	25
5.3 Estudantes podem ter transporte gratuito	26
5.4 Workshop vai analisar integração da juventude na reconstrução.....	27
5.5 «Nós» e o Associativismo angolano	28
5.6 A juventude e a reconstrução nacional.....	28
5.7 Embala Sicato necessita de professores.....	29

5.8 Juventude mobilizada	29
5.9 As pequenas grande «feras»	29
5.10 A Infância perdida	31
6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	32
6.1 A cisma e a obsessão do governador	32
6.2 Propriedade pobre	33
6.3 Cazenga ao Deus dará	34
6.4 Guerra de terrenos não pára em Luanda.....	37
6.5 Job Capapinha	38
6.6 DOS Santos quer lavar imagem com chineses.....	38
6.7 Moradores temem pelo pie na zona verde do Kinaxixi	39
6.8 GPL vai realojar moradores da Senado da Câmara.....	39
6.9 Angola beneficia do acordo sobre Gestão de Terra	40
6.10 Um arrojado projecto habitacional	40
6.11 Detidos vendedores ilegais de terrenos	41
7 SERVIÇOS BÁSICOS	42
7.1 Um bairro em agonia.....	42
7.2 A SONILS e as suas obras	44
7.3 Hospitais de Luanda «armam-se» para conter avanço mortal da cólera.....	44
7.4 Cólera: o visitante indesejado até fez questão de se anunciar	45
7.5 Mortes aumentam assustadoramente na Boavista	46
7.6 ELISAL declara guerra ao lixo.....	46
7.7 Edel lança sistema de energia pré-pago	47
7.8 Cólera pode afectar o Kilamba Kiaxe	48
7.9 Luanda vai consumir energia pré-pago.....	48
7.10 “Sabíamos que teríamos a epidemia (cólera)”	49
7.11 Capapinha a beira da crise de nervos.....	50
7.12 Roque Santeiro adopta medidas de prevenção contra cólera	50
7.13 Roque santeiro melhora saneamento básico.....	51
7.14 Bié vai beneficiar de corrente eléctrica da barragem de Kapanda.....	51
7.15 GPL vai reforçar medidas de prevenção contra a cólera.....	52
7.16 PM participa no IV Fórum Mundial da água.	52
7.17 Falta de água nas escolas preocupa directores.....	53
7.18 Restrições no fornecimento de água podem disseminar a cólera.....	53
7.19 Cólera propagasse rapidamente ao longo de toda cidade.....	54
7.20 Autoridades angolanas dizem ter surto de cólera controlado.....	54
8 PAZ E RECONCILIAÇÃO	55
8.1 "Construção da Paz" apaga traumas de 1992	55
8.2 ONU prolonga «repatriamento organizado» de angolanos	55

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Duas mil famílias vivem em extrema pobreza na Hanha do Norte

Jornal de Angola... 02-03-06

Cerca de duas mil famílias da povoação da Hanha do Norte, província de Benguela, vivem em extrema pobreza, depois do encerramento de mais de 30 fazendas onde trabalhavam, devido à falta de recursos por parte dos seus proprietários, de acordo com o administrador da comuna do Kulango, Luciano Segunda.

Segundo Luciano Segunda a inoperância das fazendas está a criar transtornos às populações cuja sobrevivência, sempre dependeu do emprego nestas empresas agrícolas, sendo também esta a razão que originou a fixação de centenas de pessoas no vale do rio Hanha. O responsável defendeu, por isso, a necessidade dos bancos concederem créditos aos agricultores, visando o fomento da actividade, porque a falta de recursos financeiros para a revitalização do sector está na base da degradação da situação social das famílias rurais.

No entender de Evaristo Mandjende, proprietário da fazenda agrícola Hagra da Hanha, os empresários têm vontade de trabalhar e garantir postos de trabalho a centenas de jovens, mas o que falta são os meios para desbravar terrenos que, em muitos casos, há mais de 20 anos não são cultivados. A fazenda tem mais de nove mil hectares de terra arável para a agricultura e cinco para a pecuária, mas por falta de meios como tractores, caterpilares e outros, apenas três hectares estão a ser explorados.

Segundo ainda o fazendeiro, os juros e os curtos prazos que os bancos adoptam, criam dificuldades para se investir na agricultura, visto que os rendimentos do campo não são imediatos como noutros sectores.

Na Hanha do Norte, situada a 45quilómetros da cidade do Lobito, província de Benguela, pode-se cultivar milho, feijão, bananeiras e legumes diversos, além de se praticar a pecuária.

1.2 Contra a Pobreza

Cruzeiro do sul...04-03-06

Implementado em Luanda, desde 1999, o programa "Luta Contra Pobreza Urbana", associou-se ao Governo da Província de Luanda, promovendo uma visita de constatação aos seus modelos.

O programa LUPP-Luta Contra a Pobreza Urbana, tem estado a trabalhar junto das comunidades periurbanas em Luanda na minimização dos problemas de saneamento básico, incentivando as comunidades a optarem por construir latrinas, no sentido de melhorar a prevenção contra doenças. Numa nota, a que o CS teve acesso, o programa LUPP dá a conhecer que assistiu à construção de três mil e 500 latrinas familiares, trinta e nove escolares e dois jogos de latrinas públicas em zonas de mercados. Por outro lado, associando-se às festividades do Carnaval, apoiou a Brigada Carnavalesca contra o lixo, coordenada pela Federação das Associações Municipais de Luanda (FAMUL). O programa está a ser implementado em Luanda desde 1999, pelas organizações não-governamentais (ONGs), CARE Internacional, Development Workshop, Save the Children UK e a One World Action, que têm estado a trabalhar em parceria e colaboração com o Governo em programas sectoriais de desenvolvimento e apoio às comunidades locais na concretização de projectos nas áreas de água e saneamento (lixo e latrinas melhoradas familiares e escolares, públicas), protecção da primeira infância (creches comunitárias), micro-crédito, Serviços de Desenvolvimento Empresarial, poupanças e cooperativas de consumo.

1.3 Seca afecta 600 mil camponeses na Huíla

Jornal de Angola... 06-03-06

SEISCENTOS mil camponeses dos municípios do Lubango, Chibia, Humpata, Quiungo, Quilengues e Gambos encontram-se directamente afectados pela seca que assola a província da Huíla desde meados de Dezembro.

Parte das pessoas lesadas, sobretudo os dependentes unicamente da actividade do campo, manifestaram-se preocupados com a fome e doenças que, num curto espaço de tempo, poderão atingí-los. Estas informações foram apresentadas à delegação multi-sectorial, coordenada pelo ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, que se deslocou às províncias da Huíla e Namibe, para manifestar solidariedade para com os populares e constatar "in si-

tu" a situação real dos danos causados pela estiagem.

No Namibe, a comitiva, que integra ainda o ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Gilberto Buta Lutukuta, averiguou as perdas registadas no município da Bibala. Na Huíla, uma equipa técnica, dirigida pelo governador da província, Francisco José Ramos da Cruz, deu explicações detalhadas sobre o fenómeno, apresentando um vídeo com imagens recolhidas das zonas mais afectadas.

Após o encontro, que durou aproximadamente duas horas, o porta-voz, Sérgio da Cunha Velho, explicou que "a maior preocupação das autoridades centra-se naqueles populares que estão em situação de pobreza absoluta e que vivem apenas dos rendimentos do campo".

Para minimizar a angústia dos agricultores, o governo da província da Huíla gizou um programa de emergência, que se consubstancia em apoios diversos, nomeadamente em alimentos, sementes e equipamentos agrícolas. O programa contempla também a construção de sistemas de captação e distribuição de água potável para população e animais, assim como a melhoria na barragem hidroeléctrica da Matala. Sérgio da Cunha Velho indicou que o projecto está orçado em doze milhões e 500 mil dólares. No entender do porta-voz, as linhas mestras ora traçadas "são eficientes, para solucionar certos problemas que muitas famílias poderão enfrentar brevemente".

Neste primeiro pronunciamento sobre a seca que atinge as localidades tidas como as mais produtoras da província da Huíla, confirmou-se a perda de 80 por cento das culturas de milho, feijão, ginguba e amendoim.

A Huíla, em função dos investimentos feitos pelo governo local e Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), perspectivava colher, na campanha agrícola 2006/2007, mais de 400 mil toneladas de produtos diversos, contra as 250 mil da época passada. Com a deterioração da maioria das culturas, já é um dado assente que o ano agrícola na Huíla está comprometido.

1.4 A prioridade vai para a geração de empregos

Jornal de Angola... 13-03-06

ESTE ano, a acção do Governo aponta no sentido do emprego, deu a conhecer, na cidade de Benguela, o ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Pitra Neto. "Será a nível das políticas

activas de emprego que todos os nossos esforços deverão ser canalizados", sublinhou.

No dizer do governante, que falava na sessão de abertura de mais um conselho consultivo alargado do Mapess, "reconstrução nacional.

Para nós, deve significar essencialmente também, para além da estabilidade, da harmonia, geração de emprego". Realçou que será pela quantidade e a qualidade de postos de emprego criados em cada um dos projectos que o seu aplauso, o seu incentivo será dado.

No entender do ministro, a província de Benguela, foi escolhida em parte, também, porque apresenta um potencial de geração de emprego a que o Mapess se quer associar com as medidas de apoio, de incentivo, "para que a situação social dos nossos jovens, das nossas populações possa ser a nédio prazo revertida, através do aumento do rendimento das populações por via do emprego".

Referiu ainda que os sectores primário e secundário da economia, com particular destaque em Benguela para a agricultura, a construção civil, a pecuária, a agro-indústria, deverão merecer uma atenção muito particular e um cuidado permanente, para que a grandeza dos número dos projectos seja correspondida com a grandeza dos números de postos de trabalho.

"E deverá ser esta a linguagem com que a nossa governação se deve caracterizar num contexto de paz, de reconstrução que hoje vivemos", precisou. Noutra vertente, o titular do Mapess referiu que a avaliação do desempenho continua de modo muito mitigado a ser respeitada, a ser observada por alguns serviços e não por outros. "Vamos trabalhar para que, quer na perspectiva da pedagogia institucional, na preparação dos quadros para esta tarefa, como também de uma maior responsabilização aos titulares, esta tarefa conheça graus de execução superiores no ano de 2006", afirmou.

1.5 Mercado de capitais pode empregar 3 mil pessoas

Jornal de Angola...13-03-06

O Mercado de Capitais, que entra já em funcionamento este ano, proporcionar milhares de empregos ao país, a julgar pelo número de instituições que deverão surgir para assegurar o seu funcionamento normal, como é o caso de empresas correctoras, que trabalharão como intermediários entre o mercado e o público.

O economista Victor Hugo Morais estima entre 2 mil e 3 mil o número de empregos que o mercado de capitais

vai proporcionar, isso sem contar com os inúmeros benefícios que vai trazer à economia nacional.

«Vai acabar com o clientelismo político, liberalizando a economia, já que quem quiser comprar acções numa determinada empresa terá de o fazer de forma mais célere e sem quaisquer barreiras», sublinhou o economista, para quem o mercado de capitais vai fomentar a cultura de investimento na população, ao contrário do que acontece actualmente, quando a maioria vê na política a fonte de riqueza. Entretanto, Victor Hugo aconselha para que se providencie a segurança, com vista a impedir que o mercado de capitais se transforme num colapso para a economia nacional, como foi o caso de quarta-feira negra, na Inglaterra, em que ocorreu o desfalque de 10 biliões de dólares. Daí que, para o especialista, a comissão de valores de mobiliários deve ser constituído exclusivamente por nacionais por forma a se evitar fuga de informações sigilosas.

A par disso, mesmo nas áreas onde seja necessária a presença de estrangeiros devido à sua experiência, o mercado de capitais deverá apostar na formação dos angolanos, por forma a evitar eventuais especulações. «É um risco não formar angolanos, que venham a trabalhar com patriotismo, no mercado de capitais e na bolsa de valores do seu próprio país», acentuou.

1.6 Depósitos no BIC atingem USD 540 milhões

Jornal de Angola... 14-03-06

Os depósitos do Banco Internacional de Crédito (BIC) atingiram os 540 milhões de dólares, enquanto o volume de crédito está agora em 200 milhões de dólares. Só nos dois primeiros meses do ano (Janeiro e Fevereiro), o banco cresceu 44 por cento em depósitos e 37 por cento em créditos.

Estes dados foram anunciados ontem, em Luanda, pelo presidente do Conselho de Administração daquela instituição bancária, Fernando Teles, à margem da reunião de quadros.

A ascensão dos depósitos do BIC deve-se também aos vários produtos introduzidos para rentabilizar a poupança dos seus cerca de 20 mil clientes, de acordo com Fernando Teles. Actualmente, o banco tem para os seus clientes uma gama de produtos, onde se destacam os depósitos à ordem, depósitos a prazo e aplicações em Bilhetes de Tesouro. A instituição, liderada, por Fernando Teles, aguarda, também pelo pronunciamento do BNA para oferecer aos seus clientes aplicações em fundos de investimentos, apesar da lei das instituições financeiras, recentemente

aprovada, que já permite mais este produto financeiro.

Fernando Teles afirma que é possível praticar taxas de juros na ordem dos sete, contra os 15 a 12 por cento normalmente praticadas pelo mercado interno. "A nossa taxa de juro pode variar entre a libor (fixada em Londres e aplicada por todos os bancos mundiais) mais dois por cento, o que perfaz, no mercado nacional, a sete por cento. Depende do risco e da operação, mas é possível", garante o gestor, acrescentando que para o crédito automóvel, por exemplo, a sua instituição cobra nove por cento, ao contrário dos habituais 15 por cento.

O número de trabalhadores também tem crescido e hoje são já 275. A intenção é terminar o ano com 600 e chegar às 60 agências no país, incluindo alguns centros para atendimento personalizados às empresas;

A 14 dias para completar 10 meses de actividade, o mais recente banco comercial em actividade já é o quarto entre os 12 bancos a operar no mercado nacional. A ideia, segundo Fernando Teles, é tornar-se no líder na banca nacional em vários segmentos.

O banco aguarda também que o Banco Central regulamente o leasing e o factoring, para poder oferecer aos seus clientes mais esta opção ao crédito. Com o leasing, o cliente recebe, por exemplo, uma viatura de uma concessionária e vai pagando ao banco em função de um acordo entre ambos.

O banco alargou também os prazos para os créditos habitação para 60 anos, mais 30 que o praticado no mercado. Ao mesmo tempo introduziu o Crédito Salário, que garante ao funcionário que recebe o seu salário através do BIC obter crédito automático durante um ano. Além disso, pode obter crédito de cinco meses, com operações despachadas em 48 horas, ou ainda recorrer a operações de 36 ou 48 meses com taxas de juros baixas.

1.7 FMI avalia desempenho económico do país

Jornal de Angola...15-03-06

O Fundo Monetário Internacional (FMI) realiza, desde ontem, em Luanda, uma missão de consulta, com o intuito de realizar uma avaliação da situação económica e financeira do país.

A missão, realizada sob o abrigo do artigo IV dos estatutos do FMI que estipulam a obrigatoriedade desta instituição efectuar consultas regulares em todos os seus países membros, irá proceder à avaliação particular das políticas do Governo nos vários domínios da

economia e fará igualmente uma análise do desempenho económico de Angola durante o ano de 2005.

Deste modo, os técnicos do departamento africano do FMI, coordenados por Jonathan Shields, vão trabalhar, durante duas semanas, com as autoridades angolanas nos aspectos constantes do programa de trabalho que as duas partes vierem a aprovar. A presente missão do FMI realiza-se num momento particularmente bom para o país, a julgar pela estabilidade política e económica, como é o caso da projecção de uma taxa de inflação na ordem de 10% e o crescimento anual de cerca de 27,9% previstos no Orçamento Geral do Estado para 2006.

A última visita do FMI ao país foi efectuada em Agosto do ano passado, por Peter Gakunu, administrador adjunto do FMI, que, com os técnicos angolanos, analisou o desempenho macro-económico do Governo.

1.8 Governo extingue Fundo Social e cria Banco de Desenvolvimento

Angop ...16-03-06

O Conselho de Ministros criou quarta-feira, em Luanda, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), como entidade financeira pública, numa sessão extraordinária orientada pelo presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Segundo um comunicado de imprensa do encontro, em função desta decisão governamental, foi extinto o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES). O referido decreto transfere para o Banco de Desenvolvimento de Angola o património e o pessoal do FDES.

«O Banco recém criado é um instrumento financeiro de execução da política de desenvolvimento e investimento do Governo e tem por objectivo apoiar o desenvolvimento económico e social do país, de modo diversificado e sustentado, estimulando o aumento dos investimentos e da produtividade, através do financiamento de programas, projectos, obras e serviços», acrescenta o comunicado.

Na sequência daquela aprovação, refere ainda, o Governo procedeu a nomeação de uma Comissão de implantação do Banco de Desenvolvimento de Angola, encarregue de, no prazo de seis meses, criar as condições técnicas e operativas necessárias para o início da sua actividade.

A Comissão é integrada por Paixão António Júnior (Coordernador), Teodoro da Paixão Franco Júnior, Amândio Esteves, Daniel Domingos António, Valter Rui Dias de Barros, João Boa Francisco Quiquipa e

Valentina Filipe.

O Conselho de Ministros procedeu também a nomeação do novo corpo de administradores que passam a integrar o Conselho de Administração do Banco Nacional de Angola (BNA).

Deste modo, António Andre Lopes, Celestino Eliseu Kanda, Laura Maria Pires de Alcantara Monteiro e Manuel da Piedade dos Santos Júnior são os novos membros do Conselho de Administração do BNA.

O Governo fez igualmente uma primeira abordagem às questões relacionadas com o regime de Expansão da Agência Nacional de Investimento Privado.

Aprovou ainda uma Resolução referente ao seu engajamento quanto ao recurso à arbitragem, como meio de solucionar litígios sobre direitos disponíveis, tendo em conta a grande importância desse meio alternativo de solução de diferendos, sobretudo porque os meios convencionais (tribunais) encontram-se demasiados sobrecarregados.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Quando a teimosia merece elogios

Folha8...04-03-06

Quem reside fora das fronteiras angolanas encontra razões de, por vezes, duvidar das notícias postas a circular sobre o País. Defendendo existir muitas dificuldades sociais e debilidades em sectores chaves para o bem-estar das populações.

Uma dessas razões seria o reduzido número de denúncias sobre mortes por fome que, no entanto, têm a sua razão de ser devido ao facto de os meios de comunicação nacionais ainda encontrarem dificuldades para cobrir o País na sua totalidade, deixando de fora as zonas mais lastimáveis e críticas. Ao contrário, o número de notícias do género seria maior, porquanto os factos existem. Por outro lado, a persistência e teimosia da população também contribuem para que não sejam tão elevados os números de vítimas mortais das debilidades sociais do País.

A coragem dos vendedores ambulantes, por exemplo, tem funcionado como uma verdadeira política de redução do possível aumento de vítimas das débeis condições sociais que o País tem. São centenas, senão milhares de indivíduos sustentados por zungeiras, kinguilas e lavadores de carros que só exercem tais serviços por teimosia, uma vez que vontade de acabar com tais negócios é um dos projectos do governo angolano.

Zungueira há mais de cinco anos, dona Marica vive com seis filhos e dois netos, sendo ela a única a trabalhar em casa. A trabalhar!? A sacrificar-se, talvez, pois caminhar durante todo o dia a carregar a mercadoria na cabeça e o bebé nas costas seja mais um sacrifício do que um simples trabalho. O sacrifício torna-se maior quando a Marica, melhor dizendo, quando todas essas Maricas que "zungam" pelas ruas de Luanda são tratadas como verdadeiras inimigas do

Governo, quando até são verdadeiras parceiras. Elas, como já adiantámos, sustentam centenas de pessoas, porém só conseguem tal feito porque são teimosas. Todos os dias enfrentam corridas e são espanca das pelos fiscais, força Criada com o principal propósito de os e as combater, isto em Luanda. Na opinião dos que tencionam "escorraçar" estas pessoas da rua, elas ajudam a sujar a cidade capital, daí o combate!

Porém, a determinação, a teimosia e a coragem, resultantes das necessidades, os mantém na rua, garantindo a muitas pessoas, da comida aos medicamentos e da roupa a escola. O trabalho destas pessoas é digno de elogios, uma vez que se não fosse a coragem delas mais pessoas morreriam de fome, doença, assim como o número de analfabetos seria maior.

No grupo de trabalhadores que, por teimosia, ignoram medidas governamentais, conseguindo por aí sustentar as suas famílias, pode-se ainda agrupar as kinguilas, cambistas de rua, que durante muitos anos foram o centro das atenções do governo na luta contra situações que consideram ilegais.

A verdade, entretanto, é que elas continuam. Nem mesmo o surgimento, em massa, de casas de câmbio, como aconteceu no início dos anos noventa, as derrubou, como se previa, tendo acontecido o contrário, grande parte das casas de câmbios faliram por razões que não são aqui chamadas. O facto é que faliram e as kinguilas continuaram a trabalhar.

A necessidade mais uma vez funcionou como antídoto a favor da teimosia e é cada vez maior o número de pessoas que em diferentes esquinas das principais cidades de Angola, com maior destaque para Luanda; ganham entre 300 e 500 kwanzas por cada nota de cem dólares e assim sustentam a família. É obra! Maria Isabel, de 42 anos, perdeu o marido há cerca de onze anos, tendo apostado logo no negócio de kinguila com o qual tem estado a sustentar a família composta por sete membros. Conta que já enfrentou barreiras como gatunos, policia e sol, mas os problemas de casa motivaram-na a dar continuidade. As razões que levaram Maria Isabel e Marica a demonstrar o vosso grau de teimosia também leva pelo mesmo caminho as prostitutas que são vítimas de abusos por parte de agentes policiaes que se aproveitam do facto da profissão ser ilegal no País.

Embora a teimosia seja normalmente vista de forma negativo, as pessoas descritas aqui como teimosas devem merecer elogios, porquanto a atitude delas, além de revelar preocupação com o próximo, impede o cres-

cimento das taxas de mortalidades e de outros indicadores menos bons para qualquer sociedade.

2.4 Bancos concedem USD 10 milhões em micro-crédito

jornal de Angola... 14-03-06

Os Bancos de Poupança e Crédito e Sol vão conceder la milhões de dólares em micro-créditos, no quadro da implementação do programa de Micro-crédito e Crédito ao consumo em todo o país, segundo anunciou o presidente do Conselho de Administração do BPC, Paixão Júnior.

O gestor, que falava durante a acta de assinatura e entrega dos contratos aos beneficiários do micro-crédito do município de Viana, precisou que a sua instituição tem já disponível para o programa cerca de 5 milhões de dólares, aos quais deverão ser acrescidos outros cinco, em função das necessidades.

"Estou convencido que, pata uma pessoa do meio rural, com uma pequena produção e sem nenhum apoio, qualquer ajuda que apareça é sempre bem vinda", sublinhou, acrescentando que o banco optou por conceder valores pequenos, porque, em primeiro lugar, "o micro-crédito é uma operação de grande risco e a possibilidade da sua recuperação pode não ser muito grande: embora a experiência nos diga que, entre 80 e 85% do crédito feito a micro-crédito, em qualquer parte do mundo, é recuperável, de maneira que á aí entre 10 e 15% por recuperar".

Os cerca de 50 beneficiários, entre professores, técnicos de saúde e agricultores, que funcionam no município e Viana, receberam o equivalente, em kwanzas, a 100 ou a mil e 500 dólares cada, que deverão ser reembolsais num prazo de 18 meses, com um período de carência que varia em função do tipo e cultura. De acordo com uma fonte do BPC, o cliente só vai começar a reembolsar o valor depois da colheita, ou seja, quando tiver as receitas da venda dos produtos, com uma taxa de juros de 8% ao ano e 0.66% ao mês.

Entretanto, se o solicitante não devolver o dinheiro, segundo a fonte, no prazo acordado, o banco cobrará mais 2% ao ano, ou seja, 0.16 por cada prestação mensal não paga, além dos iniciais 8%, totalizando assim 10% ao ano. Janete Kanjila, enfermeira no hospital do Zango, uma das beneficiárias, adiantou que o crédito que recebeu destina-se à compra de um terreno para a construção da sua residência, bem como a realização de outro tipo de negócios. As taxas de juros, como disse, não lhe preocupam, uma vez que o desconto será feito directamente do seu salário, que todos os meses tem sido depositado no BPC. O micro-crédito BPC é destinado aos pequenos produtores

agrícolas, professores e técnicos de saúde, localizados nas zonas rurais e periurbanas.

Para a sua obtenção, os grupos devem ser constituídos por 3a 7 camponeses localizados nas áreas rurais e que tenham assinado, com a União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA) e o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), o acordo de prestação de serviço.

2.2 China e Dubai servem de fontes aos vendedores do Roque Santeiro.

Jornal de Angola... 05-03-06

ALÉM de adquirirem material escolar nas livrarias da capital, no fito de revendê-los e, conseqüentemente, obterem lucros, alguns vendedores no mercado Roque Santeiro avançaram ao "Dossier" que algumas das suas fontes de aquisição deste produto são a China e o Dubai.

Recorrem ao mercado da Ásia por ser barato e porque proporciona bons lucros em relação ao da Europa. De acordo com aqueles vendedores, exceptuando os livros de classes, preferem "encomendar" cadernos, réguas, lapiseiras, borrachas, máquinas calculadoras, lápis de carvão, etc. As livrarias locais não concorrem com aqueles, porque, na sua maioria, importam de Portugal e seguem à risca os modelos de venda, ressentindo os efeitos da concorrência do sector informal.

As livrarias não satisfazem a procura e, por conseguinte, são apanhadas em contramão pelo sector não oficial, representado em larga escala pelo mercado Roque Santeiro.

"Uma máquina científica, por exemplo, proveniente da China, vendemos a 500 kwanzas, mas nas livrarias custa 1.700 kwanzas". Algumas capas escolares, de origem europeia, são comercializadas ao preço de 900 kwanzas, mas as de origem asiática custam 400 kwanzas.

Os livros mais procurados, e inacessíveis, no mercado, são os de língua portuguesa. "São caros, principalmente o livro de português da 5ª classe, e não aparecem com facilidade", era o jovem Cruz, a dramatizar a situação do momento. Para a 5ª classe, segundo apuramos, apenas são vendidos livros de português já usados, a um preço que varia entre os 3. 500 e 4.000 kwanzas. Os livros das 3ª e 4ª classes estão a ser comercializado a 1.500 kwanzas, menos 500 que na semana antepassada, ao passo que o da 2ª classe ronda os 800 kwanzas. "Compramos uma caixa com cem livros de leitura para a 4ª classe a 80 mil kwanzas", disse um vendedor. Neste caso, não há como evitar "disparos" dos preços, no mercado Roque Santeiro, porque quase todos

pretendem, no mínimo, retirar o capital de investimento.

Uma caixa com 50 lapiseiras custa 250 kwanzas, valor que consideram acessível, ao passo que uma resma de papel A4 custa 400 kwanzas, contra os mil em algumas livrarias, embora a procura desse último produto apenas seja salutar em época de provas trimestrais, nas escolas .. A conjuntura sobre os livros de língua portuguesa não afecta os manuais de matemática e de outras áreas do saber. Estamos a nos referir a uma época em que algumas pessoas notaram que o negócio do livro é rentável. Um colega de bancada do jovem Cruz alegou que pessoas que anteriormente vendiam carvão e jinguba, assada e torrada, deixaram de o fazer para vender livros.

Como a oferta é elevada e diversificada, alguns praticam preços desleais, visto que, em alguns casos, "adquirimos na mesma fonte e estranhámos como podem reduzir tão bruscamente os preços, dando-nos a entender que apenas irão retirar o dinheiro investido e não os possíveis lucros". Retorquiu que o facto de muitas pessoas deixarem de exercer outros tipos de negócios, apegando-se ao de material escolar, não implica dizer que o mesmo é comercialmente rentável. Cruz socorreu-se de um facto muito frequente, por altura da quadra festiva, em que quase toda gente envereda pelo negócio de frescos, dando uma imagem de que a recepção de lucros é semelhante à vida num "paraíso".

Num universo relativamente grande, muitos vendedores foram unânimes em afirmar que não negociam directamente com a Edimel na compra de material diversificado, "onde reconhecemos praticarem preços baixos", porque exigem um Alvará Comercial para o efeito. Por isso, dizem, recorrem a comerciantes que os adquirem a partir dessa empresa. Mas, no entanto, a Edimel nunca se constituiu na principal fonte directa daqueles vendedores. Vezes há em que encomendam manuais escolares e outros produtos úteis ao ensino a partir de certas províncias, "embora saibamos que os mesmos partem de Luanda para lá".

Neste caso, asseguram que a única dificuldade que os persegue é o Péssimo estado em que se encontram as estradas, factor que tende a desencorajar o negócio. Mas para João Pitanha, também vendedor de material escolar, o actual momento pode ser considerado contrário ao que esperavam, visto que "estamos no Princípio do ano lectivo e o negócio está parado", factor que os leva a não sentirem a pulsação dos lucros que esperam amealhar a todo o custo.

Segundo diz. Compram material escolar a um preço a-

cessível, mas chegados ao mercado Roque Santeiro, notam que o negócio não evolui tal como previam. Aponta o dedo indicador ao comércio exercido pelos zungueiros, nalgumas ruas da cidade, como principal causa deste imbróglio ao desenvolvimento dos seus negócios.

"Nem toda gente tem paciência de se deslocar ao Roque Santeiro a fim de adquirir material a preço acessível; então recorrem aos zungueiros e estes retiram-nos vantagem no negócio".

A situação é considerada dificultosa, tanto que para vender três cadernos por dia é necessário ser exímio a "chaxar" com os clientes, de maneira a despachar este ou aquele produto escolar, diz João Pitanha. O comércio de livros não enfrenta situação similar. Noutra vertente, a zona do S. Paulo constitui a principal referência de entrave, na recessão de clientes que pretendam adquirir cadernos no mercado Roque Santeiro, "porque no S. Paulo também vendem cadernos a preços iguais aos nossos".

2.3 "O negócio rende mais quando zungamos nas ruas"

Jornal de Angola... 05-03-06

Eram dezasseis horas de uma quarta-feira. Os raios solares destilavam a sua acção, exibindo uma temperatura capaz de conter a respiração de quem os suportava. Nos arredores da administração municipal da maianga, ao bairro Casenda, está de passagem um grupo de quatro zungueira. A princípio, após interceptadas pela reportagem do fundo sobre o comércio que praticam, rasgando todos os santos dias tapetes alcatroados de zonas como Rocha Pinto, Mártires de Kifangondo, Cassequel e Cassenda.

"O negócio é esse que o mano, está ver", afirma uma das quatro, com semblante alegre, blusa castanha, uma saia que aparenta ser baratinha de preço e cabelos soltos. Nega dizer o seu nome, tal como as outras, mas quando uma integrante do "G-4" diz chamar-se Conceição André, ela repensa, exibindo um sorriso e solta a fala: sou a Adriana Morais. Conceição avança no marcador para dizer que o negócio está a render algum lucro, embora as pessoas reclamam dos preços por elas praticados. Nos bairros acima referenciados, assim diz, há um equilíbrio entre a oferta e a procura. Das suas palavras compreende-se que a relação oferta/procura é positiva.

Próximo do local em que mantínhamos um dedo de conversa, dois colégios estão à vista: o Marilu e o Pôr-

do- Sol. Ao longe estão outros, nomeadamente Adélia e Anuarite, considerados canais livre de venda de material escolar, cujos efeitos surtidos são positivos. Porém, são os próprios alunos, de quando em vez, que os adquirem. Conceição e Adriana, as jovens do "G-4" que se mostraram dispostas ao diálogo com o repórter, disseram que compram os manuais de distintas classes nos armazéns, na zona do S. Paulo, - e a preços relativamente acessíveis.

Para além de livros, como de matemática, ciências integradas e de língua portuguesa (não dispunham de nenhum no momento), comercializam cadernos diversificados, dicionários em miniatura e gramáticas de língua portuguesa, réguas, portaminas, esferográficas e fitas colante. Manuais do primeiro nível, questão, chegam a custar até um máximo de 500 kwanzas, porém os preços são flexíveis quando notam haver interesse por parte do cliente.

Nos casos em que não se deparam com clientes pelas ruas por onde passam, batem portas de casas e fazem um marketing, a seu estilo, sobre os produtos que transportam em banheiras apropriadas para acarretar água e, geralmente, vendem sempre um ou vários produtos escolares. Adriana salienta que, às vezes, lhe é recomendada determinado tipo de manual, mas que nem sempre consegue onde geralmente os adquirir. O mesmo sucede com Conceição André, que, cabisbaixa, avançou que há dias que vendem material a "kilapi" e recolhem o dinheiro em datas previamente acordadas com os seus fregueses. A par da venda de material escolar, outras tarefas aguardam por elas diariamente: velar pelos seus lares. Garantem que quando o negócio deixar de dar bons lucros-apontam como previsão o mês de Março-hão de enveredar por um outro, que de momento desconhecem.

“O mano está a fazer muitas perguntas e a atrasar o nosso negócio”. Era a pressa de Adriana em continuar a rasgar as ruas do Bairro Cassenda e “furar” becos à procura de clientes. Um sentimento que não traduziu o do colectivo.

Reclamam dos agentes da fiscalização do Governo da Província de Luanda, uma atitude que consideram musculosa, quando lhes são retirados os bens que comercializam e não conseguem reavê-los. Mas a vida não pára o seu curso normal, dizem as próprias zungueiras, até porque estão a efectuar o comércio de material escolar por ser uma época em que a procura é desenfreada e deve ser aproveitada. Todavia, os lucros são elevados. Na parte exterior da Livraria Lello, na baixa da cidade, deparámo-nos com um outro grupo de zungueiros, mas poucos mostram-se interessados em

ceder entrevistas, por considerarem a comunicação social o causador das baixas no negócio.

"Desde que passaram a falar da nossa actividade aqui, na Lello, os fiscais apertaram o cerco e somos obrigados a pagar gasosa para vendermos mais ou menos à vontade", disse um vendedor ambulante. Rejeitam fornecer preços de produtos escolares, atirando ao ar o argumento anterior. Apuramos, no entanto, de boa fonte, dentre zungueiros que diariamente escalam os arredores da livraria Lello para exercerem o seu ganhapão, que adquirem o material na Edimel, num esquema que os próprios classificam de bastante complexo.

Negam categoricamente que estejam a praticar uma concorrência sem limites à livraria Lello, já que vendem às portas daquela, travando regularmente quase todo o cliente que lá se dirige, com expressões como: "meu senhor, temos material barato; na livraria está mais caro; não desperdice o seu dinheiro".

2.4 "Livrarias estão mancomunadas com os vendedores ambulantes"

Jornal de Angola... 05-03-06

Os vendedores ambulantes que comercializam o material didáctico a preços altos em diferentes locais de Luanda estão mancomunados com proprietários de livrarias e outros estabelecimentos comerciais virados para o ramo, disse ao "Dossier" o director do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec), Assunção Pereira.

Assunção Pereira sustenta a sua afirmação argumentando que os vendedores ambulantes se dedicam a esta prática defronte às livrarias da capital ante à passividade dos seus proprietários, que, acrescenta, permitem que um indivíduo compre material escolar em grandes quantidades, ao ponto de deixarem os estabelecimentos "lisos".

"Isto está claro. Não é possível que eu faça um negócio e ao mesmo tempo permita que alguém faça o mesmo à frente do meu estabelecimento de forma ilegal. Nesses casos, nota-se o pacto directo ou indirecto, contra todos os riscos e prejuízos possíveis", afirmou o director do Inadec, para quem os preços praticados na venda de material didáctico, por parte de muitos vendedores ambulantes, constituem um "autêntico roubo".

A título do exemplo, disse que um livro de leitura da 7ª

classe, que está tabelado a 350 kwanzas, é comercializado a sete mil kwanzas, no circuito de venda informal, o que, na sua opinião, prejudica as pessoas de baixa renda. Assunção Pereira põe o dedo na ferida e aponta as livrarias e demais estabelecimentos como principais fontes de abastecimento ao mercado paralelo. "Este casamento é perfeito e só não vê quem não quer. Há sempre uma ligação",

De acordo com o entrevistado, alguns agentes credenciados para a comercialização do material didático às restantes províncias do País constituem outra fonte de abastecimento ao mercado informal de Luanda, acabando por vender o produto na capital, uma situação que torna a sua aquisição mais difícil sobretudo nos municípios e comunas das províncias no interior.

Assunção Pereira considera ainda que o baixo índice produtivo de material escolar também prejudica as restantes províncias, por não acompanhar a explosão escolar que se regista em todos os níveis de ensino, em todo o país, sendo mais penalizadas as regiões que se encontram afastadas dos centros de produção.

A solução, em sua opinião, passa também por uma maior e melhor organização em termos de produção e distribuição do material escolar, para além de medidas de fiscalização mais rigorosas a todas as áreas que intervêm neste processo, desde a produção, incluindo a qualidade gráfica, à distribuição e venda.

"Há certos manuais que se deterioram ao fim do primeiro trimestre de aulas, com as folhas soltas, sem qualquer possibilidade de ser utilizado por outro aluno no ano lectivo subsequente", acentuou o director do Inadec, para quem o preço e a qualidade do material didático, "que ainda deixa muito a desejar", constituem uma "violação ao direito do consumidor". Para acabar com aquilo que considera uma anarquia de que enferma a comercialização de material escolar, Assunção Pereira defende o estabelecimento de regras que consistam na colocação do material escolar a ser utilizado em cada ano lectivo nas escolas, de acordo com o número de alunos matriculados.

"Esta seria uma soberana oportunidade para disciplinar e controlar a comercialização, distribuição e venda do material escolar", afirmou o director do Inadec, que, em parceria com o Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Educação (INID), tem já traçada uma estratégia, a ser implementada nos próximos tempos, com vista à revisão e divulgação de alterações que podem ser feitas em determinado manual, "em tempo oportuno".

2.5 As debilidades da rede comercial

Folha 8...11-03-06

Como em quase todo território nacional, comércio informal continua a crescer substancialmente, com condições sanitárias longe das desejadas. A cidade não tem laboratório de controlo de qualidade alimentar, pelo que as ameaças a saúde pública são cada vez mais prováveis, existem problemas no sector, nomeadamente o desrespeito à circulação mercantil que em situação normal devia seguir o traçado: importador, grossista, retalhista e consumidor", frisou Balbina da Conceição.

A rede comercial da província quase paralisada, subsistindo com pequenos negócios, apoiada grandemente por empresários privados. Os agentes económicos licenciados no sector não conseguem restabelecer o circuito comercial, devido ao mau estado das vias de circulação e à fragilidade financeira, que é geral, são as grandes dificuldades neste importante sector da vida pública naquela região.

Como em todo o País, a província precisa de um ambiente propício para o desenvolvimento de um sector privado forte, buscar incentivos que favoreçam a expansão dos mercados e o surgimento de novas oportunidades de negócios para assegurar o comércio no planalto central.

Nesta perspectiva, estamos certos de que é evidente que muitos operadores económicos da província, enfrentam o seu dia a dia de um País onde o ambiente económico-financeiro, por razões institucionais e burocráticas, está longe de ser o mais saudável ao desenvolvimento da actividade empresarial da província. Por isso, para assegurar a rede comercial, testemunhas na província, apontam que logo as barreiras que estão a dificultar o desenvolvimento do sector privado, um sistema judicial e um quadro regulador que facilite as actividades empresariais, o Huambo será um dos pólos para o desenvolvimento da economia do País. Outra dificuldade é o serviço financeiro.

Os serviços bancários são muito débeis, não existindo instituições de créditos, nem de outra natureza de suporte às actividades empresariais, com a excepção de uma delegação do Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Banco de Fomento Angola (BFA).

2.6 Empresários com dificuldades de créditos

Folha 8...18-03-06

As dificuldades de acesso aos créditos bancários estão na base do fraco crescimento da actividade comercial na província do Huambo, sobretudo para os

empresários que de forma elementar continuam a postados no exercício das suas actividades, segundo confirmou Afonso Pintar do Grémio dos Comerciantes e Produtores de Milho (Epungu-milho).

O êxito de projectos tendentes ao relançamento e incremento do comércio e cultivo de milho e outros cereais como principais produtos utilizados na assistência alimentar e componente indispensável nos hábitos alimentares da população do planalto, estão ameaçados, visto que as medidas de acesso aos créditos bancários são nebulosas e cativos da política de Paulo Kassoma, governador da província.

Afonso Pintar argumentou que, para os associados do Grémio dos Comerciantes e Produtores de Milho (Epungu) no Huambo a situação é mais complicada. Porque não têm grandes oportunidades como no passado, por isso, as dificuldades resultam da falta de financiamento por parte do governo local que não está a incrementar nenhuma política no sentido de tirar o marasmo em que se encontra o grupo de empresários que apostaram no projecto, como meio de sustentabilidade e desenvolvimento da região.

Em 2003, segundo o nosso interlocutor, o projecto forneceu milho ao Programa Alimentar Mundial mas até hoje a dívida não foi saldada pelo Ministério das Finanças, situação esta que colocou os empresários, na condição de dependentes. "Estas realidades, a falta de créditos e a dívida do Governo que dura quase três anos, estão na base da fraca prestação de serviços e produção neste sector preponderante da vida da economia nacional", garantiu. Interpelado sobre quanto era a dívida e quais foram os signatários do acordo, o nosso interlocutor referiu que pode chegar aos 70.000 dólares e o compromisso de pagamento foi assumido pelo Ministério das Finanças. "Este montante está a comprometer as actividades agrícolas e comerciais dos associados", referiu Ora, se o Ministério das Finanças resolver liquidar esta dívida e houver concepção de créditos sem dívidas que os produtores de milho no Huambo vão poder arrancar em força com as suas actividades mesmo que ainda se registem restrições, impostas pelo executivo local, reafirmou.

"Temos algumas dificuldades de desenvolver a 100% as nossas actividades, porque existem intromissões do governo da província e este quadro condicionou a vida de muitos que tiveram de sair da associação", reiterou, advogando para já a necessidade de abertura e facilidade, por parte dos bancos que operam na província, (BPC e UFA) à concepção de créditos para assegurar a agricultura. Por ser uma região que no passado foi o segundo pólo industrial do País, mas que

hoje se encontra em total abandono e um governador que não se interessa com a reabilitação deste parque industrial.

"O parque industrial da província está adormecido há mais de 15 anos e temos assistido diversas privatizações sem nenhum concurso público e só existe uma empresa que ganha tais realizações, o Grupo Valentim Amões", admitiu. Outra dificuldade associada ao deficiente desenho do Grémio, prende-se com as instalações da delegação provincial que foi recebida pelo governo local e os actuais sócios estão a trabalhar numa residência arrendada. Este quadro está a complicar o cumprimento dos compromissos assumidos de fornecer milho às empresas magueiras sediadas na província de Benguela que actualmente tem a melhor indústria magueira", admitiu.

A direcção do Epungu diz que o milho era recebido dos agricultores à crédito e imediatamente direccionado às indústrias, o que actualmente não é feito, porque segundo explicou, o grémio de acordo com a sua experiência pretende proteger os seus associados de situações em que os compromissos não são honrados na totalidade e podem sobreviver", afirmou. Os protocolos visam, tal como referiu a fonte, direccionar as aquisições de cereais de forma a servir de incentivo aos agricultores que se queixam frequentemente da falta de um mercado para onde escoar as suas produções. No entanto, dificuldades financeiras ameaçam a implementação desses protocolos. O Epungu reclama de dificuldades de obtenção de créditos para a implementação de programas tendentes a que os seus associados possam avançar com a produção de milho, massango ou massanbala e então honrar os compromissos com os seus consumidores.

São raras as situações em que o grémio consegue um crédito. E quando acontece, os projectos são concluídos. Para reduzir as dificuldades, o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES) vai financiar nos próximos tempos um programa que visa o relançamento da produção local de milho com um grupo de mais de 50 agricultores, referiu a nossa fonte.

2.7 Soldadinho da sobrevivência

Capital...25-03-06

Crescem sem nunca terem frequentado uma escola e vendem nas ruas para sobreviver. História de crianças que calcorreiam as várias artérias de Luanda a comercializar produtos das mais variadas espécies. Algumas por imposição familiar, outras por força da necessidade criada pela pobreza que grassa na maioria

dos lares angolanos.

Ao meio da manhã de terça-feira, Melito Sambo trazia desenhado no rosto um sorriso gaiato. Parecia até que a vida lhe corria às mil maravilhas, mas não era bem o que se pensava. Num outro ângulo daquela alegria estava um pensamento futurista sobre o que seria a sua vida dali para frente, no exacto dia em que acabava de completar 11 anos de vida.

Parecia muito bem disposto com o seu aniversário, mas também, por outro lado, não se conformava com a mardrasta sorte de se ver transformado num mero revendedor de sandes, uma espécie de pequeno-almoço para aquelas gentes sem tempo para o fazer em casa. Como todas as outras crianças na sua idade, queria que a sua mãe também, tal como as outras, organizasse uma festa «bem bonita» para si. Porém, está convicto que tal não acontecerá por a condição social e financeira da sua família não permitir este tipo de futilidades que povoam a cabeça de uma criança como Melito. A festa, esta, apenas tem lugar na sua cabeça, no seu ainda púbere pensamento, enquanto calcorreia as ruas de Luanda, todas as seis horas de cada dia, a comercializar grandes quantidades de sanduíches que transporta no interior de uma marmitta.

Até o «astro rei» já o encontra em pé muito antes de emitir os primeiros raios. Abandona a casa no bairro da Mabor para «pegar as sandes na casa da tia, que vive mesmo próximo de casa». Quando chega ao centro da cidade, quase sempre às sete horas, já ela está repleta de potenciais compradores e consumidor do seu produto. Poucas horas depois, senão tanto duas horas, regressa à Mabor, onde presta contas à tia, aqui feita sua patroa, que lhe confia, diariamente, o negócio. A sua história é bastante comovente, sobretudo quando se trata de uma criança que tem sob as costas a responsabilidade de sustentar uma família. Antes vendia água fresca com a mãe, que «um dia desses foi atropelada» brutalmente na estrada do Rocha Pinto quando atendia um cliente num táxi, a tal ponto que a paralisou os membros inferiores. Só por isso, os dois mil Kwanzas que o pequeno Melito Sambo ganha todos os dias tem servido para as despesas caseiras, porque a «mamã já não pode andar e eu estou a vender para poder ajudar em casa», confessou. O pai, tão logo a mulher adoeceu, abandonou o lar. Vive a fugir dos fiscais, arriscando muitas vezes a vida para salvar o couro e também o negócio, para, ao menos, garantir que a mãe e os irmãos «tenham alguma coisa para comer» e algo, ainda que meros farrapos, para cobrir o corpo. E como sonhar não é proibido (pobre também sonha) o pequeno espera «um dia entrar na escola», lugar onde nunca esteve antes, por indisponibilidade dos seus

progenitores.

Fá-lo-á, se tudo lhe correr como perspectiva, com o pouco dinheiro que guarda das suas vendas diárias.

«Juro que não quero continuar a deambular pelas ruas com uma caixa cheia de sandes, correr atrás dos táxis e autocarros para atender aos pedidos das pessoas», afirmou, para depois revelar o seu sonho para quando chegar a idade adulta:

«Também quero ser um dia professor».

«Se não vender tudo não como»

Aos nove anos de idade, Simão deixou de frequentar a escola na província de Benguela, porque o irmão, que já se encontrava em Luanda, tirou-lhe da casa dos pais prometendo-lhe melhores condições de vida. Actualmente com 12 anos, ainda vive com o irmão e a cunhada. Contudo, de lá para cá, nunca teve a oportunidade de desfrutar das «melhores condições» prometidas, nem tão pouco, o que seria mais sensato, estudar.

Lembra-se que quando chegou teve um tratamento quase principesco. Só não sabia que aquela fase era sol de pouca dura, uma vez que, pouco tempo depois, seria substituído por maus-tratos que o marcarão para sempre, como algo indelével. Um dia, sem saber que mal terá feito, viu-se impedido de tomar o pequeno-almoço. O seu período de graça tinha, afinal, chegado ao fim. Tinha que se virar pelos seus próprios pés para poder comer. «Ela (a cunhada) disse-me que tinha que trabalhar se quisesse comer», queixou-se. Não fosse uma criança na altura com apenas nove anos de idade, «nunca teria saído de Benguela».

É que o irmão não trabalha e, como se não bastasse, obriga-lhe a vender bolos na rua confeccionados pela cunhada. O pior não está na venda dos bolos, mas sim no facto de estar impedido de estudar, porque tem que passar todo o dia na rua a vender, já que é obrigatório regressar para a casa com a caixa dos bolos totalmente vazia. Quando tal não acontece, ou seja, naqueles dias em que os bolos sobram, «ela me castiga».

São todas essas situações, todos esses maus-tratos por que passa que o forçam a alimentar cada vez mais a ideia de que «um dia, se ela voltar a bater-me, voltar para a minha província», afirmou. Como Melito Sambo e Simão encontram-se muitas outras crianças obrigadas a trabalhar para ajudar no sustento de casa.

E muita das vezes ou quase sempre, não sabem ler, nem escrever, porque, para muitas delas, escolas é apenas algo de que ouvem a falar.

2.8 Bpc lança programa de micro-crédito e crédito ao consumo para Luanda.

Semanário Angolense... 25-03-06

A localidade agrícola da Kiandala, na comuna de Calumbo, acolheu o lançamento em Luanda do programa de micro-crédito e crédito ao consumo do Banco de Poupança e Crédito (Bpc), que visa melhorar o desempenho agrícola nas zonas rurais e peri-urbanas e promover o desenvolvimento social.

Na cerimónia de lançamento da campanha, 50 cidadãos que trabalham em Viana, entre funcionários públicos (professores e enfermeiros) e camponeses, foram agraciados com créditos que variam entre 100 e 1500 dólares, a serem reembolsados num prazo de 18 meses, a uma taxa de juro de 08% ao ano e com um período de carência (para os agricultores) que varia em função do tipo de cultura.

A iniciativa faz parte de um pacote de 10 milhões de dólares destinados à implementação de um programa de micro-crédito e crédito ao consumo por todo o país. A sua extensão para todas as províncias será feita até ao mês de Junho deste ano, conforme anunciou o presidente do Conselho de Administração do Bpc, Paixão Júnior.

Antes de Luanda, o programa fora já lançado no Namibe e Huambo.

O Banco de Poupança e Crédito tem disponíveis 5 milhões de dólares numa primeira fase, aos quais deverão ser acrescentados igual quantia em função das necessidades do programa. O homem-forte do Bpc acredita no sucesso do programa, apesar dos sectores envolvidos serem considerados de risco, em que a possibilidade de retorno não é total. De resto, a experiência aponta que, em qualquer parte do mundo, apenas entre 80 a 85 % dos empréstimos feitos no sistema de micro-crédito são recuperáveis, ficando os restantes como que perdidos.

«Com os valores disponibilizados, creio que estaremos a ajudar pessoas que só têm a terra para trabalhar, visando o aumento dos níveis de produção», sublinhou Paixão Júnior. Segundo ele, se alguns dos contemplados com o micro-crédito passarem a deter uma produção considerável, poderá beneficiar de um apoio de outra natureza, isto é, de créditos em valores mais substanciais, que podem ir dos 5 mil aos 50 mil dólares.

Para a implementação deste programa, o Bpc conta com uma equipa dinâmica de jovens quadros, que deverão proceder ao acompanhamento dos beneficiados, no sentido de elevarem o seu nível a outros pata-

mares, um exercício a ser feito nos próximos anos.

Na ocasião, o administrador municipal de Viana, José Pedro Alberto, manifestou-se regozijado pela escolha do seu município para o lançamento deste programa em Luanda, acreditando no seu sucesso, por os beneficiados, como disse, serem pessoas trabalhadoras e sérias, que precisavam apenas de um incentivo, incentivo este que chegou pelas mãos do Bpc. Janeth Kinjila, integrante do grupo de beneficiados com créditos ao consumo, manifestou-se bastante satisfeita, garantindo que, com o que recebeu, tratará de comprar um terreno, para edificar a casa dos seus sonhos.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 UNITA expulsa militantes

RNA...13-03-06

A UNITA, principal Partido político da oposição, expulsou sexta-feira quatro militantes que ocupam assentos na Assembleia Nacional (Parlamento), incluindo o ex-ministro da Hotelaria e Turismo, Jorge Valentim, por alegada indisciplina.

Para além de Jorge Valentim, ex-secretário da UNITA para a Informação, o Partido expulsou ainda os deputados Mwanza Wa Mwanza Simão, José Kativa e Malheiro Chitungo Elavoko e suspendeu, por um ano, Eugénio Manuvakola, antigo secretário-geral da formação política e actual membro do Parlamento. Esta decisão segue-se à instauração de processos disciplinares contra 16 deputados da UNITA que recusaram em Fevereiro passado a sua substituição ordenada pela direcção do Partido. A Comissão Política da UNITA, reunida em Luanda, precisa num comunicado que a decisão foi tomada pela maioria dos seus 250 membros, em voto secreto, na sequência das propostas apresentadas pelo Conselho Nacional de Jurisdição.

O presidente da UNITA, Isaías Samakuva, disse no encerramento da reunião da Comissão Política que a expulsão dos quatro militantes é uma sanção contra “a corrupção e a divisão”.

3.2 CNE quer participação activa da sociedade

Angop ...14-03-06

O presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), António Caetano de Sousa, disse segunda-feira, 13, em Luanda, pretender uma participação activa da sociedade civil no processo eleitoral, sobretudo em matéria de educação cívica.

Caetano de Sousa manifestou essa posição quando procedia a abertura do encontro nacional da CNE com representantes de 70 organizações não governamentais, no âmbito do seu plano de formação, iniciado quinta-feira. O presidente do órgão supervisor do processo eleitoral explicou que este encontro visa encontrar formas de relacionamento entre a Comissão Nacional e as organizações da sociedade civil, visto que muitas estão vocacionadas para matérias eleitorais e já têm alguma experiência, afirmando que muitas podem ser parceiras da CNE. No seu entendimento, o papel da sociedade civil é de extrema importância e uma sociedade civil esclarecida transmite melhor os seus conhecimentos, quer em matéria eleitoral, quer noutras vertentes, assim sendo, envovê-la em todo o processo eleitoral é favorável para, em conjunto, desenvolver-se programas neste domínio, com maior relevância para educação cívica e registo eleitoral.

Durante dois dias, os participantes serão orientados por técnicos de formação da CNE sobre temas como «Competência da CNE e da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral», «Procedimento do Registo», «Observação e Fiscalização do Registo Eleitoral» e «O Papel da Sociedade Civil no Processo do Registo Eleitoral». Ainda no âmbito do seu plano de formação, a Comissão Nacional Eleitoral, tem agendado para quinta-feira um encontro com os partidos políticos.

3.3 PR empossa novos governantes

RNA...15-03-06

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, confere posse esta quarta-feira, em Luanda, ao ministro do Interior, Roberto Leal Ramos Monteiro "Ngongo", nomeado a 24 de Fevereiro último.

Nascido em Luanda, o general "Ngongo" substituiu Osvaldo de Jesus Serra Van-Dúnem, falecido no dia 04 do mês passado. Roberto Leal Ramos Monteiro, que até a sua nomeação era embaixador na Rússia desempenhou já, entre outras, funções de vice-ministro da Defesa Nacional.

Na mesma cerimónia, que terá lugar no Salão Nobre do Palácio Presidencial, José Eduardo dos Santos, vai igualmente empossar o vice-ministro do Interior,

António Sebastião Martins, também recém nomeado.

3.3 Holden Roberto afastado da liderança da FNLA

Ibinda.com...16-03-06

Luanda – O Comité Central da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) suspendeu o líder histórico Álvaro Holden Roberto da presidência do partido e incumbiu o primeiro vice-presidente, Lucas Ngonda, de assegurar interinamente o cargo até à realização do congresso, a decorrer nos dias 24 e 26 de Maio

Holden Roberto foi quarta-feira suspenso das funções que vinha exercendo desde 22 de Outubro de 2004, depois de o Comité Central da FNLA ter considerado que «agiu sem nenhuma coordenação interna, nem visão política ou estratégica, provocando a paralisação da vida do partido», de acordo com o comunicado final da reunião, em Luanda.

A presidência será assegurada interinamente por Lucas Ngonda, juntamente com o segundo vice-presidente da FNLA, Ngola Kabango, e o secretário-geral, Francisco Carlos Mendes. O Comité pede ainda ao Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, que suspenda a participação de Holden Roberto no Conselho da República, defendendo que este lugar deverá ser ocupado pelo novo presidente da FNLA, a ser eleito no congresso extraordinário marcado para Maio.

Até lá, as questões da FNLA junto das instituições da República e missões diplomáticas acreditadas no país devem ser tratadas pela direcção interina do partido, a quarta força política na Assembleia Nacional de Angola.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Unita insiste na necessidade de se realizar eleições ainda este ano

Terra angolana...01-03-2006

O maior Partido político da oposição em Angola, a UNITA, anunciou 10 primeiro dia de Março ser linda possível termos este mo, eleições em Angola. O galo Negro acredita porque assim assegurou à nação o Presidente da República nos seus discursos de 2005.

Falando para a imprensa em Luanda, o Secretário-geral da UNITA, Mário Miguel ladeado pelo secretário para a informação Adalberto Costa Júnior e pelo acessor de imprensa do Presidente do Partido, Alexandre Solombe, declarou que " no próximo mês de Abril serão concluídos 4 anos de vivência em paz. Estes anos correspondem a uma legislatura completa".E questiona: " quantas legislaturas serão concluídas sem qualquer mandato?" É de salientar que a Comissão Política da UNITA estará reunida nos dias 8 a 10 de Março em sessão ordinária, podendo vir criar uma agenda nacional e analisar a contínua indefinição do nosso país ao seu futuro, por consequência do desconhecimento quanto a agenda eleitoral.

A oportunidade servirá para a UNITA actualizar os

seus programas internos e as propostas para a alternância do poder em Angola.

4.2 Tecnologia de ponta par as próximas eleições

Terra angolana...01-03-2006

Depois que a UNITA apresentou à Assembleia Nacional e depois publicamente, através deste jorna4 um ambicioso plano para a realização das eleições através de tecnologia de ponta, surge agora o governo a aceitar parte das propostas.

No seu plano a UNITA havia sugerido um processo de registo bio métrico controlado por satélite que fosse capaz de ter uma cobertura nacional por intermédio de uma central de dados.

Embora o governo não tenha aceite a totalidade da proposta, por enquanto, um passo foi avançado quando o Dr. Caetano de Sousa, o Presidente da Comissão Nacional Eleitoral afirmou que ao contrário do processo realizado em 1992, o registo para as próximas eleições seria informatizado. Trata-se no fundo de um processo "mais moderno, rápido, célere e seguro", pontualizou o Dr. Caetano de Sousa durante uma reunião interministerial no final da qual foi dada a conhecer a opção tecnológica para o registo Eleitoral que terá um arquivo informatizado de todos os eleitores registados.

O cidadão será nas próximas eleições identificado através não apenas de uma fotografia, mas também de um registo de impressão digital, gravado no banco de dados e autenticado no cartão de eleitor, afirmou o Dr. Caetano de Sousa, para quem ficam assim ultrapassados os armazéns de dados da experiência passada. " Em 1992 tínhamos um armazém com milhares de fichas preenchidas pelos eleitores". O controlo do registo, especificou o Presidente da CNE, através do sistema bio métrico, (o tal que a UNITA havia proposto) permite captar a identificação do eleitor. Entretanto, Caetano de Sousa não avançou com precisão a data do arranque do registo eleitoral que de princípio seria para Janeiro último. Disse apenas que a CNE começou "agora a fazer as pesquisas, mas logo que tivermos arrumadas essas discussões levantadas com a questão tecnológica, vamos passar à aprovação da data do início do processo eleitoral, que vai ser objecto da aprovação do nosso programa"disse. Quadros angolanos estarão envolvidos nesta empreitada que conduzirá Angola para as suas bio métrico, (o tal que a UNITA havia proposto) permite

captar a identificação do eleitor. Entretanto, Caetano de Sousa não avançou com precisão a data do arranque do registo eleitoral que de princípio seria para Janeiro último. Disse apenas que a CNE começou "agora a fazer as pesquisas, mas logo que tivermos arrumadas essas discussões levantadas com a questão tecnológica, vamos passar à aprovação da data do início do processo eleitoral, que vai ser objecto da aprovação do nosso programa" disse.

Quadros angolanos estarão envolvidos nesta empreitada que conduzirá Angola para as suas segundas eleições. Trata-se de eleições importantíssimas pois a legitimidade dos órgãos, saída das últimas eleições há muito caducou. O país passou a viver de emendas à lei em nome de uma normalização institucional avessa aos vazios que o tempo criou à Constituição.

Por saber está agora a questão do registo dos angolanos na diáspora que segundo o Ministro da Administração do Território será objecto de uma decisão política. A oposição angolana está, na sequência dessa afirmação preocupada uma vez que os refugiados e a massa cinzenta que abandonou o país não acredita no MPLA

4.3 Kwanza Sul, O Caminho das Eleições

Terra angolana...01-03-06

O Kwanza Sul será exemplo de civismo no próximo pleito eleitoral, garante o governador daquela província litoral

Serafim Maria do Prado quando perspectivava a realização das próximas eleições ainda sem data, na sua mensagem de ano novo. O pronunciamento do governante foi bem acolhido por círculos sócio-políticos da província, considerando-o de atitude patriótica e corajosa. Em comunicado saído da sua IV reunião ordinária do comité provincial (28.01), a UNITA exprimiu solidariedade pelo pronunciamento exemplar de Serafim Maria do Prado.

"Houve progresso no processo de democratização e reconciliação nacional", admitem as Fontes. Entretanto, o exemplo de civismo deve ser o dia-a-dia dos Kwanza Sulenos, pautando pela diferença de opinião, crença ou filiação partidária.

Exemplos como de Manuel Fernando torturado dia 4 de Fevereiro por Segunda Massília, Kapolo Massília e César Armindo Militantes do MPLA moradores do Bairro da Bumba no Sumbe, por motivações política contrastam com a tolerância e civismo. A vítima que inspira cuidados a julgar pelas lesões sofridas na cabeça é um ex-militar desmobilizado da UNITA e foi Secretário Municipal da JURA, actualmente é

trabalhador da SONANGOL.

Quadros locais da oposição vaticinam que o Civismo que se pretende dar no Kwanza Sul seja um exemplo para correcção disso tudo, o que pressupõe coerência em relação aos compromissos e acordo para a gestão da coisa pública, acabando com contradição imoral que existe, entre a riqueza e Pais e a pobreza do nos povo. Actualmente todos os Gabinetes eleitora foram empossados.

Província tem formalmente tudo pronto para o arranque da campanha de sensibilização para o registo eleitoral. "O grande problema agora são as instalações de trabalho, meios de transporte e o preenchimento de 31 membros em falta nos Gabinetes Municipais" disse uma fonte junto da Comissão Provincial Eleitoral (CPE).

4.4 Governo gasta USD 16,2 milhões no apoio a pequenos partidos

Jornal de Angola-02-03-06

O Governo angolano vai gastar cerca de 16,2 milhões de dólares no pagamento do subsídio aos partidos políticos sem assento parlamentar, aprovado em Janeiro na sequência de uma resolução adoptada pelo Parlamento em Agosto de 2005.

O subsídio, no valor unitário de 9,7 milhões de kwanzas (cerca de 120 mil dólares), vai ser pago a 135 partidos políticos sem representação parlamentar, disse ontem à Lusa, em Luanda, uma fonte oficial do Ministério das Finanças, entidade a que compete fazer o pagamento. Este subsídio será pago em duas tranches, a primeira das quais "já começou a ser paga", precisou a fonte, enquanto a segunda será liquidada em Setembro.

A atribuição deste subsídio, cujo montante foi aprovado pelo Governo a 26 de Janeiro, destina-se a financiar despesas com instalações, equipamento e meios de transporte, de forma a permitir a implantação dos partidos a nível nacional, na sequência da preparação das próximas eleições. O problema do financiamento dos partidos sem representação parlamentar assumiu especial relevo depois da aprovação da nova Lei de Financiamento dos Partidos, no âmbito do pacote legislativo eleitoral aprovado pelo Parlamento para permitir a realização das próximas e-

leições.

A nova legislação determinou o fim do financiamento do Estado aos partidos sem assento parlamentar, o que originou protestos destas formações políticas, que reclamaram a criação de condições para poderem disputar o próximo acto eleitoral. O Estado angolano, nos termos da anterior legislação, financiava com 140 mil dólares por ano cada um dos partidos devidamente legalizados, situação que muitos analistas políticos angolanos consideram explicar o elevado número de partidos que existe no país. Nos debates que antecederam a aprovação da actual Lei de Financiamento dos Partidos, a generalidade dos deputados argumentou que a democracia angolana não beneficia com o elevado número de formações políticas que existem no país.

Desde 1991, quando o país adoptou o sistema multipartidário, cerca de 150 partidos políticos, dos quais apenas 12 têm representação na Assembleia Nacional, legalizaram-se em Angola.

Dos restantes, a maioria não desenvolveu qualquer actividade pública conhecida nos últimos anos, sendo praticamente desconhecidos da opinião pública.

4.5 O papel da pesquisa de opinião e de mercado numa sociedade democrática

Jornal de Angola... 02-03-06

TENTAREI neste texto, acima de tudo, argumentar qual o papel da pesquisa de opinião e de mercado no desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Aliás, só numa sociedade onde existe democracia, concorrência, competição no domínio político, económico, e social há necessidade de os actores políticos, económicos e sociais procederem continuamente estudos de opinião e de mercado, que subsidiem a tomada de decisões para a sua adaptação e sobrevivência em tal disputa. Se democracia "é o Governo do povo e para o povo", então pesquisar a opinião deste povo e tomá-la em consideração é reforçar esta democracia. Se um dos elementos da democracia é a liberdade de opinião ou de expressão então, a pesquisa desta opinião é também manifestação de democracia.

De tal sorte que se recomenda a realização, com certa periodicidade, de pesquisas para: Avaliar o desempenho de governos centrais ou locais; medir o grau de satisfação ou insatisfação dos governados; identificar os assuntos públicos mais prementes e respectivas acções

(soluções) que a administração pública deve desencadear; avaliar o impacto do discurso político oficial; avaliar, inclusive, a opinião dos governados em relação ao desempenho individual dos governantes; avaliar e comparar os políticos, concorrentes ao poder; identificar "o estado de coisas" e as motivações no interior das próprias instituições governativas, empresariais, ou partidárias, etc, etc.

A pesquisa de opinião é uma forma dos governantes submeterem-se à avaliação popular, mesmo fora dos períodos eleitorais. É preciso não temer esta avaliação, quer seja negativa ou positiva, pois que dela derivam sempre informações úteis à melhoria e ao desenvolvimento. É democracia interessar-se pelo conhecimento da opinião dos governados. Creio" por exemplo, que se, no nosso país, a Administração Pública municipal e comunal, como órgãos mais próximo dos cidadãos, realizassem pesquisas de opinião, seriam mais acessíveis aos cidadãos e mais eficazes na resolução do interesse público. E inclusive a pesquisa constituiria uma forma de dialogar com os cidadãos.

O político democrático tem necessariamente de falar em nome do povo e neste exercício deve conhecer a opinião deste povo, o que deve ser conseguido também através de pesquisa e não por presunção ou suposições. Deste modo evitar-se-iam, por exemplo frases, muito frequentes no discurso político angolano, como "O nosso povo pensa...", ou de... " feitas quantas vezes, outros exercícios pesquisas de sem suporte seguro. Assim posso afirmar que a pesquisa de opinião ajuda a conformação e consolidação no plano político democrático duma sociedade democrática. Democracia como se sabe estende-se também no domínio económico, onde as principais características são a concorrência, a competição e a livre iniciativa. Sobreviver neste ambiente, em que os mais fracos ficam pelo caminho como que por resultado de um "processo de selecção natural", como defendia Charles Darwin (Naturalista/Botânico britânico do século XIX, pai da teoria da Evolução das Espécies) em relação aos seres vivos, não é obra do acaso. Para tornar-se apto neste ambiente economia de mercado, é necessário que os seus protagonistas realizem, entre outros exercícios, pesquisas de opinião e de mercado, que servem de base para tomada de decisões conducentes à adaptação constante e ao desenvolvimento. Por exemplo, as decisões de investimentos na área da produção e comercialização de produtos e serviços, devem socorrer-se, além dos famosos estudos de viabilidade económica, aos estudos de opinião e de mercado, por forma a conhecer a opinião do potencial público-alvo e o potencial mercado. Este procedimento, sem dúvidas,

evita desperdícios de recursos de toda a índole e conduz à rentabilização máxima destes. A pesquisa de mercado faz parte da luta pela sobrevivência. E esta luta conduz ao desenvolvimento.

Neste sentido a pesquisa contribui também para o desenvolvimento e consolidação da democracia no plano económico. A pesquisa de opinião e de mercado exerce influência positiva sobre o desenvolvimento da sociedade democrática no seu todo e de todas as suas instituições, tão somente porque ela produz informação e novos conhecimentos tanto de natureza teórica como de matiz prática. Ou seja a pesquisa de opinião e de mercado pode servir fins meramente teóricos ou académicos e objectivos puramente práticos, não obstante a interligação dialéctica entre a teoria e a prática.

O investigador universitário, pesquisador por excelência, desenvolve, muitas vezes, determinados projectos de pesquisa de opinião ou muito similares a estes, mas, com frequência, apenas com interesse teórico-académico, enquanto a Administração Pública, as empresas, os partidos políticos e outras organizações devem recorrer à pesquisa para resolução de problemas muito práticos. Por exemplo, em relação ao paludismo, principal causa de morte em Angola como reza o discurso oficial, parece-me necessário formular-se um projecto de pesquisa de opinião de abrangência nacional. Tal projecto, entre outros objectivos, visaria avaliar a percepção da população em relação a real dimensão do perigo desta doença; identificar as suas atitudes e condutas em relação as formas de prevenção e de tratamento da doença. E a partir dos seus resultados arquitectar-se-ia programas de combate ao paludismo, envolvendo a participação geral da população, em diferentes vertentes.

Projectos de pesquisa de opinião desta natureza podem ser concebidos para males como o VIH/Sida, o alcoolismo e outros enraizados na Sociedade angolana. Aliás estudos de opinião aplicam-se a todos os domínios da actividade humana. Por exemplo, no concernente aos meios de comunicação social, (entre os quais também se assiste concorrência) podem ser feitos estudos de opinião para medir o nível de audiência ou preferência/rejeição de determinado jornal ou suas secções, canal de rádio ou televisão ou seus programas específicos. Destes estudos decorrerá a introdução de correcções que se revelarem necessárias.

Portanto a pesquisa possibilita a compreensão científica de questões importantes da realidade política, económica e social, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade democrática.

4.6 FAA vão intervir nas eleições

Cruzeiro do sul...04-03-06

O Chefe de Estado maior General das FAA, general Agostinho Nelumba "Sanjar", manifestou disponibilidade das Forças Armadas para o apoio ao processo eleitoral.

No actual momento político que o país vive, as atenções estão voltadas para a realização das eleições, facto que coloca as Forças Armadas em missões de apoio ao Governo nas acções para o cumprimento deste exercício democrático e neste sentido devemos preparar neste sentido".

O General Agostinho Nelumba "Sanjar", falava no Lubango na passada quarta-feira 1, na abertura do ano de Instrução de Preparação Combativa e Educação Patriótica das tropas, para o biénio 2006/2007. Tratasse de um sistema constante de preparação do efectivo militar para o cumprimento das missões que lhe forem solicitadas "a instrução prática durante o ano deverá continuar a ser o principal método para a elevação da capacidade dos Estados-maiores e das tropas para atingirem a unidade necessária e o espírito de missão" -referiu. O general "Sanjar" mostrou-se preocupado com alguns aspectos ainda desarrumados no capítulo da organização nos diversos ramos das FAA, pelo que considerou urgente a tomada de medidas.

Sem deixar claro os aspectos que o apoquentam no que a organização diz respeito, o chefe do Estado-maior, avisou ter chegado o momento para acabar com o espírito de desleixo que impera em alguns órgãos das Forças Armadas.

"O aspecto de organização carece ainda de uma atenção especial em algumas áreas; a negligência e o deixa andar são outros males nestas mesmas áreas o que tem provocado alguns dissabores e urge ultrapassar esta situação, terminada a guerra" - sustentou.

O general Agostinho Nelumba "Sanjar", fez questão de reforçar ainda a prioridade na formação de quadros e na modernização da técnica militar das Forças Armadas Angolanas.

"A formação do homem constitui o desafio do momento, devendo prestar atenção à aprendizagem de línguas estrangeiras; após a consolidação da paz definitiva as FAA entraram numa nova era de organização, reestruturação e profissionalização de algumas áreas que existe de cada comandaste o redobrar de esforços "-disse. O general "Sanjar",

sublinhou o facto de a 5ª Região militar ter acolhido num espaço de apenas seis meses quatro importantes actos das Forças Armadas Angolanas, facto que também chamou atenção a alguns círculos da opinião pública local.

As actividades de peso, que as terras huilanas acolheram num espaço de apenas seis meses, são: o acto comemorativo do dia das Forças Armadas Angolanas, a reunião dos dirigentes das FAA, a jornada de luta contra a SIDA e a mais recente, o arranque o ano de instrução da preparação combativa e educação patriótica.

4.7 Partidos Políticos à "caça" do voto rural

Cruzeiro do sul... 04-03-06

Nos últimos tempos tem sido notório a atenção especial que os dois grandes partidos políticos, MPLA e UNITA, têm dado às zonas rurais, que podem representar uma mina de votos a explorar.

A UNITA, na pessoa Presidente Isaías Samakuva, pode ser considerado como pioneiro na caça ao voto rural, uma vez que, desde princípio de 2006, o líder do "Galo Negro", tem sido visto com frequência em vários pontos do interior do país. Depois do Bengo, onde foi recebido com grande entusiasmo pela população do Ambriz, Samakuva esteve nas províncias do Huambo e do Bié, locais onde a UNITA ganhou as eleições em 1992.

Por sua vez o MPLA na passada semana deslocou-se ao município do Bailundo, província do Huambo, para apresentar a agenda de 2006. É cada vez mais visível que o voto rural é uma preocupação incessante dos grandes partidos políticos.

É o grupo populacional que mais sofreu com a guerra e que pode mostrar-se "alérgico" às urnas nas próximas eleições. O MPLA assume que tem uma estratégia para o voto rural, mas prefere não abrir o jogo, por enquanto.

De acordo com o Secretário para a Informação, Norberto dos Santos "Kuata Kanawa", o MPLA sabe da importância que tem o voto rural, tem uma estratégia, mas não a divulga agora.

"Temos trabalhado para as zonas rurais, sobretudo com programas de apoio à mulher rural", esclareceu. Uma das grandes iniciativas políticas do partido no poder tem a ver com o desenvolvimento de um programa de extensão de desenvolvimento rural. O plano prevê o apoio à agricultura, construção de infra-

estruturas de impacto socioeconómico, para além de crédito com taxas de juro bonificadas para comunidades rurais. Para o 2º vice-presidente da FNLA, Ngola Kabangu, o seu partido, apesar de ter uma agenda global, considera importante o voto rural.

"Evidentemente que o nosso partido tem uma estratégia global, mas as áreas rurais representam um grupo importante para a FNLA. Aliás, não podia ser diferente, porque o próprio partido nasceu das zonas rurais". Ngola Kabangu afirmou ao CS que o seu partido está neste momento, a reestruturar os seus comités de acção a nível provincial e municipal, pela importância que dão a estas zonas e pelo número de eleitorado. Já a presidente do Partido Liberal Democrático (PLD), Anália de Vitória Pereira, é de opinião que nenhum partido pode ir às eleições sem dar importância ao voto rural, visto que representa a maior parte do eleitorado.

Visto muitas vezes como o partido que apostará fortemente no voto étnico, o PRS, ao contrário dos seus colegas, afirma que a maior parte do eleitorado não está na zona rural, mas sim nas zonas urbanas, devido à guerra que o país viveu. Embora considere esta uma zona importante para a "caça" do eleitorado, Lindo Bernardo Tiro, o homem da informação deste partido, afirma que o seu partido apenas investirá 40 por cento nas zonas rurais e os outros 60 por cento nas zonas urbanas, onde, na sua opinião, se concentra a maior parte do eleitorado.

4.8 UE pode observar eleições em Angola

Expresso Africa... 06 -03-06

Angola poderá vir a ter eleições observadas pela União Europeia. A possibilidade foi levantada hoje em Bruxelas pela comissária europeia responsável pelas Relações Externas,

Benita Ferrero-Waldner, que realçou a importância das missões de observação de eleições da União Europeia. A comissária classificou as missões como «um dos instrumentos mais eficazes no apoio (da UE) aos processos democráticos» em todo o Mundo. Benita Ferrero-Waldner fez-se acompanhar na conferência de imprensa por três chefes de recentes missões de observação de eleições da UE, entre os quais o eurodeputado português Silva Penada, que liderou a missão às eleições venezuelanas, em Dezembro passado.

A comissária recordou que a Comissão desenvolveu as

missões de observação de eleições, com uma metodologia estandardizada, a partir de 2000, tendo desde então, com um orçamento de 76 milhões de euros, enviado 46 missões a 35 países.

Sublinhando que as missões de observação de eleições são uma das formas através das quais a UE pode «ajudar aqueles que querem construir ou consolidar uma sociedade democrática», a comissária das Relações Externas e Política Europeia de Vizinhança afirmou que elegeu estas missões como uma das suas prioridades, razão pela qual aumentou o orçamento em 2005 e pretende continuar a fazê-lo no futuro. Questionada sobre futuras missões, e em concreto sobre a possibilidade de a UE enviar uma missão às eleições em Angola - ainda sem data marcada -, Benita Ferrero-Waldner declarou que «Angola é um dos países na lista de países» aos quais a Comissão poderá decidir enviar uma missão, mas que «tal ainda não é claro».

A comissária recordou que para a UE enviar uma missão de observação necessita primeiro de receber um convite formal das autoridades locais, sendo a decisão tomada após o envio de uma missão exploratória. Os sucessivos atrasos no início do processo de recenseamento eleitoral em Angola suscitaram crescentes dúvidas na sociedade angolana sobre a possibilidade de as próximas eleições poderem ainda vir a ser realizadas em 2006.

Num discurso que proferiu recentemente em Luanda, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, admitiu implicitamente que o acto eleitoral apenas deverá ser possível no próximo ano, embora não tenha feito ainda uma comunicação oficial sobre o assunto. Entre os chefes de missões de observação de eleições presentes na conferência de imprensa hoje realizada na sede da Comissão, com o objectivo de relatar as respectivas experiências, esteve o eurodeputado social-democrata José Silva Peneda, que encabeçou uma missão de 160 observadores às eleições venezuelanas de Dezembro de 2005.

O deputado português lamentou a «oportunidade perdida» que constituiu o facto de os partidos da oposição terem saído da corrida eleitoral já a poucos dias das eleições, mas destacou o «profissionalismo da equipa» que encabeçou e «foi reconhecido por todos os sectores da opinião pública venezuelana».

4.9 UNITA considera ser "possível" eleições em 2006

Folha 8...11-03-06

A UNITA considera ser "perfeitamente possível" realizar as eleições em Angola este ano, defendendo a necessidade do Presidente José Eduardo dos Santos assumir publicamente "um compromisso" relativamente ao período em que poderá ocorrer o acto eleitoral.

"O Presidente da República deve vir rapidamente a público assumir um compromisso de vontade, não relativamente a uma data, mas a um período em que será possível realizar as eleições", assegurou Adalberto da Costa Júnior, secretário de Informação.

Para o político, as informações que a direcção da UNITA tem recebido dos seus dirigentes locais sobre a implementação dos programas da Comissão Nacional Eleitoral demonstram que "é perfeitamente possível iniciar o recenseamento dos eleitores em Abril. O ministro (da Administração do Território) disse que, em período seco, poderia fazer o registo eleitoral em três meses, pelo que, aplicando este compromisso do governo, ainda é possível realizar as eleições em 2006", afirmou Adalberto da Costa Júnior.

A definição do calendário eleitoral foi um dos principais assuntos em análise nas reuniões do Comité Permanente e da Comissão Política da UNITA, realizadas esta semana em Luanda. Segundo o porta-voz do partido, a exigência da realização de eleições resulta do facto de se completarem em Abril quatro anos desde que terminou o conflito armado em Angola e ainda não existir sequer uma altura provável para a realização das eleições. "Passaram quatro anos desde o fundo conflito armado, o que quer dizer que passou uma legislatura completa e tudo continua a ser feito sem legitimidade e sem mandato", frisou, numa alusão ao facto de não se realizarem eleições em Angola desde 1992. Adalberto da Costa Júnior salientou ainda a importância da reunião da Comissão Política da UNITA, com 250 membros oriundos de todo o país, que permitiu à direcção do partido ter um conhecimento mais detalhado da realidade nacional. "Tivemos mais pormenores da realidade do país e, no final da reunião, a direcção da UNITA está em melhores condições para exigir um compromisso do Chefe de Estado (sobre o período previsto para a realização das eleições)", afirmou. O maior partido da oposição, que assinala a 13 de Março o 40º aniversário da sua fundação, reuniu a Comissão Permanente, em Luanda, a 06 e 07 de Março, reunindo nos dois dias seguintes a Comissão Política, que é o principal órgão de direcção entre congressos. Na agenda das duas reuniões, além da questão da definição do calendário eleitoral, esteve também o processo de reconciliação nacional, que a UNITA entende que tem sido lento, e os recentes casos de intolerância política que o partido

tem denunciado. No final destas reuniões, o presidente do partido, Isaiás Samakuva, apresenta as propostas da UNITA para a governação do país, caso venha a vencer as próximas eleições.

Kwachas querem debate sobre Secretas

A direcção da UNITA manifestou preocupação com a situação nos serviços de segurança do Estado, na sequência do afastamento de Fernando Miala, pelo que pretende que o assunto seja discutido em breve na Assembleia Nacional.

"Temos estado a acompanhar com grande preocupação" a situação decorrente do afastamento do general Fernando Miala do cargo de director-geral do Serviço de Inteligência Externa. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar da UNITA recebeu instruções para promover a realização de um debate na Assembleia Nacional sobre o sistema de segurança do país, de forma a permitir que "os representantes do povo sejam esclarecidos" sobre esta matéria. O Presidente, José Eduardo dos Santos, exonerou a 24 de Fevereiro o general Fernando Miala do cargo de director geral do Serviço de Inteligência Externa, sem, no entanto, especificar as razões que originaram essa decisão. Três dias mais tarde, a 27 de Fevereiro, o Presidente anunciou ter ordenado a realização de uma sindicância ao Serviço de Inteligência Externa, onde terão sido detectadas "graves violações" das normas de trabalho e de disciplina dos membros da direcção.

4.10 Igreja Católica promove formação eleitoral para 50 Sobas

O Independente...11-03-06

"As crianças passam o dia connosco para evitar a sua presença na rua. Além de receberem aulas académicas, também têm outras actividades recreativas: desenham, cantam e realizam outras actividades", diz Valério Pimentel, director geral da Liga da Criança de Rua e do Ambiente.

Igreja Católica, na província do Kwanza-Sul, promoveu um acto de "Formação Cívica", para as autoridades tradicionais, no âmbito do processo de eleitoral. Virgílio Canário, Padre e Coordenador do Projecto, garantiu que esta acção de cidadania, dirigida a cerca de 60 sobas da província, tem por objectivo fazer luz sobre a responsabilidade que encerra o acto eleitoral. A formação foi realizada no Centro Sócio pastoral da Igreja Católica, na Gabela. A primeira fase do projecto de Formação Eleitoral das autoridades tradicionais atingiu 33 dos 60 participantes inicialmente previstos.

Depois de um levantamento, feito pelo Núcleo Diocesano de Direitos Humanos, que coordena o projecto em parceria com a Associação Angolana das Autoridades Tradicionais da província, concluiu-se que o Kwanza-Sul tem cerca de 800 sobas, razão mais do que suficiente para estender a acção formativa a todos os líderes comunitários.

Segundo acrescentou Virgílio Canário, estiveram apenas, na primeira fase de formação, 33 sobas e têm trabalhado com as comunidades. "Nas visitas que fizemos à Kilenda e à Gabela, conseguimos ver que os sobas já têm conhecimentos acrescidos a volta das eleições e isso faz bem para as comunidades", sublinhou para concluir que, apesar disso, há a necessidade de se fortalecer mais o trabalho, "já que um líder formado é uma comunidade formada." A segunda fase do projecto de formação eleitoral das autoridades tradicionais decorreu no Centro Sócio-Pastoral de S. Francisco de Assis no Chingo, município do Sumbe.

Durante cinco dias, os sobas dos municípios do Seles, Conda, Porta Ambuíim e do Sumbe num total de trinta, tomaram conhecimento sobre a Lei Eleitoral e o seu impacto nas sociedades. O projecto está orçado em 25 mil dólares, financiados pelo Departamento de Direitos Humanos do Gabinete das Nações Unidas em Angola.

4.11 Falta de instalações par gabinete eleitoral municipais

Cruzeiro do sul...11-03-06

O porta-voz da Comissão Provincial Eleitoral (CPE) do Huambo, Gabriel Kassuya, revelou ao CS que, apesar do bom andamento do processo eleitoral ao nível local, há problemas por resolver. Disse que nalguns municípios faltam instalações. Garante, entretanto, que esforços para superar a situação estão em curso.

Os 11 municípios que compõem a província já têm os respectivos gabinetes municipais eleitorais (GME). O Huambo, com uma área de 34. 270 Km quadrados, tem um potencial eleitoral calculado em um milhão, 288 mil e 78 eleitores, (dados de Agosto de 2005), e uma densidade populacional de cerca de dois milhões de habitantes, a contar com os que migraram para outras províncias.

Lutock Matokisa

Cruzeiro do Sul – Senhor Gabriel Kassuya que

descrição nos pode fazer da marcha do processo eleitoral na província do Huambo?

Gabriel Kassuya – Depois de termos adquiridos os instrumentos de trabalho para a expansão da Comissão empossa os GME em todos os municípios. O processo foi realizado sem sobressaltos. Conseguimos conferir posse aos nove membros por representação de partidos em cada município. São três do MPLA, dois da UNITA e um do PRS (que representa outras formações políticas), além de um representante do administrador municipal, um da Justiça e outro do ministério da Administração do Território. Aguardamos por orientações superiores para os passos subsequentes. Este é um processo nacional com uma direcção central à qual estamos subordinados de forma vertical. Aquilo que nos for dado a fazer é o que realizaremos. Uma das Coisas que aguardamos é a aprovação do calendário do registo eleitoral a nível nacional, tão logo o Governo o elabore.

CS – E como ficam as comunas?

GS – A iniciativa sobre este assunto não depende dos órgãos locais. Garantir que haverá gabinetes comunais eleitorais, é aleatório. Haverá sim algumas comunas que poderão justificar a presença desses gabinetes. Entretanto, está-se à espera que a CNE baixe orientações nesse sentido ou não.

CS – Há um relacionamento entre os membros idos de diferentes partidos na CPE?

GK – Sim. A questão dos partidos na CPE é uma questão formal Todos eles perseguem um só objectivo. Têm à sua frente unicamente a CPE que tem por objectivo conduzir o processo das eleições. Cada um com a sua camisola, mas dentro da CPE constituem um único corpo. Em frente está apenas Angola e o processo eleitoral.

CS – O que tem sido feito para se reduzir no máximo o cepticismo ainda latente em muitas pessoas quanto as eleições?

GK – Bom. Dentro de algum tempo a CNE vai realizar um seminário sobre a educação cívica com abrangência a todos os partidos políticos e à sociedade civil, para encorajar todos a trabalharem na mobilização dos cidadãos com idade eleitoral. A participação no processo eleitoral dos cidadãos é um direito e um dever. Pelo que, quer o Governo, quer a CNE, os seus órgãos que actuam nesse domínio, as igrejas e associações cívicas têm a responsabilidade de mobilizar todo o cidadão angolano genuíno com idade e capacidade de votar poder participar. A mobilização dos cidadãos para este processo é um imperativo de todos. Nas vestes de CPE a nossa mensagem vai inclusive para a comunicação social que tem um papel importante neste processo. Só assim as eleições terão

credibilidade de todos e será fundamentalmente participativo

CS – Já têm instalações próprias?

GK – Ao agradecemos nível do Huambo o Governo da província que disponibilizou instalações para a CPE. Orientou também as administrações municipais a indicarem alguns locais onde se vão acomodar os GME. Não obstante a boa vontade do Governo nos deparamos com alguns constrangimentos. Há municípios com algumas infra-estruturas, mas muitas carecem de reparação. É preciso que se disponibilizem recursos para a sua recuperação para que os órgãos eleitorais sejam condignamente representados; temos outros municípios que nem infra estruturas possuem. A guerra destruiu tudo. Nestes, foram identificados prédios rústicos onde se poderão erguer imóveis para a acomodação dos GME. Na ausência de Imóveis para reabilitar vai-se optar pelo processo de arrendamento ou recorrer a materiais de campanha.

CS – Quem se responsabilizará pelo arrendamento?

GK – A responsabilidade é da CNE. Reiteradas vezes reiterou que lá onde se verificar esse tipo de situação seja feito o levantamento (aqui já feito) e esperamos que, a seu tempo a CNE se pronuncie. Em termos de transporte, a CNE já disponibilizou duas viaturas para a CPE do Huambo. Neste quadro, esperamos que outros meios rolantes e demais equipamentos necessários para o processo. cheguem.

4.12 CNE continua a formar agentes eleitorais

Jornal de Angola... 11-03-06

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) prosseguiu ontem a formação de agentes eleitorais sobre o processo de registo dos eleitores, com a temática Acompanhamento e Supervisão do Registo Eleitoral.

O encontro, que se enquadrou no programa de registo eleitoral, aprovado recentemente, abordou quinta feira a execução do registo eleitoral, superintendência e supervisão e relações entre a CNE e a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral. A fiscalização e observação do registo eleitoral e condições logísticas, os fiscais dos partidos políticos e dos observadores, creditação e credenciamento, relatórios e reclamações, recursos humanos e normas de procedimentos fazem igualmente parte dos pontos a serem abordados no encontro que termina hoje.

Na acção formativa estão a participar dois membros de cada comissão eleitoral provincial, que, por sua vez,

serão os formadores de outros agentes eleitorais nas respectivas regiões. O encontro está a ser orientado por técnicos da direcção de formação da CNE.

Por outro lado, trinta agentes eleitorais de diversas organizações da sociedade civil, partidos políticos, igrejas, jornalistas e do Governo, concluíram ontem, no Cunene, um seminário sobre Educação Cívica Eleitoral. Promovido pelo Centro Nacional de Coordenação (NCC), o evento enquadra-se num projecto que visa apoiar o processo eleitoral em curso e conta com o financiamento da Comissão Europeia.

Com duração de três dias, o seminário capacitou os participantes em matérias relacionadas com o pacote legislativo eleitoral, o papel das organizações da sociedade civil, igrejas e das autoridades tradicionais nas eleições. De acordo com o director executivo do NCC, Reis Luís, a formação contribuiu para o combate à intolerância política entre os simpatizantes dos diferentes partidos e divulgar as leis sobre as quais se regem as eleições.

O encontro abordou temas como "O papel dos meios de comunicação social na resolução dos conflitos antes, durante e depois do processo eleitoral", função dos tribunais na consolidação da democracia e da reconciliação nacional" e "O envolvimento da mulher na eleições".

Ao intervir na cerimónia de encerramento, o director provincial de Justiça no Cunene, Ovídio Pahula, considerou de importante o acto, porque, disse, permitiu aos agentes elevar o seu conhecimento em matéria de eleições, democracia e unidade nacional.

4.13 CNE forma representantes de organizações não governamentais

Jornal de Angola... 13-03-06

UMA acção formativa em matéria eleitoral, destinada a representantes de organizações não governamentais, que trabalham em Angola, decorre hoje e amanhã no anfiteatro do Ministério da Agricultura, em Luanda.

Promovida pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE), a iniciativa enquadra-se no prosseguimento do processo de institucionalização dos órgãos eleitorais, ao nível provincial e municipal. O encontro realiza-se no âmbito da primeira fase do plano de formação de órgãos e agentes eleitorais, visando dar continuidade à sua preparação para a supervisão do registo eleitoral.

Os temas a serem abordados prendem-se nomeadamente com o registo eleitoral, a observação e fiscalização do registo eleitoral, o papel da sociedade

civil e as relações desta com a Comissão Nacional Eleitoral. Seminário do género está programado para quinta-feira próxima, e está destinado a representantes de formações políticas.

4.14 CNE defende participação da sociedade civil no processo eleitoral

Jornal de Angola... 14-03-06

O presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Caetano de Sousa, defendeu ontem, em Luanda, uma participação activa da sociedade civil no processo eleitoral, sobretudo em matérias relacionadas com a educação cívica das populações.

Caetano de Sousa manifestou esse ponto de vista quando procedia à abertura do encontro nacional da CNE com representantes de 70 organizações não governamentais, no âmbito do seu plano de formação, iniciado quinta-feira. O presidente do órgão supervisor do processo eleitoral explicou que o encontro visou encontrar formas de relacionamento entre a Comissão Nacional e as organizações da sociedade civil, visto que muitas estão vocacionadas para matérias eleitorais e já têm alguma experiência, podendo, por isso, ser parceiras da CNE.

De acordo com Caetano de Sousa, o papel da sociedade civil é de extrema importância, porque uma sociedade civil esclarecida transmite melhor os seus conhecimentos, quer em matéria eleitoral, quer, noutras vertentes.

Durante dois dias, os participantes serão orientados por técnicos de formação da CNE sobre temas como, "Competência da CNE e da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral", "Procedimento do Registo", "Observação e fiscalização do Registo Eleitoral" e "O papel da sociedade Civil no Processo do Registo Eleitoral" Ainda no âmbito do seu plano de formação, a Comissão Nacional Eleitoral, tem agendado para quinta -feira um encontro com representantes de partidos políticos.

4.15 Processo eleitoral sem excluídos

RNA...14-03-06

O presidente da Comissão Nacional Eleitoral, Caetano de Sousa, defende uma participação activa da sociedade civil no processo eleitoral.

Caetano de Sousa manifestou esse desejo na abertura do encontro nacional da CNE com representantes de

70 organizações não governamentais, indicando que essa participação deve incidir em matérias relacionadas com a educação cívica das populações.

De acordo com Caetano de Sousa, o papel da sociedade civil é de extrema importância, porque uma sociedade civil esclarecida transmite melhor os seus conhecimentos, quer em matéria eleitoral, quer noutras vertentes.

O encontro da Comissão Nacional Eleitoral com representantes de Organizações Não-Governamentais, no âmbito do primeiro ciclo de formação, encerra esta terça-feira.

4.16 Presidente da CNE aborda processo eleitoral

Jornal de Angola ...15-03-06

O presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Caetano de Sousa, manifestou-se ontem satisfeito com a disponibilidade manifestada por 90 representantes de Organizações Não-Governamentais para contribuir nas acções formativas tendentes a consciencializar os cidadãos sobre o processo eleitoral e sua importância.

"Identificamos 40 ONG e ficamos satisfeitos por, à partida, se mostrarem disponíveis 90 instrutores que querem participar em acções formativas no país", afirmou, ao discursar na sessão de encerramento do encontro da CNE com representantes da sociedade civil, no âmbito do primeiro ciclo de formação promovido pelo órgão supervisor do processo eleitoral. A formação será extensiva ao território nacional, de modo a permitir a participação de todos os cidadãos angolanos no processo eleitoral.

Sobre a questão, Caetano de Sousa referiu que os recursos humanos serão ainda poucos para atingir todas as zonas populacionais do país, pelo que, "com tempo e responsabilidade, vamos fazer tudo para tornar possível a nossa acção formativa em todo o país".

Em dois dias, representantes de 40 ONG receberam formação sobre temas como "A Competência da CNE e da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral", "Procedimento do Registo", "Observação e Fiscalização do Registo Eleitoral" e "O Papel da Sociedade Civil no Processo do Registo Eleitoral", Eleitoral, no âmbito do seu plano de formação, tem agendado para amanhã um terceiro encontro, desta feita com representantes de partidos políticos, depois de na última semana ter reunido com membros das

comissões executivas provinciais eleitorais.

4.5 "Angola não preparou uma agenda de transição para gerir os traumas eleitorais"

Cruzeiro do sul...04-03-2006

O padre católico Jacinto Pio Wacassanga, convidado a dissertar numa palestra organizada pelo Instituto Eleitoral da África Austral (EISA), sobre traumas pós-eleitoral, afirmou que o nosso país não preparou uma agenda de transição para gerir os passivos que resultaram do conflito pós-eleitoral.

O prelado defendeu que antes do próximo pleito eleitoral se devia curar a memória histórica, que resultou na humilhação colonial portuguesa, principalmente dos comportamentos que se seguiram à crise de 1992. "O facto de a sociedade angolana não ter preparado um programa de gestão dos problemas do passado faz com que não tenha a consciência de que é necessário curar-se a si mesma", rematou. Aquele sacerdote chama a atenção para o facto do aumento exponencial deste tipo de violência poder no futuro vir a não escolher os alvos.

"A própria sociedade depois de se consciencializar que é preciso curar-se a si mesma, vai engendrar um programa de terapia quer a nível nacional, quer aproveitando os recursos naturais para o efeito. Estão a aumentar os níveis de violência doméstica (...), de crimes, as chamadas reclamações étnico-identitárias também estão a aumentar".

O religioso chama a atenção para alguns fenómenos que acontecem na sociedade angolana, como o facto de se chamarem nomes feios uns aos outros ou por via do tribalismo ou por via do racismo.

"É um fenómeno que está igualmente a aumentar. Não estou a dizer que vamos ter guerra (...) porque antes de haver uma guerra total as guerras começam nas unidades sociais mais pequenas que são as famílias e as comunidades de base. E então, a este nível os problemas vão aumentar. E pode crer que ninguém vai escapar à violência. Os próprios políticos que engendram as políticas não vão escapar dessa violência, não só a directa mas a estrutural e a cultural".

Defendendo mais adiante que, "ir para as eleições sem antes reflectir sobre todos estes fenómenos seria mentirmo-nos a nós próprios".

4.17 CNE organiza seminário de registo eleitoral para partidos políticos

Angop ...16-03-06

Os partidos políticos iniciam hoje, em Luanda, a formação em matéria de registo eleitoral, no prosseguimento do ciclo formativo promovido pela Comissão Nacional Eleitoral, depois das organizações da sociedade civil e as comissões provinciais.

Com a sociedade civil, além da formação, o presidente da CNE, Caetano de Sousa, explicou que foram traçadas formas de relacionamento, sobretudo no aspecto da educação cívica.

Manifestou-se satisfeito pela disponibilidade apresentada pelas organizações não governamentais em cooperar na consciencialização dos cidadãos sobre esta matéria.

Durante a acção formativa, os representantes de partidos políticos serão elucidados sobre «A Competência da CNE e da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral», «Procedimento do Registo», «Observação e Fiscalização do Registo Eleitoral» e «Fiscalização dos Partidos Políticos».

onda de assaltos deve-se sobretudo, aos altos preços dos livros. Começámos por ouvir (Aluno Edgar Cristóvão, da escola 7, que disse que "já não consegue ficar à vontade fora da escola por receio dos assaltos" O encarregado de educação José da Silva, mostrou-se igualmente preocupado pela onda de assaltos e lança um repto às brigadas escolares para que travem esta onda de delinquência nas escolas.

O encarregado de educação Faustino Gonçalves, disse que este é um caso muito preocupante", apelando igualmente à Polícia a tomar conta deste caso por forma a evitar-se o pior. Augusto Neto, outro encarregado de educação, preocupado com os acontecimentos, diz que "isto vai criar um clima de insegurança e aconselha a Brigada Escolar a redobrar a vigilância nas escolas.

Os encarregados de educação foram peremptórios ao afirmar que este índice de roubo de livros deve-se aos altos preços dos livros escolares, que variam entre os 3 mil e os 2 mil e quinhentos Kwanzas, e lançam um repto ao Ministério da Educação no sentido de criar mecanismos por forma a que os preços dos livros estejam ao alcance do seu poder de compra.

Apesar de no mercado informal haver uma grande oferta de livros, o mesmo já não se pode dizer das casas oficiais, que se queixam da escassez dos mestres-mudos.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Onda de assaltos de livros primário

Cruzeiro do sul...04-03-06

Os encarregados de educação e os alunos dizem que esta onda de assaltos deve-se aos preços exorbitantes dos livros e lançam um repto ao Ministério da Educação no sentido de criar políticas que tornem os livros mais baratos.

Nos últimos tempos, ter sido frequentes os assaltos a crianças no, Período de aulas, sendo os livros alvo dos roubos dos delinquentes. Os estudantes e os encarregados de educação contactados pelo cruzeiro do Sul mostraram-se muito preocupados e dizem que esta

5.2 O sofrimento das crianças acusadas de feiticeiras

Cruzeiro do sul...04-03-06

A Primeira impressão que as pessoas têm quando se lhes deparam crianças de rua a pedirem esmolas, é certamente de que elas estejam aí como consequência da guerra que assolou o país durante cerca de 30 anos.

A ideia não está errada, mas não é a única explicação para este fenómeno social. É que muitos dos meninos que vivem nas ruas foram lá parar na sequência de terem sido acusados de feiticeiros pelos familiares e muitas vezes pelos próprios progenitores.

De acordo com dados do Instituto Nacional da Criança (INAC), a região norte do país é onde mais se registam casos de crianças acusadas de feiticismo, sendo o Zaire, Uíge e Cabinda as províncias que encabeçam a lista. Essas localidades estão cheias de pastores que afirmam

poder expulsar demónios do corpo dos petizes. Lançados à sua sorte, geralmente só há um caminho para estes meninos: o do mundo das drogas, o que os toma como os "futuros" delinquentes, quando deviam ser força de trabalho para contribuir no desenvolvimento do país.

Embora nas áreas urbanas e sub urbanas também aconteçam casos semelhantes, este tipo de prática é mais frequente nas zonas rurais. Nestes lugares, quando há insucesso no seio de alguma família, muitos pais não pensam noutra coisa senão em feiticismo e culpabilizam qualquer um dos filhos, forçando-o a aceitar a culpa. Para ficar consumado o facto de que a criança é feiticeira, os acusadores recorrem aos serviços de forças ocultas, praticadas por pastores de seitas religiosas ou por adivinhadores (kimbandeiros).

Para conseguir dinheiro e para a satisfação de quem faz a queixa, o "pastor" faz umas rezas durante alguns minutos e logo "confirma" que a vítima é bruxa. Daí a criança é severa e injustamente castigada, sendo-lhes muitas vezes lançado fogo no corpo e posta fora de casa. Em razão disto, muitas das crianças vítimas dessas acções acabaram por morrer, por não resistirem às sevícias.

Algumas crianças vão parar a centros de acolhimento onde encontram um novo lar e, embora com algumas cicatrizes difíceis de serem apagadas, ganham novamente vontade e o direito à vida. Mas os que não têm esta "sorte" ficam sem outra opção senão a rua. Ouvimos alguns meninos que vivem na rua por causa desta situação. Eles sobre vivem de biscates como lavar carros, engraxar sapatos e levar baldes de lixos das residências ao contentar. Por dia podem facturar dois mil kwanzas. Para já, pelo menos dos que entrevistamos, nenhum deles usa o nome original e houve até mesmo quem nem sequer soubesse dizer o seu nome do registo.

"Eu vim do Uíge e estou aqui há cinco anos. Já não tenho pais, mas vivia com a minha tia, que até estava grávida e sonhava mal. Ela dizia sempre que eu aparecia nos seus sonhos e passou a chamar-me de bruxo. Pensava que fosse brincadeira mas não era, porque ela tinha chamado um pastor de uma igreja para me fazer oração quando estive a dormir. Quando dei conta, sai de casa sem despedir, até hoje, que estou aqui em Luanda", contou Nelito "Nelix", de 16 anos, que dorme numa das ruas da Mainga.

"Já não saio daqui de Luanda. Os meus familiares já me desprezaram e falaram que eu sou feiticeiro por causa de eu ter ido ao rio com o meu irmão menor. O meu

irmão não sabia nadar bem e se afogou. Consegui tirá-lo da água, mas mesmo assim morreu. O meu tio pastor começou a dizer aos outros parentes que eu enforquei o meu irmão. Deram-me porrada, não me davam comida. Por isso fugi aqui em Luanda" disse um outro adolescente do mesmo local, conhecido por Dilay, de 17 anos, natural de Cabinda e consumidor de drogas. Já o "Nacobeta", não o cantor de música do estilo Kuduro, mas apenas uma casa, mas pensa que não pode, por já não ser bem-vindo.

"Não é minha vontade ficar aqui, mas a minha mãe quer assim porque acha que sou bruxo. Tudo que como e visto eu próprio trabalho. Lavo carros e deito lixo dos moradores da minha rua. Os meus pais vivem na Lunda-Norte", disse, adiantando que um dos seus sonhos é ser cantor de kuduro e que o cantor Nacobeta é o seu ídolo. Mas a situação não está ao completo abandono, apesar de até aqui só termos falado do pecado e não do pecador. O INAC em colaboração com os seus parceiros está a estudar mecanismos no sentido de responsabilizar penalmente as pessoas que têm desencadeado este tipo de violência contra os direitos da criança. O seu assessor de direcção, Pedro Costa, garantiu a este semanário que os infractores vão nos próximos tempos pagar caro por ofender moral e fisicamente os petizes. O estudo poderá ser tomado público em Julho próximo.

"Estamos a trabalhar com os nossos parceiros no sentido de sancionarmos seriamente os que não respeitam os direitos da criança. Estamos à espera de um estudo, que está a ser realizado em parceria com a organização não-governamental norueguesa, Save the Children, e o Unicef, que vai servir também de base para tomarmos algumas medidas (...)

O responsável fez saber também que há muitas violações que não estão tipificadas no código penal como crimes, como é o caso da pedofilia. Mas o INAC tudo está a fazer para que nos próximos tempos a lei condene estes actos, tendo já o Ministério da Justiça uma comissão para o efeito.

5.3 Estudantes podem ter transporte gratuito

Cruzeiro do Sul... 04-03-06

Os estudantes dizem que ao efectivarem; e estes desideratos, poderá melhorar a afluência de alunos, na medida em que muitos já terão como se deslocar de casa para a escola e vice-versa e ao mesmo tempo minimizar o sofrimento de muitos.

Estudantes angolanos podem ter neste ano lectivo

acesso gratuito aos transportes públicos, segundo o presidente do Movimento dos Estudantes Angolanos (MEA), Nfuca Mazemba. Segundo o nosso entrevistado, este desiderato vai efectivar-se tão logo os Ministérios da Educação e das Finanças cheguem; acordo quanto ao cumprimento desta pretensão dos estudantes, que já dura há mais de 2 anos. Para o responsável associativo, isto será benéfico "para toda a classe estudantil, que tem dificuldades tremendas para se deslocar de transporte das suas residências às escolas". O nosso entrevistado disse ainda que muitos estudantes não têm dinheiro para se deslocarem das suas residências para a escola e vice-versa. "Por falta de dinheiro, muitos deles têm de se deslocar à pé e só o fazem porque têm vontade de aprender".

Nfuca Mazemba garante que ao efectivar-se este desiderato, será maior a afluência por parte dos alunos às aulas. Nfuca Mazemba lançou críticas aos governantes por estarem alheios aos problemas dos mais pobres. "Os nossos governantes só não resolvem os nossos problemas porque têm os filhos todos a estudarem no estrangeiro". O responsável deste movimento garante ainda que vão lutar para que se institucionalize o sistema de bolsas internas, que vai ajudar muitos estudantes desfavorecidos a darem continuidade aos seus estudos. Outra questão debatida pelo nosso entrevistado é a dos altos preços praticados pelas cantinas escolares, o que, na sua visão, "o Ministério da Educação deveria negociar com estas lanchonetes no sentido de praticarem um preço que esteja ao alcance dos estudantes".

Criticou também a ausência de recintos desportivos, o que faz com que muitos estudantes não pratiquem desporto escolar. O movimento lutou para que se institucionalize a brigada escolar, porque, na altura muitas escolas eram acometidas de altos índices de criminalidade. O MEA é um movimento estudantil implantado em todo o país desde 2002, com o fito de lutar pelos direitos dos estudantes angolanos e na sua caminhada já realizaram várias manifestações públicas e, inclusive, vigília.

A nossa reportagem tentou ouvir por várias vezes o responsável pela comunicação e imagem do Ministério da Educação, mas não obteve sucesso.

5.4 Workshop vai analisar integração da juventude na reconstrução

Jornal de Angola ...10-03-2006

Jovens, em representação de organizações juvenis do

país, participam na próxima terça-feira, 14, em Benguela, da 1ª Workshop nacional sobre "A integração da juventude no processo de reconstrução nacional".

A decorrer sob lema "A juventude e os desafios da reconstrução de Angola", o Workshop, cuja cerimónia de abertura estará a cargo do governador de Benguela, Dumilde Rangel, é realizado pela JMPLA e tem como objectivo congregar no mesmo espaço todos os estratos sociais que representam o tecido juvenil angolano.

O encontro servirá ainda para reunir outros agentes de referência de formas a analisar e discutir os mecanismos da integração da força de trabalho juvenil angolana na base de uma política a ser definida, assente nos princípios de dar competência aos jovens desempregados, garantindo-lhes "qualificação, serviços especializados e emprego digno. Dividido por dois painéis (reconstrução nacional e integração dos jovens nos projectos de reconstrução), o colóquio conta com temas como "Reconstrução como factor de desenvolvimento" e "Prioridades de reconstrução (habitação, infra-estruturas, caminhos-de-ferro e telecomunicações)".

"Perspectivas de integração e participação da juventude nos projectos em curso" e "Formação dos quadros para concepção, direcção, gestão e execução ENCONTRO Membros da dos projectos" fazem ainda parte dos temas agendados.

Nomes como os de Ana Dias Lourenço, Manuel Nunes Júnior, general Hélder Vieira Dias "Kopelipa", Severim de Moraes e general Pedro Neto, respectivamente ministra do Planeamento, secretário para os Assuntos Económicas e Sociais do MPLA, director geral do Gabinete para a Reconstrução Nacional, vice-ministro das Finanças e governador da província do Zaire constam das individualidades convidadas a dissertar os temas. Serão ainda oradores os vice-ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Sebastião Luquinda, para a Juventude da JMPLA durante uma palestra de, Gonçalves Muandumba, e da Educação, Mpinda Simão.

O 2º secretário nacional da JMPLA, Luís Reis Paulo Cuanga, justificou ontem, em conferência de imprensa, a escolha de Benguela com o facto de se registarem naquela província a reabilitação de algumas infra-estruturas económicas e sociais. Recorde-se que, em Benguela decorre o processo de reconstrução do Caminho-de-Ferro (CFB), que atravessa o país do litoral ao Leste, continuando em países estrangeiros; bem como a construção do Hospital Regional de Benguela.

"Depois dos debates, os jovens vão ter a oportunidade visitar esses empreendimentos para tomarem contacto com os directores de projectos, que, na sua maioria são jovens", anunciou Reis Cuanga. Com isso, adiantou, os participantes vão saber o que se pretende realizar nos próximos tempos, o impacto destas obras na vida das pessoas, em particular da juventude, bem como ter a oportunidade de entrar em contacto, "in loco" sobre as obras em curso.

Os participantes a residir em Luanda partem para Benguela por estrada no próximo domingo, 12, passando pelo troço Sumbe/Waku Kungo, estando o regresso previsto para quinta-feira, 16.

5.5 «Nós» e o Associativismo angolano

Capital...11-03-06

A sociedade civil angolana cresceu, amadureceu. E isto me satisfaz, porque traduz a multiplicidade de grupos, legalmente estatuída na ideia da democraticidade.

A existência de várias organizações não-governamentais de direito angolano, associações, grémios, clubes, cooperativas, etc., faz-me crer que estamos a assistir ao fortalecimento de uma sociedade civil proeminente. Independentemente do objecto social de cada organização também é notória a existência de redes, coligações, consórcios, plataformas, que têm tido a finalidade de contribuir para o crescimento deste país em diversas vertentes. No nosso país, 1992 foi o ano histórico, o ano que deu arranque a todo este processo. Entretanto, o nascimento de inúmeras associações e organizações não-governamentais angolanas disparou vertiginosamente no limiar deste milénio. Bem-haja!

Quando digo que cresceu estou exactamente a dizer que ela se colocou aos níveis elevados no que concerne à sua acção e maturidade. Debates de natureza económica, política, social, cultural têm sido organizados e realizados por essa sociedade civil, onde todos «nós» temos estado a participar e colher conhecimentos valiosos. E a isso eu chamo amadurecimento. Nos dias de hoje já é irrefutável o trabalho que tem sido desenvolvido por muitas organizações angolanas em prol do fortalecimento da democracia, do respeito pelos direitos humanos, do HIV/Sida, do desenvolvimento comunitário, entre outras áreas.

O que a todos «nós» incumbe, nacionais (Instituições do Estado, Sector privado e sociedade em geral) e

estrangeiros (Instituições e Organizações estrangeiras em Angola), é a responsabilidade de incentivar e APOIAR as actividades dessas organizações angolanas que, afinal, têm muita vontade de emprestar o seu saber ao desenvolvimento desta Nação. Têm garras e também, como costumamos dizer na gíria, têm muito cabedal. Às vezes «nós» menosprezamos o papel que elas têm jogado no processo da transição política que atravessamos. Sim, este período entre o fim da guerra e a preparação das segundas eleições considera eu uma autêntica transição política. Além do mais, trata-se da transição para a terceira República.

As organizações hoje têm capacidades técnicas ou pelo menos vão tendo muita capacidade técnica, em relação aos dias pretéritos. O pessoal que a elas pertence, possui rica experiência com os vários grupos alvos, para além dos altos níveis académicos que ostentam. Não me atrevo a mencionar muitas dessas organizações que nos dias de hoje têm pés e cabeça. Ou seja, têm bem definido o objecto social e têm noção do que fazem e, por isso, estão seguras no que dizem. Nas sociedades actuais, as organizações da sociedade civil são uma força impulsionadora para a mudança das mentalidades. Como escrevera José Manuel Moreira, no seu livro "Ética, Democracia e Estado", as instituições da sociedade civil "ajudam a configurar a vida interior dos cidadãos individuais".

Quando semana passada me encontrei com um dirigente político e me disse "vocês das ONG's estão a fazer um bom trabalho neste país", senti uma euforia que me ficara até hoje. Os dirigentes incentivaram, ele reconheceu esse trabalho árduo. Entretanto, a sociedade civil precisará de fazer mais e mais. Para, é mister que os Organismos Nacionais e Internacionais APOIEM as mesmas, dando-lhes meios todos os meios possíveis capazes de fazê-las fortalecer em todos os sentidos.

O ano passado entristeci-me quando uma das entidades financeiras - que tem uma reputação impar mundialmente me disse que podia apoiar micro-projectos das organizações angolanas, avaliados em quinze mil dólares durante um ano, mas não aprovaria aqueles que incluíssem neles rubricas de salários para o pessoal da organização. Que loucura! Fiquei engasgado, alarmado e virei as costas. Assim, não, disse! Naquele momento, deu-me vontade de vomitar, em virtude daquelas palavras indigestas. E logo, sem remorsos, dei aos calcanhares.

5.6 A juventude e a reconstrução nacional

RNA...14-03-06

O governador da província de Benguela, Dumilde Rangel, fará esta terça-feira, a abertura do workshop sobre a integração da juventude no processo de reconstrução nacional.

Segundo o programa deste encontro juvenil, a sessão de abertura contará ainda com a intervenção do 1º secretário nacional da JMPLA (organizadora do evento) que apresentará os objectivos do workshop. A organização explicou que a escolha da província de Benguela para a realização deste workshop deve-se ao facto de nela estarem em curso grandes projectos de impacto social, como a reabilitação do caminho-de-ferro e a construção do hospital regional.

Os participantes (representantes dos secretariados provinciais da JMPLA, do Conselho Nacional da Juventude, de outras organizações juvenis, entre outros convidados) estarão subdivididos em dois painéis, virados, respectivamente, para a análise da reconstrução nacional e para a integração dos jovens nos projectos.

O workshop contará com dissertações da ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, os vice-ministros das Finanças, Severim de Morais, da Juventude e Desporto, Gonçalves Muandumba, da Educação, Mpinda Simão e da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Sebastião Lukinda.

Outros oradores convidados para o encontro são o governador da província do Zaire, Pedro Sebastião, o director do Gabinete de Reconstrução Nacional, Hélder Vieira Dias e o secretário do Bureau Político do Comité Central do MPLA para a política económica e social, Manuel Nunes Júnior.

5.7 Embala Sicato necessita de professores

RNA...15-03-06

Vinte professores do primeiro nível é quanto basta para se fazer a cobertura total da rede de ensino na localidade da Embala Sicato, no município do Andulo, distante 149 quilómetros do Kuito, província do Bié.

O regedor da Embala Sicato, Enoque Paulino, informou à imprensa que a localidade tem apenas 16 professores, número inferior para o bom andamento das actividades escolares. Segundo Enoque Paulino, a sua circunscrição necessita também de mais salas de aulas, porque as existentes são insuficientes para albergar as crianças em idade escolar.

"Estamos a sensibilizar a população no sentido de se construir mais escolas para o bem da comunidade", disse.

A localidade possui 21 salas de aulas, construídas com material local. A Embala Sicato tem uma densidade populacional estimada em três mil 780 habitantes, na sua maioria camponesa, distribuídos em 24 aldeias.

5.8 Juventude mobilizada

RNA...15-03-06

Quatro mil jovens serão enquadrados nos próximos três anos em empresas da construção civil no país, visando a sua inserção no mercado de trabalho, afirmou terça-feira, em Benguela, o vice-ministro das Obras Públicas, José Ferreira.

Segundo o governante, que falava à margem do workshop sobre a "Integração da Juventude no Processo de Reconstrução Nacional", o desenvolvimento do país passa necessariamente pela construção e reconstrução de todas as infra-estruturas básicas. O governante acrescentou que o Ministério das Obras Públicas tem ligações com várias empresas afins, nas quais os jovens angolanos devem ser enquadrados.

Todas estas empresas, privadas ou estatais, têm a missão de criar postos de trabalhos para a juventude, para que esta possa ser integrada efectivamente no processo de reconstrução em curso em Angola, anunciou.

Uma das prioridades definidas pelo ministério, ainda segundo o vice-ministro, é a inserção dos jovens nos vários projectos que se prendem com a reconstrução das infra-estruturas a nível do país.

5.9 As pequenas grande «feras»

Capital...18-03-06

Rapazes que representam pequenas gotas num vasto oceano de crianças que tão cedo se viram privados de afectos, mas que também tão cedo se viram com uma arma de fogo na mão, transformadora em «instrumento de trabalho» para exigir o que acreditam ser uma forma de reivindicação dos seus direitos porque deserdados pela sociedade e, por que não, pelo Estado que era suposto defender-lhes.

Aos 15 anos de idade, Pedra Sozinho não são mais uma criança normal. O pai, ao que ouviu dizer, morreu antes do seu nascimento. E para aumentar ainda mais a

sua desgraça, a mãe acabou também por falecer durante o seu parto. Assim cresceu na sua Lunda-Norte natal, desamparado e entregue à sua sorte, ao «deus-dará». É que mesmo estando aos cuidados do irmão do pai de nada lhe terá servido, visto que a tia, a mulher do tal tio, vivia a maltratá-lo por dá cá aquela palha.

Agastado com os maus-tratos, «abandonei a casa, porque estava cansado de ser tratado como um escravo, ficava muitas horas sem comer». Encontrou refúgio algures no município de Cacuaco, onde vive com «uns amigos que conheci por aí» e que lhe ofereceram um improvisado espaço que, já de si exíguo, os mesmos transformaram num reles cubículo de deserdados. Mas a opção pela rua parece não ter sido também a mais acertada. As várias cicatrizes que lhe «ornamentam» o rosto, os lábios enegrecidos pelo excessivo consumo de tabaco e outras substâncias entorpecentes, olhos avermelhados, denunciam bem que aquele rapazola, no seu pouco mais de um metro, há muito que enveredara pelo mundo da criminalidade juvenil, uma prática corrente entre os adolescentes nos dias que correm.

A sua conduta na rua há muito que deixou de ser aceitável. Vive a roubar as pessoas todos os dias, pois «se não 'grampear' (roubar) não consigo comer e muito menos dormir com os meus amigos», que só aceitam quem na realidade «trabalhou e trouxe alguma coisa que dá para comprar comida e cigarros».

O preço a pagar pela sobrevivência é bastante alto. Diz-se saturado com a vida que leva, mas ao mesmo tempo vê-se sem alternativas para mudar de vida, porque lhe falta tudo. Até comer passou a ser uma incógnita. De tal forma que o crime se tornou na via mais rápida para conseguir o que necessita. Escola? Nunca frequentou uma, mas já perdeu a conta de quantas pessoas terá já roubado. Como ele, há muitos jovens, havendo até aqueles com muito menos idade. Um alto número de menores de idade estão envolvidos em actividades criminosas, segundo o alarme lançado recentemente pelo Director-adjunto da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), Nascimento Cardoso.

Assim como Pedro Sozinho que é proveniente da Lunda-Norte, «a forte urbanização, provocada pelo afluxo dos refugiados da guerra civil e a aflição do desemprego levam os jovens a cometer crimes», segundo afirmaram fontes da Igreja Católica à Agência Fides afecta ao Vaticano.

Dados divulgados pela Polícia angolana referem que, nos últimos quatro anos, 3 mil 189, entre os 14 e 15 anos, foram detidos ou advertidos pela Polícia. Entre

2001 e 2005, por exemplo, segundo ainda os números policiais, 609 menores de idade estiveram envolvidos em crimes em Luanda, ao que se seguiram as províncias da Huíla com 261 casos e Benguela com 188.

«Essas três províncias», reforçou Nascimento Cardoso, «registam o maior número de casos de menores envolvidos em crimes, porque as crianças e os jovens vivem em situações difíceis, que os colocam facilmente em contacto com ambientes criminais». António Carlos, de 13 anos, viu-se obrigado a abandonar a casa dos pais, em função das constantes brigas de ambos, dada a gritante ausência de comida. Afinal, em casa onde não há pão, todos ralham, mas ninguém tem razão.

Com o pai e a mãe desempregados e na qualidade de mais-velho entre os cinco irmãos, Carlos decidiu partir ao encontro do antídoto para os constantes desaguisados familiares: «agora vivo a roubar aqui no Roque Santeiro para levar comida em casa», mais não seja para evitar que o pai descarregue toda a sua raiva sobre a mãe, todas as noites em que chega embriagado. Problemas como de Carlos não são os únicos, porque Gabriel, de 16 anos, também convive com o mesmo dilema de ter de roubar «as pessoas que passam na rua» para comer, vestir e «olhar para irmãos» que estão sob os seus cuidados. «Perdi os pais na guerra», lá no alto do Bié, e, num repente, viu-se apenas com os três irmãos que agora o obrigam a arriscar a vida.

Um dia pensa fazer um curso e, quiçá, arranjar um bom emprego. Quem sabe um dia a sorte bate-lhe a porta e consegue deixar de roubar, como é o seu desejo. É que nem todos os dias têm sido santos, já que nos dias de azar, quando apanhado com a boca na botija, «batem-me muito». A continuar assim, ele reconhece que «um dia desses vou mesmo morrer de tanto apanhar».

Esses problemas têm merecido um acompanhamento da Igreja Católica, que tem actuado nas periferias mais degradadas de Luanda. Na capital angolana, por exemplo, onde se concentra o grosso da população do país, por força do êxodo provocado pela guerra recente, os salesianos administram diversas escolas profissionais que visam a recuperação dos menores de rua e conferir-lhes um melhor futuro. São rapazes que representam pequenas gotas num vasto oceano de crianças que tão cedo se viram privados de afectos, mas que também tão cedo se viram com uma arma de fogo na mão, transformando-a em «instrumento de trabalho» para exigir o que acreditam ser uma forma de reivindicação dos seus direitos porque deserdados pela sociedade e, por que não, pelo Estado que era suposto

defender lhes.

5.10 A Infância perdida

Capital...18-03-06

Depois do seminário realizado em finais de 2004 pelo Instituto Nacional da Criança (INAC) que visou a sensibilização sobre a prevenção da exploração do trabalho infantil e tráfico de crianças em Ondjiva, na zona fronteiriça de Santa Clara com a Namíbia, considerada uma zona de risco no que a esta problemática diz respeito, pouco ou quase nada de vulto foi feito em torno desta temática.

Na ocasião, o UNICEF temia que as crianças naquela região de Angola, em gritante situação de vulnerabilidade, muitas delas órfãs e separadas dos pais, viessem a ser absorvidas por redes de recrutamento para as actividades que as introduziriam no ciclo vicioso da exploração infantil. Aliás, o representante do UNICEF em Angola, Mário Ferrari, afirmava ser «imperiosa a protecção da criança contra a exploração económica e quaisquer outras formas de trabalho que exponham a criança a situações de risco, que interfiram com a sua educação ou ainda que sejam prejudiciais à saúde física e mental, e ao desenvolvimento espiritual, moral ou social da criança».

Foi numa altura em que os dados do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelaram que 30 por cento das crianças angolanas entre os 5 e os 14 anos trabalham, remunerados ou não, donde as raparigas estão em maior número (31 % contra 29%).

Seja como for, aquele seminário acabou por ser a «nota dissonante» do trabalho do INAC a respeito, pois pouca coisa se viu ou foi feita para que este fosse reduzido. O trabalho infantil é uma dura realidade em Angola, é visível em todos os cantos do país (Luanda não é excepção). Ou seja, as iniciativas do INAC não passam de meras iniciativas. É como uma árvore que se vai ramificando sem que se lhe corte a raiz para estancar a sua rápida progressão. O que se vê na prática são apenas simples intimidações aos infractores, o que não chega a ser suficiente para um problema que, a pouco e pouco, começa a ganhar contornos de uma «emergência nacional».

Crianças são cada vez mais colocadas ao serviço de adultos em troca de um pouco de comida e roupa. Outras há que são obrigadas a vender ou venderem se para sustentarem pais oportunistas ou que se acham incapazes de sustentarem os seus, ou ainda vítimas da exploração por empregadores sem escrúpulos adeptos

ferrenhos do lucro fácil.

Se já em 2004 falava-se em 30 por cento das crianças dos 5 aos 14 anos a trabalhar, este número terá mais que dobrado neste lapso de dois anos. Trabalham precocemente e quase todas, senão mesmo todas, encontram-se fora do sistema normal de ensino. Prossegue em Angola a imparável marcha do trabalho infantil, mais a mais por as crianças serem vulneráveis, mão-de-obra barata, sempre dispostas a trabalhar.

a elevado índice de desemprego e as dificuldades que atravessa muitos lares, leva os pais a obrigarem os filhos a abandonar os estudos mais cedo do que previsto, antes mesmo da conclusão do básico, em busca de sustento para o lar. Encontram-se crianças em várias actividades: vendem artigos vários nas ruas, mendigam, prestam serviços domésticos e, na pior das hipóteses, alimentam a prostituição infantil. E na medida que o tempo passa, algumas têm sido envolvidas no negócio das drogas.

Começar a trabalhar ainda quando criança é o mesmo que iniciar um círculo vicioso de miséria, dado que inibe o crescimento de uma criança, porque não estuda, não se forma e, por arrasto, acaba por se tornar ainda mais pobre. Isto porque a criança que trabalha não escolhe uma profissão, por trabalhar em ramos que não são na realidade um ofício. Até porque não se faz carreira profissional a vender água, rebuçados, cigarros, comida, pedir esmola ou prostituindo-se. Parte-se do princípio que a criança trabalhadora é mais pobre, descendem de pais desprovidos de recursos financeiros, mas, ainda que exaustivo, apresenta-se como algo oportuno, de certa forma natural e mais do que necessário.

Os pais que obrigam as crianças a fazer da rua uma fonte de sobrevivência, pode até certo ponto evitar com que ela corra riscos, como, por exemplo, roubar, mas acabam por expô-las a outros riscos. São mais permissíveis à doenças várias e alvos fáceis de agressões de adultos. Como evitar então que crianças mais crianças entre os 5 e 14 anos apareçam a trabalhar com todos os riscos inerentes a este fenómeno? Esta é certamente um forte soco no estômago para a sociedade e sobretudo para o Estado.

Se para um adulto, dotado de todas as faculdades física e mentais, trabalhar já chega a ser um sacrifício, embora dignificante, o que dizer então de uma criança, um ser em pleno desenvolvimento a carregar o pesado fardo de ajudar na renda de casa?

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 A cisma e a obsessão do governador

Terra angolana...01-03-06

O governador Provincial de Luanda, Job Castelo

Kapapinha, reuniu-se nos meados de Fevereiro com municípios de Luanda possuidores de ciclos provisórios de concessão de parcelas de terra com objectivo de prestar alguns esclarecimentos relativos a este tão preocupante assunto.

Nesse encontro realizado em Luanda, o governador deixou um aviso sentencial: "de acordo com o disposto no nº2 das cláusulas do óculo segundo o qual rodos os possuidores de óculos, que não apresentarem o respectivo projecto arquitectónico de execução no prazo de seis (6) meses arriscasse a perder os terrenos. Esta reunião e a forma musculada como foi dirigida, pelo número um da província e sua equipe, sobretudo os integrantes do departamento provincial encarregue da gestão urbana, deixou clara a obsessão e a cisma do senhor governador por questões relacionadas com terrenos. De resto, esta é uma situação por demais conhecida.

Não há dúvidas de que Luanda há muito reclama por uma mão caridosa, para o seu ordenamento de facto e a sua gestão eficaz. Mas, para que isso seja possível é preciso o tão rei,"indicado plano director, que já se transformou no calcanhar de Aquiles dos arquitectos angolanos. Infelizmente, parece que estes nunca são tidos, nem achados, quando se trata de gestão urbanística da cidade. E na maior parte das vezes, são preteridos a favor de seus colegas estrangeiros que trazem propostas que não levam em linha de conta a nossa realidade, nem as nossas necessidades reais.

O culto da improvisação que permeia a acção governativa, tem levado a que grande parte de boas intenções dos governadores da capital nunca passe disso mesmo. E o plano director elaborado por técnicos Angolanos capazes que define o que deve ser a capital em seus múltiplos aspectos. E ainda este importante documento que indica onde começa e terminam os verdadeiros problemas que exigem resoluções imediatas.

Outro aspecto que parece ter passado despercebido ao senhor governador provincial é o facto de que os fenómenos sociais não são estanques. Na maior parte das vezes, a solução de um problema depende de uma cadeia de eventos.

O cidadão comum, pôde ter obtido o título, mas, o projecto arquitectónico executivo, pode não estar ao seu alcance porque, esse comporta custos não acessíveis a maioria dos funcionários, cujo salário mínimo é de sessenta dólares americanos.

A título de exemplo: os croquis de localidade custam duzentos (usd200) dólares americanos, ao passo que o projecto arquitectónico é cobrado ao valor de dois

(usd2000) mil dólares. Segundo apurou este quinzenário, junto de alguns participantes ao invento, estes valores estão na base da situação de, a maioria detentora de títulos provisórios não possuir nenhum outro documento exigido pelo governador.

Segundo estes municípios, o governo provincial através das administrações municipais, devia ter, como acontecia na era colonial, gabinetes de apoio, que além do necessário aconselhamento, também davam apoio técnico àqueles interessados em construir suas residências. Conhecido pela sua apetência por terrenos, alguns municípios disseram a este jornal que Job Kapapinha organizou mais este evento como forma de apertar o cerco em volta dos detentores de títulos, porque conhece a realidade e sabe das fracas possibilidades que têm, sobretudo no casco urbano que é a sua preferência.

O que o governo deve fazer, segundo apurou o TA, é organizar gabinetes municipais de apoio aos municípios que queiram erguer suas residências. Ao invés de insistir em métodos draconianos consubstanciados em ameaças de perda de titularidade e consequentes demolições, o governo é obrigado a adoptar políticas condizentes com as necessidades reais dos cidadãos.

Outro aspecto que ressalta a vista nas intervenções dos governantes, é o uso do chavão, segundo o qual, Luanda é uma cidade complexa. Sim, sem plano director se torna complexa a solução dos problemas, por não se ter a dimensão exacta deles a verdade, existem capitais de países que possuem uma população correspondente ao Número de habitantes de Angola inteira. Cairo, capital do Egipto, possui mais de dezoito milhões de habitantes, quase duas vezes mais que a população angolana. Ainda por cima, o Egipto tem uma população conhecedora dos seus direitos e por isso exigente para com os governantes. Por esta razão, é com certeza mais complexa a governação de uma população assim.

Afinal é a falta de plano director, a obsessão por assuntos secundários dos governantes e a ausência de um plano director está na base das dificuldades em governar Luanda.

6.2 Propriedade pobre

Cruzeiro do sul...04-03-06

"A esse nível, um aspecto verdadeiramente crucial e que importa avaliar terá a ver com a relação que a legislação estabelece entre os poderes de que gozam os titulares de direitos de ocupação de terrenos destinados à produção agrícola e pecuária, na sua relação com aquele outro direito que diz respeito aos frutos da produção agrícola quando seja realizada em parcelas sobre as quais impendem direitos de ocupação alheios"

Um dos dilemas mais inquietantes para perseguir resultados palpáveis na reversão da pobreza camponesa através do desenvolvimento de uma agricultura de rendimentos começa por se confrontar com um conjunto de problemas que não são de solução fácil, nem imediata. Mas há, apesar disso, algumas evidências a partir das quais se toma possível começar a discussão do problema.

Para começar, não é difícil perceber que um tal propósito só se deixaria realizar na medida em que a agricultura camponesa venha a conhecer um crescimento susceptível de gerar receitas capazes de a tomar na principal fonte de rendimento para o combate à pobreza rural. (concebida nos termos dos objectivos de desenvolvimento do milénio, sobre os quais existe consenso generalizado). Reconhecido esse aumento de produção enquanto condição absoluta para reverter a situação de pobreza actual, haveria ainda uma segunda evidência para prosseguir na discussão do assunto.

Consistiria em responder à questão de saber se poderia a agricultura camponesa, tal como organizada à luz do figurino da mais recente legislação agrária tomar-se capaz de gerar rendimentos tal volume de rendimentos. Em resposta a esta questão, seria importante tomar nota sobre o facto de o figurino criado pela legislação agrária mais recente dirigida aos problemas da agricultura camponesa resolver os problemas da organização e funcionamento da propriedade camponesa de forma muito peculiar.

A esse nível, um aspecto verdadeiramente crucial e que importa avaliar terá a ver com a relação que a legislação estabelece entre os poderes de que gozam os titulares de direitos de ocupação de terrenos destinados à produção agrícola e pecuária, na sua relação com aquele outro direito que diz respeito aos frutos da produção agrícola quando seja realizada em parcelas sobre as quais impendem direitos de ocupação alheios. Em que medida esses direitos de ocupação exclusiva se irão projectar sobre o pleno gozo dos direitos relacionados com a colheita dos frutos que resultem de uma agricultura de rendimentos?

Para aludir a uma situação concreta, um exemplo palpável tem a ver com os problemas relacionados com direitos de ocupação, no caso dos logradouros pecuários. Verifica-se, nessas situações, um conjunto de circunstâncias que merece criteriosa ponderação. Há que ter em conta que os direitos de ocupação só se manifestam com carácter sazonal, na medida em que a pecuária camponesa se debate com condições muito específicas.

Sobretudo em zonas áridas, o pasto e a água vão se tomando mais escassos à medida que a estação seca progride. No pico da estação, põe-se naturalmente aos

titulares desses direitos de ocupação a absoluta necessidade de acorrer às zonas onde haja água e pasto fresco durante todo o ano. Levantam-se em tais circunstâncias questões de difícil solução, como por as de saber se esses direitos de ocupação podem opor-se a direitos de aproveitamento desses recursos durante a época em que se encontram devolutos.

Sobretudo, coloca-se a dificuldade em decidir se os titulares dos direitos de ocupação poderiam por alguma via certificar esses direitos por meio de um acto de registo que lhes desse um direito exclusivo sobre essas zonas de logradouro. Outro ponto não menos controverso acerca da organização e funcionamento da agricultura camponesa teria a ver com a relação entre os direitos de ocupação e os direitos de transmissão dessas parcelas para terceira pessoa, na base de contrapartidas de rendimentos. (seja por acto de venda, arrendamento, ou outra forma). Nunca será demais frisar a importância de uma solução criteriosa para a relação que se deve estabelecer entre esses dois tipos de direitos, tal como deveria funcionar no quadro de uma agricultura de rendimentos.

Quando se pensa em resultados palpáveis no quadro de um programa para reverter a pobreza camponesa a partir do desenvolvimento de uma agricultura de rendimentos será sempre o efeito dessas relações entre estes direitos que permitirá avaliar o impacto que o figurino da propriedade pode vir a ter sobre os resultados económicos, de modo a que estes possam vir a constituir-se na principal fonte de receitas para combater a pobreza no campo.

No entanto, quando se olha para a situação actual, não se pode deixar e perguntar que impacto esta diluição tão típica da articulação entre o gozo de direitos exclusivos projecta, afinal, sobre o funcionamento de uma agricultura camponesa apostada numa política de rendimentos. Eis, aí, uma questão crítica. No entanto, não há como evitar a conclusão que aponta para o facto de que, no actual regime de propriedade comunal, os rendimentos resultantes da produção agrícola acabarão por força por ser repartidos em maior ou menor proporção entre os titulares de direitos de ocupação e os titulares dos outros direitos relacionados com o funcionamento da propriedade camponesa.

No essencial, dará sempre origem a um entre dois tipos de distribuição dos rendimentos provenientes da propriedade agrária. Um, primeiro, será aquele onde o titular dos direitos de uso (sob invocação de posse hereditária) tem direito à repartição dos frutos que resultem da colheita. Outro, de feitos eventualmente mais perversos, será aquele onde o titular dos direitos de uso (constituídos com base ocupação remota) terá direito à repartição dos rendimentos até mesmo da propriedade perfeita, baseada no registo

predial. Nesses casos, uma parte dos rendimentos da propriedade perfeita deveria ficar afectado à construção de obras, pagamento de rendas em dinheiro ou até mesmo em géneros ao titular dos direitos de uso comunal, representados na autoridade tradicional.

Como é óbvio, estas duas cargas que irão incidir sobre o pleno gozo dos direitos aos frutos e à contrapartida da transmissão de direitos diminui em qualquer dos casos o volume do rendimento líquido que irá reverter para os agricultores cuja propriedade esteja organizada na base de uma agricultura de rendimentos. Mas, sendo essas as condições de facto, onde irá o titular de direitos aos frutos da colheita, buscar os rendimentos líquidos tão necessários (ou pagá-los, caso consiga crédito) para realizar trabalhos de beneficiação e construir as instalações sem as quais jamais poderá vir a conseguir um título de propriedade perfeita, capaz de valorizar a propriedade agrária camponesa nos seus interesses comerciais?

Sob um regime económico que submete a agricultura camponesa ao império dos titulares de direitos de ocupação, como acontece no figurino actual da propriedade comunal, não haverá razões mais que suficientes para definir a agricultura camponesa como uma propriedade de rendimento pobre?

6.3 Cazenga ao Deus dará

Cruzreiro do sul...04-03-06

A fome, a podridão, a miséria e a pobreza urbana caminham com a gente maioritariamente deserdada do Cazenga. Infeliz e desgraçadamente, muitos não aguentaram as peripécias destes males sociais, entregaram-se ao álcool, nomeadamente ao kimbombo e o kaporroto, para afogar as suas angústias nos becos do "Congo Pequeno". É o jeito para fugir de alguns olhares desprezíveis e enjoativos de escárnio de gente complexada e preconceituosa. Assim vai o Cazenga, um município que parece votado ao esquecimento e de que os governantes só se recordam por altura das campanhas políticas, para captação do grosso do voto analfabeto, inconsciente e embrutecido em maratonas alcoólicas

Quando vejo a situação do bairro hoje, um sentimento de tristeza me invade a mente", -lamenta um antigo morador do bairro há mais de 40 anos, de sua graça António Francisco Terra, mais conhecido por Chico Terra, analista económico e perito contabilista. Encontramo-lo em casa a fazer os seus habituais estudos em economia e áreas contíguas, quando a luz de repente se foi, como para acrescer a angústia que lhe perpassava o rosto. O município do Cazenga inclui os

bairros do Cazenga, que lhe dá o nome, Tala- Hady, Hoji ya Hencla, "Tunga Ngó" (Constrói só) e Vila da Mata. Estes dois últimos foram criados nos últimos anos, como resultado do êxodo rural provocado pela longa guerra que assolou o país.

Chico Terra diz que "os problemas do Cazenga são os mesmos de Luanda. O êxodo rural provocou um desmantelamento das infraestruturas", pontualizando que "um dos problemas mais urgentes que deveria ser atacado já, seria a recolha do lixo que está concentrado em pontos muito bem conhecidos do município. "Até dá vontade de falar em montanhas selvagens, quando se vê tanto lixo acumulado!!!". É consabido que onde há muito lixo, naturalmente, que a propagação de doenças é muito grande. Aqui onde eu moro estou em crer que a média de óbitos se apresenta como sendo quatro a cinco por semana".

"Montanhas selvagens !. Algum esforço foi feito para combatê-lo no município, mas é ainda insignificante. Constatam-se verdadeiras "montanhas selvagens"; montes e montículos de lixo vêem-se aqui e ali. O que mais chama atenção é a imundice que circunda nas três valas de drenagem situadas no eixo rodoviário que vai da "Jota" até à Y avenida. As valas estão completamente entupidadas e têm água estagnada e esverdeadas, autênticas incubadoras de mosquitos, larvas e outras porcarias que perigam a saúde do munícipe. O antigo mercado da comissão do Areias, situado na rua A, completamente desventrado não foge ao jogo dramático da podridão que por ali campeia. Os ferros e as chapas que cobriam o tecto, bem como as portas e a rede do muro que circundava a praça foram roubados. O capim tomou conta do quintal e não há quem faça a desmatagem. Os trabalhadores de limpeza vimo-los muito longe deste ponto nevrálgico e apenas com vassouras na mão. No entanto, não é perceber que é preciso que se lhes sejam dadas picaretas, enxadas e pás, para pegar tesos no trabalho, não apenas quando se deslocam lá para as bandas da Filda, onde não há muito que limpar. O abandono é, a todas as luzes, visível!

"Aqui não tem ninguém que toma conta disso", disse-nos um velho residente num dos antigos quartos de banho e escritórios da administração do aludido antigo mercado municipal. Hoje por hoje, os compartimentos encontram-se com a parte frontal coberta de sacos de serapilheira e papelões. Para dar um toque ainda mais dramático, um mendigo sentado no chão, com ar de preguiça e bocejando de fome, emprestava um ar de favela a uma zona que já foi nobre no tempo da outra senhora "Aqui só vendiam "nguetas", de avental e tudo, que moravam aqui ao lado", lembra um antigo morador que reside na área há mais de 30 anos. As

autoridades comunitárias não movem uma palha que se veja para alterar o quadro sombrio. Planos existem, mas no papel feitos letra morta. Não se fala em auscultação à sociedade civil local, cuja mais-valia intelectual é de reter em atenção. No município abundam técnicos médios e superiores: médicos, juristas, economistas, engenheiros, professores, escritores, jornalistas, etc., etc. É isso que toma ainda mais flagrante o contraste com alguns montes de entulho que se notam na rua que vai do largo do "Imbondeiro do Cazenga" à Quinta Avenida. São os pecados expostos de coisa que as anteriores administrações nunca conseguiram fazer, como pôr uma charrua a pavimentar a zona, durante vários anos.

Muitos moradores informaram que com a sua contribuição alugam no princípio do cacimbo ou das chuvas uma charrua para pavimentar as suas ruelas no Marcelo Caetano, nomeadamente na rua do Paraíso e a da Lama que, bem se nota, são as que neste momento menos lombas e valetas, pois a "lâmina" feriu recentemente a terra.

Acudir a gestão comunitária. Quanto a dinheiros para a administração inverter o quadro sombrio reinante, o analista económico Chico Terra prognostica que "caberá ao governador da província fazer uma cabimentação das verbas, que eu acredito que seja superior à do ano passado. É nesta perspectiva que encaro a questão financeira para acudir o município".

Em todos estes bairros as condições do saneamento básico são precárias, mas a zona da antiga Comissão do Areias (nomeadamente a sua parte de cima), afecta ao bairro Tala-Hady é daquelas que mais reclama uma intervenção urgente há muitos anos. Por altura das chuvas, toma-se completamente intransitável e as águas invadem as casas dos cidadãos, misturando-se muitas das vezes com as fezes, perigando a saúde, quiçá a vida, daquela população, que por essa altura do calor prova o trago amargo do pão que o diabo amassou, ficando sem soluções alternativas.

O arquitecto António Júnior nota que a zona do Areias "deveria merecer uma intervenção urgente. Até porque aquele tipo de casas económicas tem os prazos de validade vencidos e deveriam ser destruídas sendo construídas no seu lugar outras mais duradouras. São casas que foram concebidas para dez vinte anos e estão com cerca de quarenta anos de vida sem quaisquer obras de restauro e reabilitação". As fossas, a maior parte delas encontram-se entupidadas, o que não deixa de ser grave. É assim que a noite vê baldes e latas de dejectos a serem lançadas na lagoa mais próxima ou mesmo ao relento nas ruas, ruelas ou estradas

principais que circundam o bairro. Mas nem todos assim procedem, alguns moradores optaram por criar as suas próprias fossas, dispensando as colectivas que, normalmente, estão entupidas pois os colectores há muito deixaram de ter qualquer serventia.

Moradores com quem conversámos julgam que o bairro poderia ser partido e em seu lugar erguidos vários prédios, sendo entregue a cada família habitante de cada residência um apartamento com idênticas dimensões. Na zona do antigo Marcelo Caetano o cenário é menos dramático, mas não deixa de ser desolador. Quem viu o bairro no passado não acredita. O largo da Casa Verde, antigo centro comercial, está praticamente irreconhecível, com lixo e carcaças que há muito deveriam ser removidas pela administração municipal. O mesmo se repete no largo da casa Malange, para não falar do largo paralelo a este, situado pela borda direita para quem vai à Fiaco. Esta é uma antiga fábrica de confecções que hoje está transformada, para não variar, em mais um armazém e loja de produtos importados, como frescos, carne e galinha congeladas, além de fardos de roupa. Quanto às fábricas de confecções só resta a Ancotex que labora a meio gás.

À excepção das padarias Leão, Monte Sinai e Santana, o parque industrial da área está praticamente paralisado. A Condel importa os cabos eléctricos que comercializa aos clientes, nomeadamente vendedores ambulantes e quitadeiras. Não produz quase nada. A Curbol está igualmente transformada em armazém e vendem-se fardos, ao contrário do passado que era uma fábrica de curtumes, produzindo calçados que rivalizavam com a Macambira, desde quedes, botas e sapatos.

Rebentar pelas costuras. São muitos os jovens que não estudam nem trabalham, não tendo qualquer profissão. Encontram-se, assim, pura e simplesmente fora do mercado de trabalho. O Cazenga conta com várias escolas básicas e do ensino médio, nomeadamente, o Instituto "António Jacinto" e "Angola e Cuba", além de outras do II e III nível, como a "Óscar Ribas" e a Escola Grande, onde também se lecciona o I nível. A escola mais antiga do município, a do Cariango, que formou muita da elite do bairro, fechou as portas há cinco anos, segundo informaram os vizinhos da rua A e B. Completamente abandonada e suja, cheira há fezes despejadas no chão, nos passeios e no quintal cheio de capim, a perder de vista.

O município conta com um Centro de Formação Profissional de vocação nacional, mas cujo impacto não é notório na preparação profissional da comunidade adjacente.

O antigo centro de formação profissional vandalizado em 1992 foi recentemente reabilitado, com o concurso de técnicos brasileiros. É considerado dos maiores da região Austral de África, tendo capacidade, para em cada semestre instruir mais de mil e 200 mil formandos, nas 14 especialidades dos seus cursos básicos, nomeadamente, electricidade, mecânica diesel, carpintaria, serralharia, refrigeração, canalização, informática, artesanato, panificação, pastelaria, inglês e cortei costura, este último mais destinado às senhoras.

Por sua vez, as "kinguilas" já vão surgindo na área como cogumelos o que não se notava até bem pouco tempo, testemunham alguns moradores. Trabalham com os comerciantes locais, sendo, as mais das vezes, "testas de ferro". Outras, trabalham com dinheiro emprestado por amigos e parentes, valores subtraídos, regra geral, dos seus parques rendimentos salariais e não só. Água e energia a conta gotas. No antigo Marcelo Caetano, já há muito tempo que nem sequer se falava de energia. Há muitos anos que não se vê uma lâmpada acesa nos postos de iluminação pública.

Dez anos depois, a luz eléctrica voltou: no último fim-de-semana arrancou o projecto eléctrico apoiado pelos chineses. Foram montados PTs e novos postos pelos chineses. O mesmo vai repetir-se no Congo Pequeno em breve. As ligações estão a ser feitas. Esta zona menos favorecida nunca teve iluminação pública, nem no tempo da outra senhora. Neste aspecto nunca sentiram mudança nenhuma desde 1975, senão algumas puxadas ocasionais e pouco mais das áreas circunvizinhas. A Zona da Comissão do Areias, que era a zona melhor servida neste domínio, também tem andado em dificuldades.

Francisco Diogo, morador na área há muitos anos, diz que "isso é um caso sério aqui no bairro." Chico Terra, que lá vive há mais de 40 anos, revela que "a falta de luz é um verdadeiro quebra-cabeças", acrescentando que o está a ser feito no domínio "não passa de um paliativo", porque não resolve os problemas comunitários de fundo. "Muito concretamente, ainda não consegui verificar ou constatar algum trabalho em termos de reposição de água ou energia, para os munícipes deste bairro de forma efectiva", argumenta. Um dos grandes óbices que se coloca nesta zona quando chove e haja luz é que ela é logo desligada. Terra conta que "antigamente não havia nada disso. Depois de uma chuvada, mesmo à noite jogava-se à bola e tudo. Não parava água na rua", recorda com saudade. Aproveitando a deixa da chuva questionámos: aqui corre água nas torneiras?

Ele reage: "Vai correndo, vai correndo", observando

que, "de uma maneira geral, compra-se bidons de água que sai a 25 kwanzas cada um". Matadouro do Cazenga. O município dispõe de um hospital, o dos Cajueiros, também conhecido como o "Matadouro do Cazenga", pelo número de mortes que aí ocorrem diariamente, o que indicia a sua incapacidade de atender os doentes a contento. Além desta unidade hospitalar, na área acham-se duas pequenas maternidades que atendem as parturientes nos primeiros socorros, procedendo à assistência de muitos partos e evacuando os casos considerados mais graves.

Para o efeito, ambas dispõem de uma ambulância cada. Uma das aludidas maternidades situa-se junto ao mercado do Hoji-Ya-Henda, atendendo as parturientes da zona da Cuca e cercanias, incluindo a área do mercado dos Kwanzas, Catorze, Nocal e Bairro dos Ossos. A instituição alberga serviços de consulta externa diária e faz internamentos de doentes, além das grávidas que fazem, diariamente, a assistência pré-natal e não só. A outra maternidade situa-se na avenida, paredes-meias com o antigo mercado do "Asa Branca", que acaba de ser transferido para próximo do Emissor da Rádio Nacional de Angola, no interior de um antigo aviário e cercanias do antigo bairro do Canivete.

A completar a rede hospitalar oficial o município conta com vários centros de saúde. Mas, devido à incapacidade destes atenderem a demanda, muitos dos pacientes recorrem ao "serviços do antigo Centro de Saúde do Beiral, muito mais bem equipado, com serviços de RX à mistura. Além do hospital dos Cajueiros e dos centros de saúde, a área dispõe de vários postos de enfermagem informais e mesmo clandestinos, sem qualquer reconhecimento oficial, não se sabendo ao certo qual a qualidade dos serviços aí prestados, assegurados basicamente por enfermeiros, senão mesmo alguns falsos médicos ou curiosos. Além dos já aludidos centros de saúde, algumas empresas também dispõem de consultórios que atendem trabalhadores e prestam assistência aos moradores das áreas adjacentes, como é caso do centro de saúde da Siga.

Junto à paróquia local da Igreja Católica encontramos Ti Adão em mais uma jornada laboral. Marceneiro de profissão, aprontava mais um caixão, dos muitos que lhe são solicitados pelas famílias desafortunadas. Ele lixava a tampa. Geralmente, faz a obra por encomenda "É mais para crianças falecidas", disse. "Em tempos havia mais clientela. Esses dias nem tanto. Houve uma altura em que era fui muito solicitado e fazia dez caixões de uma só assentada".

Além de caixão tinha pronta para venda uma mesa e seis cadeiras por 300 dólares. "A matéria-prima é cara.

Para uma mesa de 24 mil kwanzas, gasto calculadamente 15 ou um pouco mais para confeccionar cada um deles. A madeira, panos, napas e pregos compara no Kikolo e não fica nada barato o produto final", ajuntou. Enfim, quanto a óbitos no Cazenga morre-se que se farta. "Cerca de 5 por semana", disse - nos um antigo morador, que reside na área há mais de 30 anos. E contas feitas por baixo. Só na Comissão do Areias morrem cerca de cinco pessoas por semana, principalmente crianças.

Mas, mesmo sendo certo que nestas coisas de viver e morrer seja hábito aceitar que aquilo que Deus dá, Deus tira, que mais dará ainda Deus a estes tristes tempos do Cazenga?

6.4 Guerra de terrenos não pára em Luanda

Cruzeiro do sul...04-03-06

Flora Chilombo é uma mulher de meia-idade. Nos anos antes da ascensão do país a independência ela e o marido terão sido bafejados pela sorte ao trabalharem com portugueses que lhes passaram, a seguir a responsabilidade de gerir um extenso terreno na zona do Futungo, depois destes se retirarem do país.

Do Futungo de Belas onde inclusive veio a se instalar o primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto (o seu sucessor também ali fez morada) até mesmo à zona da Barra do Kwanzas, passando pelo bairro Benfica, era terreno ocupado por Gomes & Irmão para exploração agropecuária. Tanto é que até hoje ainda se podem encontrar alguns vestígios de bebedouros para gado e algumas valas de drenagem das águas pluviais para as hortas.

Com documentos em mãos, Flora Chilombo, originária do Huambo decidiu, depois da independência, procurar legalizar a seu favor o mesmo terreno, mas só lhe foi permitido ficar com a parcela de mais de dez hectares que vai desde às bombas de combustível de Talatona à ponte do Benfica. O gado que herdou de Gomes & Irmão ainda resistiu até a altura em que apareceu no "jogo" o general Alfredo Tchaunda, actual chefe da Guarda Presidencial a quem também cedeu algumas cabeças.

"O gado pastava aqui sem problemas. Tanto o meu, como o que a ele cedi. Tchaunda era tratado por nós como se fosse um filho", conta Flora Chilombo. Mas as coisas mudaram de figura nos últimos tempos. Começou a perder paulatinamente terreno com a ocupação de alguns pedaços pela concessionária de automóveis Citroën, com a conivência, como ela faz

questão de sublinhar, da administração comunal do Futungo. Viria no entanto a ceder no espaço das bombas de combustível e do bairro erguido nas imediações.

"Cedi porque depois de consultada vi que era preciso ajudar os outros. Não tinha razões de ficar com muito terreno porque o gado reduziu grandemente. Então preferi largar o resto", constatou Chilombo. Contas feitas, ainda lhe sobravam dez hectares, porque dos terrenos para lá do Kwanzas nem quer ouvir falar. Vale mesmo 2 milhões de dólares? "Depois da morte do meu marido preocupei-me só em preservar o essencial para a família. Só que o pouco começou há dias a ser desorganizado com o general Tchaunda e a filha do Presidente, Tchizé dos Santos, que diz ter a titularidade do mesmo terreno que está a pagar por ele, via banco, 2 milhões de dólares em prestações. Sustenta entristecida. De acordo com Flora Chilombo, mesmo depois de ter cedido uma parcela ao general Tchaunda, este, não satisfeito, chegou a vender mais uma boa parte de quase meio hectare a um "grupo de brasileiros". Brasileiros que por sua vez depois de terem erguido no local um murro de vedação paralisaram a obra "por falta de documentos".

Uma fonte da administração comunal do Futungo disse ao agora que o terreno reclamado pela cidadã pertence a empresa de urbanização, Edurb.

"Se é porque não foi esta empresa a tratar do assunto comigo que tenho o título de concessão passado nos anos 80, quando a Edurb surge depois? Não pode ser a filha do Presidente nem o general Tchaunda a falar comigo em meio de ameaças", frisou. Chegou mesmo a haver uma troca de ofensas entre Chilombo e Tchaunda. Este, a crer nela e em várias testemunhas no local, terá arregimentado homens armados que, no entanto "não conseguiram travar a minha razão".

Chilombo tem 11 filhos alguns dos quais militares das FAA e um grupo de familiares "desafortunados" que acha que por herança, tal como rezam os documentos, poderiam ter direito de ali se instalarem. Por isso mesmo, alugou há dias uma pá niveladora para a divisão do terreno em quarteirões onde já estão montadas algumas tendas e casas de chapa.

"Daqui só saio se passarem por cima do meu cadáver. Também tenho, como muitos outros, direito de ter uma parcela de terreno porque tenho muita gente para sustentar. Além disso tenho todas as contribuições fiscais pagas ao Estado.", Refila confiante num desfecho em que não saia prejudicada. Nos quarteirões além de moradias para os filhos e familiares quer montar um

mercado, uma escola e um campo de futebol.

Soube-se no entanto que há dias militares supostamente da UGP estavam a invadir o mesmo terreno. "Isso só pode ser obra de má fé, mas constituímos advogado e vamos lutar até ao fim", disse um familiar de Chilombo por telefone.

6.5 Job Capapinha

Agora ...11-03-06

A "guerra" de terrenos encontra muito eco na província de Luanda. A partir daqui o fenómeno alastrou-se para o resto do país, onde no tempo da outra senhora jamais se falou da venda de terrenos. Estes eram cedidos por herança, passando de geração em geração sem qualquer conflito. Em Luanda, a luta é, porém, enorme. Eleva os nervos à flor da pele, chegando mesmo à ameaças aos cidadãos com armas de fogo.

Foi assim que aconteceu há dias à Flora Chilombo, cujo marido, nos anos 70, trabalhou para a firma Gomes & Irmão, que depois de se retirar do país cedeu-lhe o título de ocupação que viria posteriormente a legalizar nos anos 80. A expulsão de Chilombo com disparos dos militares supostamente da UGP só não aconteceu porque ela estava com os filhos, alguns dos quais também militares das FAA, que terão apelado à calma. Ora, a partir deste exemplo, o governador Job Capapinha deveria agir, acudindo a ocupação legal de terrenos.

6.6 DOS Santos quer lavar imagem com chineses

Folha 8...11-03-06

O Governo lançou esta semana na província de Cabinda, em colaboração com a China, um processo de obras públicas, como forma de captar a simpatia de populações que se têm considerado abandonadas e que muitas vezes manifestam pretensões autonomistas e independentistas.

O general Manuel Hélder Vieira Dias, "Kopelika", chefe da Casa Militar da Presidência da República, chefe dos serviços secretos e responsável pelo Gabinete da Reconstrução Nacional, esteve no dia 06 no território com os ministros dos Transportes, Luís Brandão, e das Obras Públicas, Higinio Carneiro, a anunciar a construção de 44 edifícios de 15 pisos cada, para um total de 5.000 pessoas.

Este general é primo do bispo Filomeno Vieira Dias,

que há 13 meses foi designado pelo Vaticano bispo de Cabinda mas que até hoje ainda não conseguiu tomar posse do cargo, precisamente devido ao ressentimento das populações locais em relação a toda a gente que esteja ligada às principais famílias de Luanda. Num dos mais recentes episódios daquilo que muitos consideram a repressão existente na província, cerca de 4000 católicos que se deslocaram a Santa Catarina, arredores da cidade de Cabinda (Tchiowa, na língua local!), para aí iniciarem uma peregrinação, tiveram de esperar duas horas para seguir caminho devido a uma intervenção da polícia. "Estamos algo preocupados com a situação", disse pelo telefone, o porta-voz da associação cívica Mpalabanda, Raul Danda, segundo o qual o Governo angolano ainda não respondeu à predisposição do Fórum Componentes para o Diálogo (FCD) para que se realizassem negociações com Luanda. A Mpalabanda, que é um dos componentes do Fórum, a par da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) e de outras sensibilidades locais, tem vindo a anunciar nos últimos dias que "a opressão está a aumentar", apesar de episodicamente surgirem notícias de predisposição de todas as partes para o diálogo sobre o futuro do território.

Uma das dificuldades entre os nacionalistas de Cabinda diz respeito à falta de entendimento entre o presidente da FLEC, N'zita Henriques Tiago, e António Bento Bembe, que ele o mês passado procurou exonerar de secretário-geral do grupo, mas que continua a ser o principal animador do FCD, movimentando-se normalmente entre Brazaville e Ponta Negra, a segunda cidade congoleza, já na fronteira com Cabinda.

6.7 Moradores temem pelo pie na zona verde do Kinaxixi

Capital...11-03-06

Por força de grandes interesses imobiliários na zona, moradores temem que num futuro não muito distante venham a conhecer uma nada agradável surpresa.

Óscar Luís Soares, viu demolido, a 23 de Fevereiro, o muro da sua casa, na rua Concelho Aires Orneles, bairro Patrice Lumumba, num acto que considera de completamente ilegal, por elementos afectos aos Serviços de Fiscalização do Governo Provincial de Luanda.

Tudo aconteceu um dia depois dos tais fiscais anunciarem a demolição da referida obra, uma ordem que o mesmo considera de incorrecta, «porque antes do Governo Provincial demolir o que julga estar ilegal, embarga ou obstrui a construção ora desaprovada», o

que não aconteceu consigo, já que não lhe foi dado tempo sequer para reunir toda a papelada que conferia a legalidade daquela construção.

«Sei que a ordem partiu de acusações feitas por certos vizinhos ligados ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e com fortes laços de amizade com os homens da Fiscalização», que se acredita pretenderem abocanhar a zona verde do Kinaxixi, próximo ao viveiro. Aliás, Rosário Filipe, 23 anos, irmão da vítima, disse não ter dúvidas que a ordem para o derrube partiu de instigações feitas por funcionários do Instituto de Investigação Florestal, nomeadamente um tal de senhor Tomás e um outro identificado apenas por 80nifácio. O primeiro é funcionário do Instituto de Desenvolvimento Florestal, enquanto o segundo é o director da instituição. Contactado para o efeito, Tomás disse nada ter a ver com a presente demolição do muro da casa de Óscar Soares: «Que cada um cuide de si, porque eu nem sequer conheço este senhor», defendeu-se.

«Gastamos cerca de três mil dólares para erguemos o muro, pelo que não está correcto que um dia após a notificação, o pessoal da fiscalização chega e derruba tudo», lamentou Rosário que a par de Óscar são filhos de Maria Filipe, que disse não entender o que se está a passar de concreto.

Uma vista pormenorizada faz concluir que de verde naquela zona só vai ficando a lembrança, pois, dia após dia, vai perdendo o ambiente natural que sempre lhe caracterizou. Moradores da Gamal Abdei Nasser, por exemplo, cuja maioria das residências pertencem aos caminhos-de-ferro e ao Porto de Luanda, mostram-se preocupados com a invasão de prédios que se verificam naquela área. É o caso, por exemplo, do prédio que está a ser erguido na rua Marechal Broz Tito, propriedade do Banco Espírito Santo. «Com tanto terreno existente, não faz sentido estar-se a construir tanto dentro, como ao lado do viveiro que aos poucos perde a sua importância ecológica», queixaram-se os moradores.

Contactos foram feitos para se ouvir alguém ligado aos Serviços de Fiscalização do município da Ingombota, mas, segundo a secretária do «chefe das demolições», um tal de Victor, o mesmo encontrava-se bastante ocupado.

6.8 GPL vai realojar moradores da Senado da Câmara

Jornal de Angola... 13-03-06

O Governo Provincial de Luanda vai iniciar brevemente o processo de realojamento dos populares que vivem ao longo da vala de drenagem da Senado da Câmara, no quadro do programa de recuperação dos sistemas de drenagem da capital.

O facto foi anunciado sábado último, em Luanda, pelo governador Job Capapinha, durante o "Primeiro encontro provincial dos comités de acção do MPLA, onde; fez um balanço sobre as principais obras a serem realizadas este ano na capital.

Sem entretanto referir o local onde os populares serão realojados, Job Capapinha referiu que a demolição das casas será feita apenas quando tiver terminado o realojamento. A recuperação da vala de drenagem da Senado da Câmara consta do "Projecto de obras de saneamento, águas e estradas de Luanda", que inclui ainda a recuperação das valas de drenagem do Cazenga, São Pedro, Vale do Suroca, Rio Seco e melhoria de infra-estruturas sociais dos bairros Nelito Soares, Precol, Cazenga e Maianga.

Entretanto, Job Capapinha anunciou o início de um levantamento para a implementação do novo modelo de recolha de lixo e resíduos sólidos no município do Cazenga, em Luanda. No Cazenga, o novo modelo de recolha de lixo será apoiado por estação de transferência de lixo que, de acordo com Job Capapinha, "está praticamente construído".

O GPL, segundo fez saber, adquiriu já cerca de 50 tractores que estão já a ser montados em Luanda. Os tractores serão entregues ao GPL até final do mês em curso e posteriormente distribuídos às empresas operadoras. Job Capapinha disse que o GPL vai continuar a consolidar o novo sistema de limpeza e recolha de resíduos sólidos lançado experimentalmente a 10 de Outubro de 2005, no município da Ingombota. O êxito da experiência da Ingombota, de acordo com Job Capapinha, está no engajamento dos moradores e no cumprimento rigoroso das instruções da Elisal. Para cada município o GPL seleccionou uma empresa que operará em função de um levantamento catalogado e efectuado em todos bairros.

Quanto ao trânsito rodoviário na capital, Job Capapinha disse que o GPL vai promover nos próximos tempos um debate para buscar ideias para melhorar o trânsito e o acesso aos transportes públicos em Luanda.

6.9 Angola beneficia do acordo sobre Gestão de Terra

Angop ...14-03-06

A República de Angola vai, a partir de Abril, beneficiar do acordo sobre Regime de Propriedade e Gestão de Terra, rubricado segunda-feira, 13, no Brasil, entre países da comunidade de língua portuguesa e a Organização da ONU para Alimentação e Agricultura (FAO).

Assinado por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Portugal, o memorando, que tem duração de nove meses, prevê, entre outras, a elaboração de um inventário das capacidades institucionais públicas e privadas existentes em cada um destes países. O projecto, rubricado a margem da Conferência Internacional sobre Agricultura e Reforma Agrária, surge na sequência de um pedido do Secretariado Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, FAO.

Ainda à margem da conferência que decorreu de 7 a 10 do mês em curso, o ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Gilberto Lutucuta, manteve encontros com seu homólogo brasileiro, Miguel Soldatelli, e visitou a fábrica de produção de vacinas do estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

A fábrica do Rio Grande do Sul é especializada na produção de vacinas contra a febra aftosa.

6.10 Um arrojado projecto habitacional

Capital...25-03-06

NOS últimos cinco/sete anos, Luanda cresceu de forma acelerada, num mix que reúne, por um lado, construções tecnicamente bem pensadas e bem projectadas e, por outro, construções ao estilo «tunga ngó».

Tanto um como outro são condomínios. Só os primeiros são condomínios ordenados e tecnicamente seguros e prósperos, enquanto que os outros, os «tunga ngó», são também «condomínios» mas desordenados e tecnicamente perigosos e falidos. Mas os tecnicamente seguros e prósperos não estão isentos de incongruências e imperfeições. É a lógica das ciências das engenharias. Os cálculos e projecções elaborados nas cátedras, laboratórios, oficinas ou ateliers, ao serem levados ao terreno, geralmente, dão-nos alguma margem de imprecisões e erros.

E no ramo da construção civil este fenómeno é frequente.

Sobretudo, quando sabemos que para se erguer uma casa ou um condomínio participam da empreitada técnicos das mais variadas áreas: do topógrafo ao

engenheiro civil, passando pelos arquitectos e até mesmo ambientalistas. Cada um, à sua maneira, fornecesse as informações e dados que julga serem os mais fiáveis. Entre nós, quantas vezes não foram derrubadas ou realinhadas várias empreitadas. Basta recordar as obras da Avenida Deolinda Rodrigues, no troço que vai do Largo 1º de Maio à Unidade Operativa de Luanda.

Depois de concluída e inaugurada, a estrada se tinha transformado num pantanal à primeira chuvada. Os engenheiros tiveram de desmanchar a obra, que depois ganhou nome de «estrada descartável» e ponte de esferovite (para o caso da ponte que dá acesso à Vila de Cacucaco, que também tinha ruído ao primeiro aguaceiro). A Nova Vida padece também de igual problema. O sistema de esgoto quase não resistiu à primeira grande enxurrada após a sua inauguração. Quantos prédios construídos ainda no tempo colonial, o tal tempo da engenharia competente, não apresentam visíveis deficiências?

Há dias voltei a visitar o complexo habitacional Urbanização Harmonia, propriedade da Cooperativa o «Lar do Patriota», após quase um ano e meio de ausência. Fiquei impressionado com a grandiosidade do projecto. Os sócios que já moram no complexo habitacional disseram-me que o projecto era bom, mas ao mesmo tempo arrojado. Explicou-se assim: «É arrojado porque está a ser erguido apenas com os fundos dos sócios. Acho que o Governo poderia dialogar com os responsáveis da cooperativa. O apoio a este projecto deveria ser mais tácito. Esta iniciativa não deve em nada ao projecto Nova Vida que já beneficiou, de longe, de muitíssimo mais dinheiro do que este projecto. Este projecto está a dar emprego e casas para os angolanos, a preços não especulativos, como acontece com os vários condomínios, estilo apartheid, que estão a ser erguidos em Luanda».

Os sócios opinaram sobre as infra-estruturas e sobre os acabamentos. Reconheceram haver algumas casas com alguns problemas, como por exemplo infiltrações e fissuras. Mas disseram ser uma situação normal, pois, segundo opinaram, as engenharias não são unicamente as matemáticas. «Num conjunto de quase mil casas, haver dez ou quinze com problemas de infiltração ou fissura, é normal. Estes problemas são superáveis com a maior naturalidade», remataram.

Uma fonte da cooperativa referiu que a área técnica do projecto tem estado a trabalhar com vista a superar estas dificuldades e solicitou aos sócios para que apresentem, sem constrangimentos, todos os possíveis problemas de uma determinada residência.

«Nós, a cooperativa, temos estado a dialogar também com os empreiteiros, que são, em definitivo, os que constroem as casas. Eles estão receptivos às nossas preocupações, que são, em definitivo os problemas dos sócios. Os sócios têm razão e devem deixar de nos apresentar suas preocupações».

Soubemos no local, que a inclusão da mão-de-obra asiática-chineses e vietnamitas, tem sido um factor importante de aceleração de conclusão das obras. Não é em vão que importantes empresas petrolíferas e instituições financeiras do país aderiram ao projecto.

6.11 Detidos vendedores ilegais de terrenos

Capital...25-03-06

Um grupo de indivíduos supostamente mancomunados com o administrador comunal de Belas, no município da Samba, encontra-se a contas com a justiça acusados de comercializarem terrenos pertencentes ao Estado

O executivo do administrador Mateus da Costa «Godó» tem vindo nos últimos dias a encetar uma impiedosa caça aos grupos de indivíduos que se têm dedicado à venda ilegal de terreno no município da Samba. E este trabalho não tem olhado para o rosto das pessoas envolvidos, tendo caído nas malhas o administrador comunal de Belas, identificado por Salvador, acusado por populares de encabeçar uma rede de comerciantes de terrenos ilegais, ao que cobrava por cada talhão cerca de 1500 dólares.

São mais de 20 pessoas que se queixam actualmente das tropelias do administrador, pelo facto de lhes ter sido cedidas terrenos em áreas especificamente reservados para obras do Estado e sem o obrigatório conhecimento do Governador Provincial de Luanda, nem ao menos do administrador municipal.

«Dos documentos apresentados constavam apenas a assinatura do administrador comunal», revelou a fonte deste jornal. As queixas contra aquela figura passaram a cair constantemente sobre a mesa de Godó, que mais não fez senão pôr-se em campo para sito analisar sobre o que se passava de concreto, uma operação que resultou na detenção de dois indivíduos mancomunados com o administrador comunal e que serviam de intermediários na venda dos talhões de terra.

Agora aguarda-se apenas que Job Capapinha autorize em despacho a retirada de todas as imunidades de que ainda goza, embora por pouco tempo dada a gravidade

dos seus actos, e responda junto da Direcção Provincial de Investigação Criminal pelos crimes que lhe são imputados.

A fonte sustenta ainda que tais práticas eram há muito verificadas, sobretudo no consulado do anterior administrador da Samba que, no entanto, imitava a avestruz, ou seja, enterrava a cabeça na areia diante do perigo que era a venda descontrolada de terrenos e a ocupação ilegal destes. Os populares mostram-se regozijados com a dinâmica até agora imprimida pelo actual administrador da Samba, enaltecendo o seu combate contra as construções anárquicas e os negócios à margem da lei dos terrenos actualmente mais cobiçados em Luanda, apelando a continuidade deste tipo de operações.

«Só com administradores assim o trabalho do Governador surtirá efeito», concluíram alguns moradores abordados por este jornal.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Um bairro em agonia

Capital...04-03-06

Um cubículo aqui, uma casota ali, um casebre acolá e o bairro da Boavista cresceu desordenadamente ao ponto de se ter transformado numa comunidade com cerca de 10 mil residentes. Agora, a epidemia de cólera ameaça reduzir drasticamente esse número.

Os moradores da Boavista não se cansam de apontar o dedo a uma empresa petrolífera pelo surto de cólera que se perpetua há algumas semanas naquele bairro suburbano de Luanda. Esquecem-se, porém, da precariedade das barracas em que vivem, da falta de saneamento básico, das montanhas de lixo e da pobreza que domina, em absoluto, aquela localidade.

«Sempre vivemos aqui, mas não tínhamos esse problema das doenças. Havia lixo, fezes, lixeira mas comíamos e bebíamos muito bem, sem quaisquer problemas», lembra a moradora Antónia Gongá. Ela, como a maioria dos seus vizinhos, reside ali há cerca de sete anos. Todos partilham a mesma história e os mesmos motivos que fizeram com que deslocados de guerra ocupassem um terreno baldio na costa de Luanda. Construíram as suas casas de forma desordenada. Um cubículo aqui, uma casota ali, um casebre acolá e o bairro cresceu desordenadamente ao ponto de se ter transformado, hoje, numa comunidade de cerca de 10 mil residentes. Agora, a cólera ameaça reduzir drasticamente esse número. «Tudo isso começou a acontecer há cerca de duas semanas», conta Samuel Adriano, 33 anos, um dos mais antigos moradores do bairro. A memória deste luandense fá-lo retomar a uma segunda-feira, 13 de Fevereiro, dia em que da casa da sua vizinha Esperança ouviram-se gritos de dor pela morte da sua filha de nove anos de idade. A pequena Ana Maria adoeceu, foi levada para o hospital, os médicos diagnosticaram paludismo e prescreveram a medição. A criança, porém, acabou mesmo por morrer.

Desde então, outras pessoas, naquela zona, começaram a adoecer em número cada vez maior. Muitas delas acabaram por morrer. O facto saltou, de imediato, para as ondas da Rádio Luanda, mas foi apenas no último Domingo, 19 de Fevereiro, que as autoridades declararam que «a doença estranha» que estava a matar no bairro da Boavista decorria, afinal, de um surto de cólera. Até ao fecho da presente edição, dados oficiais indicavam a morte de dez pessoas, entre as 74 que tinham sido, já, contaminadas com a doença. A

epidemia de cólera na Boavista assume o papel de um visitante indesejado que teve, entretanto, a desfaçatez de se fazer anunciar. Poças de água, gigantescas amontoadas de lixo sempre fizeram parte do cenário de um bairro de casas de construção precária, sem ruas. Ali, as habitações estão tão próximas umas das outras que impossibilitam a circulação de duas pessoas em paralelo.

Há um mês que um mar de podridão nasceu ao longo do bairro, espalhando fezes e detritos esverdeados que invadem tudo quanto é canto desde quintais, cozinhas e até quartos. «Isso está mesmo mal», caracteriza Samuel Adriano, antes de abrir a porta da sua residência, um cubículo de adobe com apenas um compartimento, para mostrar o mar de água esverdeada e a cheirar a fezes que nasceu logo a entrada. «Tudo por culpa desta maldita vala que fizeram aí, e agora as pessoas nem sequer vivem mais à vontade». Pese os condicionalismos, como a falta de lixo e a desordem da disposição das precárias residências, viver na parte do bairro da Boavista que beira a costa de Luanda era, para os moradores, uma espécie de privilégio. Eles eram vizinhos do mar, cuja beira foi, pouco a pouco, desaparecendo mercê das obras de ampliação da base da empresa SONILS (ver caixa). As obras, ao que se conta, obstruíram uma antiga rede de esgotos e os dejectos espalham-se, agora, ao longo e ao comprido por aquela área.

No quintal de Domingas verde, por exemplo, a água verdade não deixa espaço nem sequer para acomodar a sua cadela que passa, agora, o dia inteira acorrentada sobre os dejectos. «Coitada, não tem mais onde ficar e se fosse um ser humano de certeza que já teria morrido de cólera», comenta Domingas, ao mostrar a podridão que, há um mês, tomou conta da sua vida. Outra queixa vem de Fina, também moradora. Na sua casa a água esverdeada nasceu do interior do seu quarto. «Precisamos de ajuda, isto está mesmo mal», roga, entretanto, o seu vizinho Samuel Adriano.

Um Inimigo Invisível

Dir-se-ia que, desde o anúncio do Governo sobre a ocorrência do surto de cólera, a agitação tomou conta da Boavista. Quem tem familiares noutra parte tratou, de imediato, de enviar os filhos para lá e quem não pode arranhou formas de policiar as crianças, mantendo-as o mais longe possível da vizinha vala de drenagem. «Mas nem sempre isso é possível, as crianças escapam e ficam mesmo aqui ao lado de tanta porcarias».

Nesse ambiente de agitação, por exemplo, uma multidão acercou-se dos repórteres deste jornal. Cada um

dos presentes queria contar ao seu modo o drama que vive ou que passou a viver desde que a cólera começou a matar naquele bairro. Antónia Gongá. Por exemplo, insistiu em levar os jornalistas para verem as condições em que vive. Primeiro mostrou a casa de banho, um metro quadrado de terra envolvido por uma mistura de farrapos, papelão e sacos plásticos. Depois contou o seu drama: «Mandei as crianças para a casa do meu irmão, no bairro Golfe, mas tiveram de sair de lá porque começaram a ter diarreia e vômitos», avança e refere que «os meninos já foram medicados, no hospital, e estão a convalescer em casa».

Nem todos, porém, tiveram a mesma sorte que Antónia Gongá. Bem ao lado da sua casa, numa zona conhecida como Caranguejo, pior tragédia não poderia ter acontecido. A casa ao lado está fechada há cerca de uma semana. Os donos, os vizinhos Pedro e Lalá, faleceram vitimados pela cólera, os seus dois filhos sobreviveram, mas o casal de sobrinhos, internados, correm ainda risco de vida (pelo menos até ao fecho desta edição).

«Por essas e outras é que eu tenho medo», adianta, por sua vez, a moradora Fina, manifestando, de resto, um sentimento que é comum à maioria senão mesmo a todos os seus vizinhos. «Mas também não sei o que fazer, não tenho, como os outros, família então fico mesmo com eles aqui em casa».

Depois Da Cólera

Enquanto olham para o horizonte em busca de uma solução para o desespero que deles tomou conta, os moradores da Boavista partilham, pelo menos, de uma certeza: as coisas nunca mais serão como antes. A começar pelos familiares que, agora, evitam procurar os parentes que vivem naquele bairro. A vizinhança conta que o óbito do casal Pedro e Lalá, vitimados pela cólera, teve de ser transferido para Viana, por exigência dos familiares.

Mas não é apenas isso. A escola local passou a ter menos assiduidade, assim como está a diminuir o hábito das pessoas consumirem água retirada de poços cavados mesmo nas redondezas. Essa, foi, de resto uma orientação do Governo que prometeu fornecer, em troca, água potável através de camiões cisternas. Ou melhor, de camião cisterna.

A moradora Domingas Gaspar queixa-se de que um único camião não chega para a demanda, de tal modo que, como conta, os moradores envolvem-se amiúde em bulha quando disputam por um balde ou um bidão com água. Na passada quarta-feira, todavia, não houve sequer essa bulha, «simplesmente porque o camião não apareceu», queixa-se. «Fiquei das sete da manhã até por

volta das 14 horas a espera, mas a cisterna não veio». «Assim não dá, dizem-nos para não beber água dos poços, mas não nos dão água. Como é que vamos fazer para beber?», questiona-se.

Velho mesmo é o hábito de fazerem as necessidades em sacos, ou latas para serem largados na vala de águas pútridas que substituiu a beira do mar. Isto porque a maioria dos moradores não tem, sequer, dinheiro para construir uma casa de banho ou uma latrina. Pessoas como Domingas sabem, todavia, que devem proteger a si e a sua família. «O máximo que posso fazer é melhorar um pouco mais a higiene, mas, também, como é que isso é possível num meio em que a sua volta tudo é mesmo podre, porco e pobre?».

7.2 A SONILS e as suas obras

Capital...04-03-06

Ao contrário do que prometeu, pelo menos até ao fecho desta edição a Sonangol Logistic Integrated Services (Sonils), não cumpriu a promessa de fazer um comunicado de imprensa a explicar o que, de facto, se passou na Boavista. Mas uma viagem pela Internet ajuda, mais ou menos a entender aquilo que essa empresa, ligada ao abastecimento logístico de companhias petrolíferas, faz naquela parte de Luanda. Desde Janeiro de 1999 que a empresa contratou a firma Murray&Roberts para implementar um projecto avaliado em 22 milhões de dólares, prevendo, acima de tudo, a expansão da sua base para mais de 400 metros. O projecto previa, entre outras acções, a construção do cais, um pavimento de concreto reforçado e uma vala de drenagem de águas fluviais.

Até Abril de 2000, a empresa realizou a primeira fase do projecto e, em seguida, deu início à segunda fase que continua até hoje, altura em que se deu o surto de cólera numa zona vizinha das obras em curso sob a tutela da SONILS, uma empresa participada pela SONANGOL, companhia petrolífera angolana, e a multinacional ILS.

7.3 Hospitais de Luanda «armam-se» para conter avanço mortal da cólera

Capital...04-03-06

Até ao dia 23, quinta-feira, casos novos de cólera aumentavam para 74 o número de pessoas diagnosticadas com esta doença, que àquela altura já levava um saldo de algumas mortes, uma estatística, porém, bastante duvidosa, por estar muito aquém da real dimensão da situação que se vive na Boavista. A luta

agora é evitar a propagação do surto Barry da Silva

Numa altura em que o número de pessoas infectadas aumenta, as instâncias sanitárias temem por uma provável propagação do surto de cólera para outros municípios de Luanda, em face das deslocações maciças de populares saídos do bairro da Boavista.

O deficiente saneamento básico e a precária assistência médica dos populares tem perigado sobremaneira os esforços das direcções dos mais variados hospitais chamadas a enfrentar mais esta dramática situação por que passa o quadro sanitário do país. Ciente de uma possível expansão da epidemia de cólera, a direcção médica do hospital dos Cajueiros, situado no município do Cazenga, mobilizou uma equipa integrado por 12 elementos (dois médicos e oito enfermeiros), no sentido de aprimorar os serviços básicos de saúde.

O técnico de microbiologia, Adelino Correia, queixou-se à reportagem deste jornal da falta de tendas para a instalação de uma área reservada ao acolhimento de eventuais casos de cólera. Além da equipa formada, o hospital dispõe ainda de algumas camas para os casos que exigem alguma emergência. «Esperamos que a doença não ultrapasse os limites da zona até agora assolada», afirmou o técnico.

O especialista receia que a falta de saneamento básico no Cazenga venha a constituir uma ameaça à saúde pública, pelo que se devem reforçar as medidas de contenção. «É preciso informar, uma campanha de sensibilização junto dos populares», acrescentou. Desde segunda-feira, dia 20, que a direcção do Hospital do Golfe tem redobrado esforços no sentido de formar uma equipa pronta para retaliar no caso da epidemia da cólera espreitar o município do Kilamba-Kiaxi. À semelhança do que acontece no Hospital dos Cajueiros, os casos que fazem levantar algumas suspeitas de presença de cólera não passaram disso mesmo; pura suspeita.

«Mesmo sem nenhum caso detectado, repetimos os apelos para que a população reforce as medidas de higiene», sublinhou Pedra Mbangi, um dos directores daquela unidade hospitalar. A inexistência de saneamento básico aliada a grande concentração de populares na zona da Boavista é, para este administrativo, uma das fortes razões para os mais de 50 casos de cólera registados em pouco menos de cinco dias. «O aglomerado de pessoas nesta zona tem facilitado a propagação da doença», realçando a importância em alargar -se os cuidados com a higiene doméstica.

A cólera é uma doença letal, porque de fácil contágio, cujo veículo de propagação são os legumes não

lavados, a água imprópria para o consumo humano e os excrementos espalhados a céu aberto. Os sintomas alternam entre uma imparável diarreia, vômito e um mal-estar contínuo.

Uma Boavista mal vista

Quatro anos depois das sistemáticas demolições de moradias de populares que viviam nas chamadas zonas de risco da Boavista, aquele bairro volta a merecer destaque nos principais serviços noticiosos da televisão, rádio e jornais. E quase sempre pela negativa.

«A morte de populares na Boavista serve para mostrar-nos que género de pessoas estão a governar Angola, onde ninguém quer saber da população», lamentou a jovem Vanda, de 29 anos, que na manhã do dia 21 levava a filha de três anos para a consulta. A diarreia que atormentava a criança obrigou-a a arrumar cedo o negócio feito ao pé da porta de casa, para procurar os serviços de saúde do Hospital dos Cajueiros. Se, por um lado, os médicos preferiram descartar a hipótese de presença colérica, por outro, alguns pacientes receiam pela possibilidade de a doença vir a espalhar-se pelo município do Cazenga, visto que mais da metade dos que residem na zona da Boavista, estudam e trabalham fora da área onde se acha o principal foco da epidemia, o bairro dos «Caranguejos».

O despoletar de mais nove casos até ao último dia 23 vem cimentar as informações sobre a vida miserável que é impingida à população. As autoridades sanitárias admitem a hipótese de surto epidémico, mas os moradores do bairro da Boavista, município da Ingombota, insistem em afirmar que a «mortífera praga» foi motivada pela intoxicação das cacimbas.

A empresa Sonils, sucursal do grupo Sonangol, é acusada pelos populares de estar por detrás desta calamidade, embora esta tenha vindo a terrefiro refutar uma eventual ligação com o problema. Mas este tipo de pronunciamiento em nada atenuou o susto que ainda paira entre os moradores.

7.4 Cólera: o visitante indesejado até fez questão de se anunciar

Capital...04-03-06

O surto de cólera declarado na província de Luanda vem, mais uma vez, reforçar os apelos de vários organismos, sobretudo integrantes da sociedade civil, para a necessidade de se melhorarem as condições de vida da população angolana. Organizações não governamentais, e até mesmo membros do Governo, já por várias vezes recorreram aos meios de comunicação social para alertar para a iminência de um novo surto

de cólera em Angola. Os amontoados de lixo nos bairros suburbanos, quase sempre acompanhados de rios de águas estagnadas e pútridas, já há muito tempo indiciavam que o pior estava por vir. O caso Boavista se configura apenas como a materialização de um pesadelo que há muito tempo atrapalha o sono dos angolanos.

Por várias vezes, este jornal fez menção à iminência do perigo que ora se metamorfoseou em fatalidade para um bom número de famílias angolanas. Fizemos em reportagens distintas, com os nossos repórteres a irromperem pelos mais pobres dos subúrbios luandenses para contar a história de pessoas que convivem diariamente com montanhas de lixo, com dejectos humanos, enfim, com a podridão; fizemo-lo ainda através de várias entrevistas que publicamos, incluindo dos dois responsáveis máximos do pelouro da Saúde que não titubearam ao confirmar que, era mesmo verdade, estávamos perante a iminência de um surto de cólera.

Agora que a iminência deu lugar ao facto, ao acontecimento, vemos as autoridades em autêntico frenesim. Não se sabe se correm para evitar que a cólera faça mais vítimas mortais ou se tamanha corrida visa tão simplesmente manter limpa a imagem com que a governação angolana se pretende apresentar ao resto do Mundo. A verdade mesmo é que, agora, estão a ser alocados meios humanos e financeiros para se expulsar um visitante indesejado que poderia perfeitamente ser evitado até porque fez questão de se pré-anunciar por mais de dez anos.

Esta epidemia de cólera é uma tragédia. Mas é também a materialização do desleixo com que o Governo trata das questões sociais ou, por que não, da vida de toda uma nação: sem urgência, ao sabor do tempo, ao menos, é claro - e como aconteceu desta vez - que o balão de inércia rebente e se traduza em elevado número de mortos. Só assim vemos então alguma actividade, só nestes momentos acabamos por confirmar que, afinal, há gente capaz em Angola, há potencial.

Tivemos esta certeza aquando da epidemia de febre hemorrágica. Estamos a tela ainda mais perante o surto de cólera. Mas, achamos nós, os pais tem de aprender agir antes e a não esperar que a desgraça bata a porta para depois agir.

7.5 Mortes aumentam assustadoramente na Boavista

Angolense ...04-03-06

Dentre os 48 casos de cólera registados em Luanda, mais de 10 resultaram em morte até a altura do fecho desta edição, enquanto outros se encontram em péssimo estado devido a desidratação provocada pela doença, detectada no passado dia 13 do mês corrente, na Boavista. No entanto, ainda não são conhecidas as causas do surto, uma vez que, existem várias versões sobre o assunto. Populares alegam o uso de produto tóxico na água, acto atribuído a Sonils

Eram cerca de dez horas quando chegamos na Boavista, afim de efectuarmos uma reportagem sobre a cólera que assola os moradores daquele bairro. Para começar o trabalho, interpelamos um jovem de 16 anos, e perguntamos-lhe se sabia da existência da doença que preocupa os cidadãos, respondeu-nos que sim, mas que para melhor informação devíamos nos dirigir a rua dos Caranguejos, quarteirão mais afectada.

Dirigimo-nos então a referida rua e notamos as péssimas condições de saneamento básico, visto que no meio da mesma foi erguida uma ponte improvisada, onde por baixo tem uma lixeira, na qual existe um charco e lixo. Mais adiante, encontramos um mercado onde são comercializados produtos perecíveis, hortaliças, e outros bens de consumo. A nossa chegada, o movimento na "pracinha" estava muito calmo, como consequência do surto de cólera, segundo alguns populares.

Já no mercado, constatamos que os alimentos são vendidos sem nenhuma protecção, um claro atentado a saúde pública. Em face disso, a conversa com quitandeiras impunha-se. A maior parte desconhece a situação, pois não aderiram a nenhuma medida aconselhada pelos técnicos de saúde. Por exemplo, na bancada de Joana Martins, vendedora de carne a retalho, encontramos um amontoado de moscas, elemento nocivo a saúde.

Para além disso, as vendas são feitas num local próximo a uma lixeira, em volta de água residuais. Questionada sobre as medidas que estava a tomar para evitar a cólera, não demorou e respondeu: "Nenhuma. Já vendo aqui há muito tempo e isso nunca aconteceu, como é que só agora é que isso acontece, alguém está a provocar isso", acusou, mas sem entrar em detalhes.

No prosseguimento da jornada, cruzamos o caminho de Pancha, uma menina de 14 anos, desesperada por ter a irmã adoentada. A mesma já tinha sido levada ao

centro médico do bairro, mas não lhe foi administrado nenhum medicamento para combater a diarreia e vómitos. Depois foi mandada de volta a casa. "Os sintomas da minha irmã são os mesmo que do vizinho que morreu, por isso, acho que ela vai ter o mesmo destino, embora eu não espero isso para ela" disse, com lágrimas entre os olhos. Pancha e os seus familiares vivem próximos de uma vala em que, segundo apuramos no local, era retirada a água para o consumo. Mas, foi fechada pela Sonils, uma empresa do grupo Sonangol, o que terá alegado o aparecimento de água salobra sobretudo nos reservatórios subterrâneos (tanques).

Nos tanques das casas, surpreendentemente, começou aparecer água, nos quintais, mas os moradores sempre consumiram a mesma e nunca tiveram problemas. " Sempre usamos essa água para lavar louça, limpar o chão e para tomar banho, e nunca tivemos problema", afirmou. Durante a visita que efectuamos ao local, encontramos crianças que brincavam nas águas paradas, fora do controlo dos pais, apesar do surto de cólera que enferma o bairro Dois passos mais adiante, indagámos alguns moradores que preferiam o anonimato, mas que afirmaram que a responsável desta enfermidade é a Sonils.

"Há algum tempo essa empresa deita lixo aqui na vala e só trabalham durante o período das madrugadas. Eles escondem alguma coisa", suspeitaram. Em função das acusações, e na tentativa de cruzarmos as fontes, fomos ao encontro dos responsáveis da empresa acusada, a Sonils, mas não tivemos o êxito desejado. Ninguém se predispôs a falar a nossa reportagem sobre o assunto.

"A empresa não vai falar sobre isso", avisou o protector, alegando orientações superiores.

7.6 ELISAL declara guerra ao lixo

Angolense ...04-03-06

Empresa de Limpeza e Saneamento Básico de Luanda (ELISAL) inaugura, no próximo mês de Março, um novo aterro sanitário, infra-estrutura que, segundo o seu director-geral, Antas Miguel, permitirá um maior desafogo no sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos que a cidade produz a cada dia. O novo aterro foi construído em Viana, numa área de 300 hectares, tendo custado perto de oito milhões de dólares aos cofres do Estado. Edificada em dois anos, a infra-estrutura terá um tempo útil de 20 anos, a contar de Março. Com a sua entrada em funcionamento, a EUSAL conta desactivar o aterro sanitário do Golfe.

Para Antas Miguel, o início das operações no aterro de

Viana irá marcar uma viragem no sistema de recolha de lixo em Luanda, onde se produz cerca de duas mil toneladas de resíduos sólidos por dia. «Em termos de projecção, o indicador é a população. Assim, se estivermos a falar de 4 milhões de habitantes como um valor de referência para Luanda, estaremos em presença de uma produção diária de lixo de cerca de duas mil toneladas», explicou a propósito o director geral da ELISAL.

Segundo ele, neste momento, a EUSAL e as concessionárias integradas no novo sistema de limpeza da cidade recolhem apenas cerca de 1350 toneladas de lixo por dia, ficando as restantes 650 por recolher. «É muito lixo», sublinhou. Ainda assim, acredita que o novo sistema implementado está a dar os seus frutos, porquanto neste momento já se recolhe muito mais lixo do que Luanda produzia há dois anos - 800 toneladas por dia. Antas Miguel garante que se recolhe cerca de 70 por cento do lixo que é produzido.

O director geral da EUSAL explicou que dentro dos moldes definidos no âmbito do novo sistema de limpeza da cidade, a sua empresa insistirá na recolha porta-porta por formas a evitar o derrame de resíduos ou a criação de lixeiras. Do ponto de vista de estruturação do novo sistema de recolha de lixo, Luanda foi dividida em sete zonas, um pouco à semelhança da sua divisão administrativa. Assim, temos as zonas «B» e «C», que compreendem quatro municípios, sendo a primeira conformada pela Samba e Maianga e a segunda pelo Sambizanga e Rangel. Os demais municípios são considerados «zonas independentes». O município da Ingombota é o que melhores resultados tem registado no quadro no novo sistema de recolha de lixo. Questionado a propósito, Antas Miguel disse que tal se deve ao facto da municipalidade ter uma zona urbana mais consolidada, onde, além do mais, a Elisal conseguiu criar um modelo em que os municípios e as operadoras repartem as obrigações. O director-geral da EUSAL disse ainda que a sua empresa, a médio prazo, projecta criar condições para tornar-se apenas na entidade concessionária e fiscalizadora, devendo a prestação de serviço ser feita na totalidade pelos diversos operadores privados interessados e dados como aptos.

No momento, a EUSAL opera ao lado da SGO Ambiental, RANGOL, ENVIROBAC, BEL, CsA e SOUMPEL. No entanto, segundo uma fonte da empresa pública, a RANGOL e a SOUMPEL deverão ser substituídas por dois outros operadores, dentro de um mês, altura em que a EUSAL conta implementar algumas mudanças no sistema de limpeza. A fonte não refere, contudo, quais as razões que estão na base da

anunciada substituição, nem os nomes dos substitutos.

A EUSAL projecta fazer uma cobertura total da cidade a partir de Junho, se bem que conte ainda com vários constrangimentos derivados das dificuldades de circulação patentes em diversas zonas da periferia, bem como do próprio comportamento negativo que muitos municípios destas áreas continuam a demonstrar. Em face disso, a direcção da empresa pede à própria comunicação social que colabore nas campanhas de educação que visem modificar para melhor a sua atitude.

7.7 Edel lança sistema de energia pré-pago

Jornal de Angola...08-03-06

A Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL) lançou ontem, em Luanda, o projecto piloto para a implementação dos sistemas de contadores de energia eléctrica a pré-pagamento, nos bairros Nelito Soares (nas B's e C's) e Terra Nova.

Avaliado em um milhão e 600 mil dólares, o projecto prevê arrancar em finais de Maio do corrente ano. Para o efeito, a Edel e a empresa angolana, NPF assinaram já o contrato para a execução do projecto, que permitirá até final de Outubro do corrente ano disponibilizar aos consumidores 16 mil 500 contadores, sendo 15 mil monofásicos e mil 500 trifásicos, em substituição dos contadores convencionais já instalados.

Denominado "Consumo cerro", o projecto dá uma série de vantagens aos consumidores, nomeadamente, controla da que vai consumir, deixar de se deslocar às agências da Edel para fazer pagamentos, bem como os leitores e medidores deixarão de entrar em suas casas. Segundo o director geral da NPF, Nendela Lياهوca, a empresa prevê empregar 40 pessoas que trabalharão. Por equipa. Serão. Distribuídos, numa primeira fase, sete pastos de venda a nível, da cidade de Luanda.

Os preços poderão variar em consoante a valor das kilowatts. Por exemplo., um cartão. De 10 kilowatts poderá rondar as 18 kwanzas e, se forem bem consumidas, poderão chegar até final de mês. Já os cartões de 200 kilowatts estarão Acima das 35 kwanzas. Os referidos cartões funcionarão como se fossem de recarga de telemóvel. Na entanto., quando o consumo estiver perto do fim, haverá um alerta para que a cliente compre nova recarga. o director disse ainda que serão reabilitadas as linhas de média e baixa tensão nas áreas de difícil acesso. A empresa poderá prestar todo o tipo

de serviço, caso houver necessidade do cliente.

Inicialmente, refere, serão realizadas campanhas de sensibilização para que as pessoas adiram ao projecto. Já o director de projectos da Edel, Rui Paixão, sublinhou que, com este projecto, a Edel prevê melhorar as suas receitas e fornecer maior qualidade e regularidade no fornecimento do produto. O director alertou, por outro lado, que nas aéreas onde haverá sistema de energia pré pago, será retirado o sistema convencional. Entre outros objectivos, o projecto foi lançado para combater as ligações anárquicas, má gestão de consumo de energia, bem como acabar com as alegadas queixas de excesso de consumo que vem nas facturas.

7.8 Cólera pode afectar o Kilamba Kiaxe

Angolense...11-03-06

Devida a carência, no município do Kilamba Kiaxe, os moradores do bairro malanjino estão a consumir água contaminada por resíduos sólidos da vala de drenagem do cantinto. A informação foi prestada pelos municípios da referida área.

De acordo com Wade de Oliveira, morador do bairro malanjino, tudo acontece por causa do oportunismo de certos municípios que aproveitando-se da falta do precioso líquido fazem contratos com os habitantes do bairro Popular a quem pagam determinado valor pela cedência da água das canalizações do mesmo.

"Há pessoas que acarretam a água através de tubagens a partir do bairro Popular. Ao invés de passarem os tubos debaixo da terra, cavando, fazem-no através de tubos exactamente no meio do lixo e das águas sujas da vala do cantintó", disse, acrescentando que "as ratazanas roem os tubos e a água mistura-se com a suja da vala", frisou. A fonte revelou ainda que os moradores que vivem junto a vala, furam os tubos para aproveitarem-se de forma "fraudulenta" da água que passa pelas tubagens sem, no entanto, os taparem depois.

Os referidos tubos é que transportam a água que abastece os tanques "caseiros" onde a população adquire a água por 20 Kwanzas por cada recipiente de 25 litros. Este, segundo os moradores, pode ser uma fonte de contágio da cólera naquela circunscrição.

Domingos Cristóvão, médico do hospital municipal do Kiaxe citado pelo Jornal de Angola na edição do dia 23, fez saber que já se registaram 42 casos de cólera e oito mortes. Se a cólera não for estancada "aproximadamente 1 00 mil pessoas podem ser infectadas e mil poderão morrer em Luanda" alertou.

Foram registados mais dez novos casos de cólera na província de Luanda, sem qualquer óbito. Dos novos casos notificados um foi no bairro Prenda, dois no Sambizanga, igual número do Cacucaco e os restantes cinco na Boavista. De acordo com dados oficiais, o número de mortes mantém-se, 10, mas os casos subiram de 92 para 102.

Dos casos registados, apenas quatro doentes estão internados, numa altura em que a doença é já um fenómeno por toda a província de Luanda, de acordo com os dados em nossa posse.

7.9 Luanda vai consumir energia pré-pago

Folha 8...11-03-06

Empresa de Distribuição de Energia e Luanda (EDEL), vai implementar nos próximos dias, em Luanda. O projecto-piloto que visa introduzir no mercado contadores pré-pagos.

O projecto-piloto surge como resultado de cerca de dois anos de análises e acordos entre as empresa EDEL e a NPF soluções, Lda. que culminou com a assinaturas de um contrato entre ambas as partes subscrito no princípio deste ano. Numa primeira fase, entrarão em funcionamento, contadores pré pagos que deverão substituir os antigos

Convencionais, mudança esta que se pretende vir a melhorar o fornecimento de energia eléctrica ao consumidor e simplificar o modelo de pagamento. O projecto, conhecido também por Consumo certo, está orçado em 1 milhão, seiscentos e trinta e um mil, setecentos e nove dólares (0.631.70,00), que compreenderá numa primeira fase a instalação de dezasseis mil e quinhentos contadores a pré-pago, na cidade capital.

Segundo Nendela Amorim, sócio gerente da NPF Soluções Lda., o projecto ora assinado trata-se, de uma fórmula geral, de um ganho para a EDEL e para os seus consumidores. A iniciativa que se pretende generalizar em todo países, ao nível do continente africano já são visíveis os benefícios em países como o Sudão e a Tanzânia onde é usada esta tecnologia considerada de ponta, por ser mais simples e mais moderno.

Nendela Amorim fez saber, igualmente, que o projecto contribuirá grandemente para o uso mais adequado de energia, e segundo ele "trata-se de uma medida justa de quem dá e espera receber. Por este motivo, o projecto

chama-se consumo certo, dada a sua perfeição e justiça", defende. Por seu turno, o engenheiro Rui Paixão, responsável do projecto, pela EDEL, realça que a empresa acaba de assinar um contrato de grande envergadura, cujas vantagens se repartem tanto para a empresa quanto para o consumidor.

"É um novo produto que a EDEL implementará este ano no quadro da modernização do seu serviço", diz e para mais adiante acrescentar que esta iniciativa vai facilitar o controlo eficaz do consumo de energia eléctrica, evitando os formalismos até então regista dos com o uso dos contadores convencionais. Outra vantagem, segundo Rui Paixão, reside no facto de se evitar as famosas puxadas, prática com maior frequência nas zonas periféricas de Luanda. "O cliente final, sabendo do seu saldo, não poderá arriscar, certamente, oferecendo um cabo ao vizinho sob pena de rapidamente gastar o seu saldo. Por este motivo pensamos se tratar de um projecto maduro e digno de realce", garante.

Numa fase inicial, o projecto abrangerá algumas áreas de Luanda como os bairros Nelito Soares (nas ruas B e C), Terra Nova e Popular, afectos ao Centro de Exploração da Maianga e à Agência Alameda, devendo funcionar já no primeiro semestre deste ano.

A aquisição, e os eventuais casos de avaria dos contadores serão da inteira responsabilidade da EDEL, tendo o consumidor somente a obrigatoriedade de comprar o cartão que traduzirá a quantidade de watts a que terá direito, activado no contador fixo da sua residência.

A tecnologia permitira que o cliente faça o corte de energia se não quiser gastar o seu saldo. A EDEL, a partir de um gabinete denominado de "estação gestora" vai controlar a regularização do consumo dos clientes, e, sempre que for necessário, fará deslocar equipas de vistoria e fiscalização nos bairros beneficiados para casos especiais como de activação de cartões e/ou avaria.

Os cartões, para a venda, estarão disponíveis nas lojas criadas pela própria EDEL, e os preços para a sua comercialização variam entre os 2 e 15 mil kwanzas, em função do saldo que possuir cada cartão.

As taxas de multas, modelo até então de funcionamento da EDEL, não se farão sentir, pois o consumidor será simplesmente suspenso de consumo de energia eléctrica caso findar o saldo no cartão. De salientar ainda que na fase inicial, o projecto contempla a instalação de dezasseis mil e quinhentos (16.500) contadores pré pagos, sendo 15 mil monofásicos e mil e quinhentos trifásicos.

O projecto-piloto apresentado à imprensa no passado dia 07.03, a sua execução é de cinco anos, a contar desde a data da assinatura do contrato no dia 5 de Janeiro do corrente ano, e vai até ao ano de 2011.

7.10 "Sabíamos que teríamos a epidemia (cólera) "

Folha 8...11-03-06

A epidemia de cólera que desde o passado dia 20.02 assola a província de Luanda onde já provou mais de cem óbitos e que tem estado a preocupar a autoridade das províncias vizinhas ,foi o tema da entrevista que efectuamos ao director provincial da saúde de Luanda ,Vita Vemba que garantiu que ,caso não houvesse uma intervenção cerca de cem mil pessoas teriam cólera em Luanda ,tendo em conta o numero de habitantes da província, adiantou ainda que as autoridades angolanas já previam que o pai seria assolado este ano.

Fo1ha8 – quase vinte dias depois de se declarar a epidemia da cólera, qual é balança que faz?

Vita Vemba – Desde o dia em que se declarou a epidemia, vinte de Fevereiro, tomou-se uma série de medidas.

Organizaram-se quatro subcomissões, integradas por órgãos do governo central e provincial. A primeira subcomissão é de controlo da transmissão; a segunda é de tratamento clínico dos casos; a terceira da logística e a quarta de informação e educação da sociedade. Portanto até ao momento foram registados 173 casos suspeitos e 120 confirmados, sendo 113 no Município da Ingombotas, 15 no Sambizanga, 4 no Kilamba Kiaxe, 3 Viana, 1 no Rangel e 3 no município de Cacucaco. Lamentamos A morte de 11 indivíduos. Também pulverizámos algumas casas e áreas. Por outro lado achamos que seria uma vantagem drenar a água dos esgotos do Bairro Caranguejo para o mar de forma a diminuir os níveis freáticos da zona, no entanto, não houve concretização da acção, penso que por problemas técnicos C. ...) Em relação a subcomissão de logística foi elaborada uma lista de necessidades e entregue ao GPL para o tratamento de mil casos.

F8 – Esta epidemia faz nos recordar a tomada de posse do senhor director, visto que uma das primeiras acções foi alertar para o quadro que Hoje vivemos. Terá existido alguma distração ou ignorou-se a alerta que fez?

V.V – Em princípio houve melhorias porque o ano passado lançámos o projecto vamos limpar a cidade para prevenir as crianças contra a cólera. Todos os Municípios de Luanda estiveram envolvidos nessas acções e nós supervisionamos todos os finais de

semanas estas campanhas. As tarefas difíceis, que as brigadas não podiam resolver ao nível comunitário, eram entregues a Elisal. A partir daí foi elaborado um plano para a melhoria das Condições de saneamento.

Infelizmente hoje temos a epidemia, mas já temos uma concepção, sabemos onde é que temos os problemas e onde podemos atacar e isso faz com que enfrentamos a epidemia com mais calma.

F8 – Além das debilidades sociais para o senhor existirá outra razão que justifique o surgimento da epidemia, justamente na Boavista?

V.V – Estamos em presença de uma epidemia e a epidemia de cólera cursa sempre de uma epidemia de cólera. A pandemia de cólera atingiu África em Junho de 2005 a partir do Senegal onde fez mais de mil óbitos. De seguida atingiu a Gambia, a Guiné Conakry, a Guiné-bissau, passou pelo Benin, S. Tomé e nesse momento atingiu Angola e Sumo, temos o mesmo período de epidemia que o Sudão. Mas temos menos casos e óbito que o eles e isso porque estávamos mais preparados. De dez ou quinze anos, nos países subdesenvolvido, tem havido uma epidemia de cólera. Felizmente estivemos dezassete anos sem esta epidemia, a última foi em 1989, mas achamos que desta vez não será de grande amplitude porque estávamos, realmente Preparados.

F8 – Fico sem saber se existiu alguma razão concreta para a epidemia começar na Boavista?

V.V – Bem pode ser!

Proximidades com o porto, os barcos que atracam aqui muitas vezes atracaram no Senegal e transportaram o vibrião. Só há cólera se houver a circulação do vibrião colérico, quer dizer que, se um dia se conseguir impedir a circulação do vibrião colérico, a nível da província de Luanda, já não haverá cólera ainda que se mantiverem as más condições de saneamento básico.

F8 – O director disse que era mais ou menos previsível que quinze anos depois do surgimento da última epidemia no País que seria assolado outra vez, no entanto as condições que já estavam criadas naquela altura ao invés de serem melhoradas, destruíram-se. Terá existido...

V.V - Não houve desinteresse. Se está a referir-se aos pavilhões de cólera que tínhamos no Sambizanga, no Rocha Pinto e no Cazenga, é preciso ver que nós ficamos dezassete anos sem cólera e não podíamos manter três estruturas grandes sem utilização. Esses pavilhões foram transformados em salas de parto e de nutrição, aquilo que era necessário e indispensável na altura. Mas também sabíamos, através da vigilância epidemiológica internacional, que provavelmente em 2005 ou 2006 teríamos a epidemia mas, actualmente a

epidemia de cólera não se trata dentro de uma estrutura de quatro paredes, muito bonita, mais sim em tendas porque são surtos epidérmicos furtivos; passa acaba com vulnerável e desaparece.

7.11 Capapinha a beira da crise de nervos

Folha 8...11-03-06

O Governo Provincial de Luanda (GPL) tem-se partido em quatro para dar a volta ao problema do lixo, distribuindo, como é lógico. As tarefas por quatro forças vivas, o Próprio GPL.

Os cidadãos cooperantes, a Elisal e Nzambi. I Embora falte um elemento para formar uma verdadeira equipa (veja-se o basquete e o hóquei em patins, com 5 jogadores) por esse lado vá que não vá, as coisas ainda se podem aguentar. Aiué Nzambi... aiué, tens que te dobrar em dois.

A grande maka agora são as casas e os terrenos, com a ameaça de retirada de terrenos a quem estes tenham sido concedidos e. O proprietário não construa, por um lado, e por outro a demolição de casas construídas em terrenos adquiridos à toa no barro Talatona, operações que têm posto os nervos do GPL, e da população, em franja. E como se. Não houvesse justificativos para as dores de cabeça de Job Capapinha, o senhor Nzinga, responsável da Comissão de moradores, declarou o estado de alerta entre os munícipes. A situação tomou-se alarmante, porque a população decidiu tomar em mão os seus bens. Em caso do aparecimento da polícia com os seus tractores e bulldozers, que se pusesse fogo nas ditas máquinas, eis a palavra de ordem para protestar contra o que eles consideram mais uma incongruências governamental: uns recebem terrenos e ficam sem eles porque não constroem, outros, ficam sem casa porque não têm terrenos. E como Deus, o Governo dá razões a quem não tem dentes.

7.12 Roque Santeiro adopta medidas de prevenção contra cólera

jornal de Angola... 11-03-06.

A Administração do Mercado Roque Santeiro, município do Sambizanga, em Luanda, adoptou, há dias, medidas de prevenção contra a cólera.

Segundo o administrador adjunto, Anamura Júnior, que falava ontem à Angop, a sua direcção distribuiu documentos com informações sobre os cuidados que

se devem ter para evitar o contágio da cólera. Os documentos começaram a ser afixados na terça-feira passada em áreas onde os comerciantes e clientes facilmente os identificam, nomeadamente em zonas de acesso aos tanques de água, cozinhas, WC e outros.

Anamura Júnior disse ainda que no âmbito dessas medidas, foram constituídas algumas brigadas para sensibilizar as pessoas que porventura não saibam ler. Aos vendedores que se furtarem a acatar as recomendações da direcção do mercado, advertiu o responsável do Roque Santeiro, serão tomadas medidas sancionatórias, que passam pela suspensão de exercer a sua actividade durante uma semana.

Entretanto, numa ronda efectuada pela Angop no local constatou-se a existência de amontoados de lixo. Por esse facto, Anamura apelou à Empresa de Saneamento de Luanda (ELISAL) no sentido de ser mais célere na recolha do lixo no mercado. O Roque Santeiro, considerado o maior de África, é frequentado por mais de 100 mil pessoas/dia, entre comerciantes e compradores. Criado em 1987, fruto da fusão de vários mercados paralelos que proliferavam pela cidade capital, o mercado acolhe actualmente mais de cinco mil vendedores credenciados, divididos em vários sectores, com destaque para o dos bens industriais, vestuários, mobílias e de alimentos.

A designação Roque Santeiro é proveniente de uma novela brasileira com o mesmo nome, emitida nos anos 80, pela Televisão Pública de Angola (TPA).

7.13 Roque santeiro melhora saneamento básico

jornal de Angola... 14-03-06

O principal mercado de Luanda, roque santeiro, apresenta um novo quadro higiénico, resultado da melhoria do saneamento básico, que antes era deplorável.

Para o chefe do departamento da equipa “Só limpa”, constituída pela administração do mercado Roque santeiro, Anamura Júnior, o trabalho efectuado pela equipa representa um esforço para proporcionar um ambiente saudável aos vendedores.

O roque Santeiro está talhado por áreas, isto para facilitar a limpeza. “Temos a área interna do mercado, que é limpa pelos rapazes. Os vendedores contribuem com uma certa quantia”, explicou o responsável. Anamura Júnior referiu, a propósito, que o mercado Roque Santeiro carece de um lugar para depositar o lixo.

“Por essa razão o lixo é depositado próximo do parque de estacionamento do mercado, área onde se que regista o maior foco, que é removido por uma empresa, também, de limpeza”, referiu. O interlocutor afirmou que a remoção do lixo está a cargo da empresa SGO, que tem celebrado um contrato com a Administração municipal do Sambizanga. É de recordar que, nas imediações dos mercados do S. Paulo e Congolezes apresentaram, também, ontem um aspecto limpo.

Além das imediações dos referidos mercados, em várias zonas da cidade-capital dava-se com pessoal das empresas de limpeza e saneamento a desenvolverem a sua actividade, no caso limpeza, que tem dado uma outra imagem às ruas de Luanda.

7.14 Bié vai beneficiar de corrente eléctrica da barragem de Kapanda

Angop ...14-03-06

O presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Electricidade (ENE), Eduardo Nelumba, disse domingo no Kuito, Bié, que a província vai, nos próximos dias, beneficiar de corrente eléctrica, a partir da barragem de Kapanda (Malanje).

Eduardo Nelumba prestou estas declarações à imprensa local no final da visita de dois dias que efectuou à província, com o objectivo de constatar a situação de fornecimento de energia eléctrica na região. O responsável sublinhou que este fornecimento passa pela interligação do Bié com o sistema norte, através da linha de extensão que será construída entre as províncias de Benguela e Huambo. Segundo ele, esta estratégia vai permitir o aumento significativo de consumidores na província e será implementado, na segunda fase do programa, a médio e longo prazo. Quanto à reabilitação da barragem de Kamacupa, no rio Kunje, que fornecia energia eléctrica a cidade do Kuito e outras localidades da província do Bié, Eduardo Nelumba assegurou que a sua instituição já está a elaborar um projecto para sua reparação nos próximos tempos.

«Depois de ser reabilitada, passará apenas a fornecer corrente eléctrica ao município de Kamacupa, pelo facto da mesma não possuir capacidade de abastecer a cidade do Kuito e outras localidades, pelos motivos já referenciados» esclareceu.

Eduardo Nelumba disse ainda que o fornecimento de energia eléctrica nesta região conheceu algumas melhorias nos últimos anos, fruto do esforço do

governo local, que consistiu na aquisição e instalação de grupos geradores em todas as sedes dos municípios do interior da província.

Garantiu que os níveis de fornecimentos de energia eléctrica na província do Bié poderá ainda melhorar nos próximos dias, com a implementação de algumas acções a serem introduzidas na rede de distribuição, bem como no aumento de grupos geradores.

Durante a sua estada nesta região, o governante manteve encontros em separado com os trabalhadores do seu sector e com o governador local, José Amaro Tati, Eduardo Nelumba visitou também a central de distribuição de energia eléctrica da cidade do Kuito, onde estão instalados os grupos geradores, a mini-hídrica e a antiga central da capital biena.

7.15 GPL vai reforçar medidas de prevenção contra a cólera

Jornal de Angola... 16-03-06.

OS membros do Conselho Provincial de Luanda de Concertação Social realizam, hoje, um encontro para avançar medidas de reforço à prevenção e combate ao surto de cólera.

De acordo com uma nota do Governo Provincial de Luanda (GPL), o encontro, a ser orientado pelo governador Job Capapinha, vai adoptar medidas de protecção das infra-estruturas de transporte de água potável. Noutra vertente, serão tratadas questões relacionadas com a preparação do primeiro seminário provincial de reorganização dos transportes colectivos.

Os participantes ao encontro, que terá a duração de dois dias, vão ser informados sobre os projectos de recuperação de 15 ruas na periferia da cidade, desobstrução de valas de drenagem e da avaliação desempenho das empresas fiscalizadoras de obras.

Fazem parte do Conselho Provincial de Concertação social, o governador, vice -governadores, directores, delegados provinciais, administradores municipais e representantes da sociedade civil.

Com uma população estimada em cerca de cinco milhões de habitantes, a província de Luanda é constituída pelos municípios da Ingombota Maianga, Samba, Kilamba Kiayi, Rangel, Cazenga Sambizanga, Viana e Cacuaco.

7.16 PM participa no IV Fórum Mundial da água.

Jornal de Angola... 16-03-06

O primeiro-ministro de Angola, Fernando da Piedade

Dias dos Santos "Nandó", deverá chegar hoje à Cidade do México, para participar nos trabalhos do IV Fórum Mundial da Água, a decorrer até ao próximo dia 22 do corrente mês.

Com o primeiro-ministro, que vai representar no fórum o Presidente da República, seguiram viagem o ministro da Energia e Águas, Botelho de Vasconcelos, e o vice-ministro das Relações Exteriores, George Chicoty. Na Cidade do México encontram-se já várias personalidades, com destaque para o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, o presidente do Conselho Mundial da Água, Loic Fauchon, chefes de Estado e de Governo de países da África, Europa, América e Ásia.

Ao realizar o IV Fórum Mundial da Água, o México converteu-se no primeiro país da América a albergar um evento dessa natureza, numa altura em que tanto o país, como o continente enfrentam sérios problemas de água; O México, cuja população é de 97 milhões 483 mil e 412 habitantes, 23 milhões dos quais vivem na capital, a Cidade do México, espera vir a beneficiar de todas as experiências e informações dos participantes ao fórum...

Durante o evento estão previstos um total de 190 sessões temáticas, uma exposição mundial de água, bem como a realização de uma conferência ministerial, cujo encerramento vai coincidir com os festejos do Dia Mundial da Água, a celebrar-se no próximo dia 22.

Com o objectivo de contribuir para a elaboração de políticas globais e assegurar uma melhor qualidade de vida para toda a humanidade, iniciam hoje, na Cidade do México, as discussões em torno do IV Fórum Mundial da Água. Sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, o IV Fórum Mundial da Água, uma iniciativa do Conselho Mundial da Água, visa propiciar a participação e diálogo entre vários sectores, com a finalidade de elaborar políticas globais que concorram para o alcance das metas de desenvolvimento do milénio.

O IV Fórum Mundial da Água decorre numa altura em que persiste o compromisso das nações em cumprir com a meta de reduzir em 50 por cento, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso à água potável e saneamento básico a nível mundial.

Até ao próximo dia 22, os países participantes terão a soberana oportunidade de apresentar um plano de gestão integrada dos seus recursos hídricos, bem como o uso eficiente da água, conforme ficou expresso em - Joanesburgo, aquando do último encontro sobre a água. Aquando do segundo fórum, a comunidade

internacional aceitou o repto global segundo o qual todas as pessoas deverão ter acesso seguro à água para satisfazer as suas necessidades básicas, incluindo a alimentação.

Numa mensagem divulgada a propósito do evento, o presidente do Conselho Mundial da Água, Loic Fauchon, aludiu que o encontro do México é um momento propício para avaliar os avanços alcançados pela humanidade desde os últimos fóruns.

É, no entender de Loic Fauchon, uma oportunidade ímpar para os participantes encontrarem mecanismos de cooperação e coordenação com vista a habilitar as redes institucionais e sociais para atender aos reptos relacionados com a água.

7.17 Falta de água nas escolas preocupa directores

jornal de Angola... 16-03-06

A falta de água canalizada e potável na maioria das escolas do ensino geral do município da Maianga, em Luanda, está a preocupar os seus directores, dado o surto de cólera que se vive na capital do país, desde Fevereiro último.

Os responsáveis apresentaram esta preocupação a administradora municipal da Maianga, Genoveva da Conceição Uno, durante a visita que efectuou ontem aos estabelecimentos de ensino da circunscrição, destinada a constatação do funcionamento dos mesmos. Das dificuldades apresentadas pelos gestores realçam-se ainda o mau estado das infra-estruturas, a falta de energia eléctrica e de esgotos. A maioria das escolas visitadas possuem reservatório de água, mas desde o surgimento da cólera, os seus directores deixaram de comprar água em camiões cisternas.

No final da visita, Genoveva Lino assegurou que o Governo da Província de Luanda e o Ministério da Saúde, através da campanha de combate ao surto, estão a fornecer água potável, visando reforçar as acções de promoção de saúde, com ênfase para a higiene individual e colectiva. A cólera é uma doença contagiosa que se transmite através da água, alimentos contaminados ou contacto directo com as fezes de pessoas que padecem dessa enfermidade. Manifesta-se por vómitos e diarreia profusa de cor esbranquiçada (tipo água de arroz) que leva a desidratação grave e morte em poucas horas. As autoridades sanitárias têm apelado a população a prevenir-se da doença, lavando as mãos com água e sabão antes de tocar nos alimentos, depois de urinar, defecar ou utilizar a latrina

e ferver ou desinfectar este líquido com cinco gotas de lixívia para cada litro, 30 minutos antes do consumo.

É recomendada ainda às pessoas a não comerem peixe, mariscos e outros alimentos crus ou mal cozidos, desinfectar os ingredientes utilizados na feitura de saladas, não utilizar água de cacimbas para beber, lavar a louça e a roupa.

Em caso de haver doente suspeito de cólera, se deve espalhar lixívia antes de tocar nas fezes, utilizar luvas ou sacos plásticos e transportá-lo com urgência para um centro de saúde ou hospital mais próximo

7.18 Restrições no fornecimento de água podem disseminar a cólera

Jornal de Angola... 17-03-06

A propagação da epidemia de cólera, cujo primeiro caso se deu no mês de Fevereiro, na Boavista, município da Ingombota, tende a aumentar em algumas zonas de Luanda, devido a restrições efectuadas no fornecimento de água potável à população.

Interpelados os moradores do Kilamba-Kiaxi disseram haver risco de outra parte da população contrair a doença, pelo facto de ser obrigada a consumir água conseguida de locais impróprios, onde predominam charcos de água propícios à contaminação e consequente alastramento do vírus da cólera. As restrições no fornecimento de água, segundo disseram, constitui um imperativo para a aderência ao consumo de água salobra de tanques muitas vezes mal tratados que também podem causar outras doenças intestinais. De acordo com Fernanda Canteiro, a população da circunscrição corre o perigo de se contaminar, devido ao consumo forçado de água de tanques sem tratamento ou a ausência de quaisquer medidas de prevenção contra esta moléstia. Como afirmou, o risco de se contrair a cólera neste momento é iminente, uma vez as pessoas estarem a extrair água até de condutas com ruptura, na maior parte dos casos, rodeadas de pequenos charcos onde abundam micro-organismos patológicos.

Outra moradora, Marta Barros, solidariza-se com as suas companheiras de busca da água e sublinha ser grave a situação por falta de um sistema de saneamento básico eficiente, facto que reforça a probabilidade de os munícipes se contaminarem com cólera, num tempo talvez "record". "Os charcos nas imediações dos locais aonde vamos acarretar a água são um facto, mas não dispomos de

alternativa, pois os fontanários não funcionam (fundamentalmente aos fins de semana), o que periga a vida dos habitantes da área" –realçou.

A funcionária pública Manuela Malembe adiantou ser pertinente restabelecer-se de imediato o fornecimento de água, dado o facto de tal situação estar a propiciar condições para a disseminação do vírus do "Vibrio cholerae" (da cólera), fundamentalmente em localidades periféricas à cidade. "Na ausência de fontanários e de água corrente nas residências, não há outra escapatória se não os tanques dos vizinhos ou mesmo os camiões cisterna que circulam nas localidades" - asseverou a fonte. Por seu turno, a munícipe Maria António alertou para o facto de se estar a criar uma série de dificuldades aos moradores da periferia, pois, apesar de haver alguns fontanários, a maior parte das pessoas não dispõe de fonte aonde se possa dirigir para acarretar a água para beber.

Tal como afirmou, todos os dias têm de acordar muito cedo (cinco horas) para procurar água, de modo a poder estar em condições de se deslocar ao local de trabalho, preparar os filhos e todos os meios utilizados no seu lar, um facto que preocupa os habitantes.

Numa altura em que a capital está a braços com um surto epidémico de cólera, transmitido principalmente por ingestão de água ou de alimentos contaminados, os habitantes arriscam-se a contrair tal doença por falta de fornecimento regular

7.19 Cólera propagasse rapidamente ao longo de toda cidade

Capital...25-03-06

A excepção dos municípios de Viana e Kilamba Kiaxe, já todos os outros registaram casos de cólera em Luanda

Pela menos sete dos nove municípios de Luanda têm já confirmado casos de cólera tal como referiram, a este semanário, fontes afectas ao Ministério da Saúde, as mesmas que indicaram que, antes no fecho da presente edição, o número de contaminados tinha já chegado aos 181, com um saldo de 11 mortes.

Na quinta-feira, 09, o director provincial da Saúde Pública, Vi ta Vemba, indicou o registo, no dia anterior, de oito novos casos de cólera, provenientes de vários pontos de Luanda, com particular realce para o bairro Panguila, no município de Cacuaco, onde pela primeira vez foi registado um doente com cólera. Neste mesmo município, o bairro Kikolo também registou um caso.

De qualquer modo, o bairro da Boavista, nas Ingombotas, onde se iniciou o surto, continua a liderar com o maior número de casos, seguindo-se os bairros da Lixeira e da Petrangol, no Sambizanga. Já na Maianga, foram registados casos de cólera no bairro Prenda. Os municípios da Samba e Rangel também registaram casos. Trata-se, pois, de uma situação que configura um cenário de propagação da doença para todos os municípios de Luanda, a excepção do Kilamba Kíaxi e Via na, os dois únicos que, até ao momento, não tiveram sequer um caso de cólera. Não é, pois, sem razão que o ministro da Saúde, Sebastião Veloso, tenha manifestado, em declarações públicas recentes, profunda preocupação face a situação. O governante, no entanto, garantiu que existem criadas as condições para combater o surto e evitar que mais pessoas morram vitimadas pela doença.

Até agora, as autoridades sanitárias criaram dois centros de tratamento, especialmente para o combate à cólera, está localizado na zona da Boavista e outro no centro Dom Bosco, no Sambizanga.

7.20 Autoridades angolanas dizem ter surto de cólera controlado

Ibinda.com...27-02-06

Lisboa - Angola não vai, para já, solicitar a Portugal o envio de clínicos e material médico para ajudar no combate à epidemia de cólera que assola Luanda, uma vez que tem controlado o surto, asseguraram esta segunda-feira as autoridades do país

O Governo angolano tem a situação controlada, garantiu o vice-ministro angolano da Saúde, José Van-Duném, em declarações à rádio TSF.

«Estamos a garantir água potável às populações, a distribuir informação às pessoas para que saibam como evitar a contaminação, e também os bairros de Luanda mais afectados com a ajuda de uma equipa dos Médicos Sem Fronteiras», disse o governante à emissora portuguesa.

Por enquanto, os responsáveis do Ministério da Saúde de Angola não tencionam recorrer à ajuda que foi disponibilizada pelo Governo português para o combate à epidemia, ao contrário do que foi noticiado esta segunda-feira pelo «Correio da Manhã».

O jornal, citando o director da Delegação Provincial da Saúde de Luanda, Vita Vemba, adiantou que as autoridades angolanas iriam pedir ajuda médica ao

Governo português na próxima quarta-feira, durante uma reunião entre a Delegação Provincial da Saúde da capital angolana e o sector de cooperação da Embaixada de Portugal em Luanda.

Desde 13 de Fevereiro, as autoridades registaram 92 casos de cólera, de que resultaram dez mortos, de acordo com os mais recentes dados oficiais. O foco da epidemia está localizado no Bairro da Boavista, nas imediações do porto de Luanda.

A cólera, que se manifesta por vómitos e diarreia abundante, é uma doença altamente contagiosa que se transmite através da água, de alimentos contaminados ou do contacto directo com as fezes de pessoas doentes.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 "Construção da Paz" apaga traumas de 1992

O Independente...11-03-06

Os traumas deixados pelo conflito pós eleições 1992 em Jo1a, ainda não deixaram de preocupar as pessoas e organizações que anseiam ver as próximas eleições a decorrerem num clima tranquilo quer em termos políticos quer sociais.

É a luz desta nobre causa que a Caritas Arquidiocesana de Lubango vem implementando, desde Maio de 2005, nos municípios do Norte da província, concretamente, em Caconda e Caluquembe, um projecto que visa curar as feridas de um conflito saído dos resultados das eleições de 1992. O Projecto denominado "Construção da Paz" visa construir um novo edifício sobre o conceito de eleições, acta que é tido como um dos exercícios mais legais o que povo executa para legitimar os seus dirigentes. "Construção da paz" é financiado por duas organizações caridosas estrangeiras, nomeadamente, a CRS Caritas dos EUA e a Caritas Suíça. As duas patrocinadoras doaram cerca de doze mil dólares.

O projecto ministra matérias como Desarmamento, Prevenção e Resolução de Conflitos, Reconciliação, Papel da Mulher na Construção da Paz. O projecto em causa também está ser implementado nas províncias do Huambo e Benguela.

8.2 ONU prolonga «repatriamento organizado» de angolanos

Diário Digital / Lusa ...15-03-06

Milhares de angolanos que vivem fora dos campos de

refugiados na Zâmbia não poderão contar com qualquer apoio da ONU para o seu regresso ao país, anunciou terça-feira a organização das Nações Unidas.

Cerca de 26.000 angolanos vivem ainda em campos de refugiados na Zâmbia e segundo outras estimativas um número idêntico vive fora desses campos, pelos seus próprios meios. Num comunicado emitido ao fim da tarde de terça-feira em Nova Iorque, a ONU anunciou que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, ACNUR, decidiu prolongar por mais um ano o «repatriamento organizado» de refugiados de Angola na Zâmbia.

No documento, a ONU indicou que com o seu apoio mais de 200.000 refugiados angolanos já regressaram ao seu país, desde o fim da guerra civil em 2002, mas que 26.000 estão ainda a viver em campos na Zâmbia. O «repatriamento organizado» de todos os refugiados angolanos na Zâmbia deveria ter terminado em Dezembro de 2005, diz o comunicado.

A partir dessa data a ajuda deveria ser prestada apenas no interior de Angola aos refugiados que regressassem pelos seus próprios meios, acrescentou. Contudo, a comissão tripartida composta pelo ACNUR e pelos governos de Angola e da Zâmbia decidiu aceitar, no início de Março, um pedido da Zâmbia para o prolongamento do programa de repatriamento por mais um ano, que agora foi confirmado oficialmente. Segundo o comunicado, estudos «preliminares» indicam que muitos refugiados em Nangweshi, onde vivem 16.000 cidadãos angolanos, que «fugiram na sua maioria na última fase da guerra», querem regressar ao seu país. Segundo fontes da ONU, os refugiados deste campo são na sua esmagadora maioria apoiantes da UNITA.

Há ainda dois outros campos, com cerca de 10.000 angolanos, «que estão na Zâmbia há mais tempo» e onde o número dos que pretendem regressar «poderá ser menor».

O comunicado refere igualmente que existe «um número similar» de angolanos a viver fora desses campos e que se misturaram com a população local. Esses refugiados, se quiserem ser repatriados, receberão ajuda da ACNUR apenas «dentro de Angola, quando regressarem (ao país) pelos seus próprios meios».

No início deste ano, as Nações Unidas foram forçadas a reduzir em quase 40 por cento as rações alimentares aos refugiados, por falta de recursos. Essa situação levou a que muitos refugiados de Nangweshi fossem forçados a abandonar o campo em busca de alimentos, disseram fontes da ONU, acrescentando que a redução da rações levou a um aumento de mais de um terço dos casos de subnutrição nas crianças do campo. Durante a

guerra civil em Angola cerca de meio milhão de angolanos fugiu para os países vizinhos.

Segundo a ONU, desde o fim da guerra, cerca de 360.000 angolanos já regressaram a casa, incluindo 123.000 que foram transportados para Angola pela ACNUR, 89.000 que regressaram pelos seus próprios meios, mas receberam ajuda da ACNUR após a sua chegada, e outros 149.000, que foram repatriados sem qualquer ajuda da ONU.